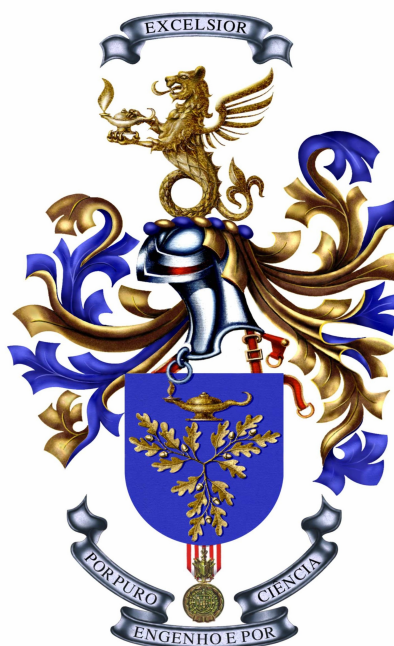


**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS  
CURSO ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

**2017/2018**



**TII**

**A ATUAL ESTRUTURA DE DEFESA DA COMUNIDADE DE PAÍSES DE  
LÍNGUA PORTUGUESA E SUA ADEQUAÇÃO AOS OBJETIVOS DA  
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL LUSÓFONA.**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A  
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO  
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS  
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL  
REPUBLICANA.**

**Luis Antonio de Almeida Junior  
TENENTE-CORONEL DE INFANTARIA (BRASIL)**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A ATUAL ESTRUTURA DE DEFESA DA  
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA  
E SUA ADEQUAÇÃO AOS OBJETIVOS DA  
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL LUSÓFONA**

**TCOR INF (BRASIL) Luis Antonio de Almeida Junior**

Trabalho de Investigação Individual CEMC

Pedrouços 2018



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A ATUAL ESTRUTURA DE DEFESA DA  
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA  
E SUA ADEQUAÇÃO AOS OBJETIVOS DA  
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL LUSÓFONA**

**TCOR INF (BRASIL) Luis Antonio de Almeida Junior**

Trabalho de Investigação Individual CEMC

Orientador: MAJ ART Pedro Alexandre Bretes Ferro Amador

Pedrouços 2018



### **Declaração de compromisso Antiplágio**

Eu, **Luis Antonio de Almeida Junior**, declaro por minha honra que o documento intitulado **A atual estrutura de defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e sua adequação aos objetivos da Organização Internacional lusófona** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Estado-Maior Conjunto 2017-2018** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **8 de maio de 2018**

Luis Antonio de Almeida Junior



## **Agradecimentos**

Nada mais justo do que externar algumas palavras de apreço e consideração por aqueles que foram fundamentais para a consecução deste trabalho. Inicialmente, agradeço a Deus por todas as bênçãos e pelo meu centro de gravidade e verdadeiro amparo em todas as horas, sejam elas boas ou más, a minha amada família, Vanessa, Matheus e Bernardo. Nunca poderei recompensá-los por tanto amor e apoio, mas morrerei tentando fazê-lo.

À minha amada e inesquecível mamãe, Mara Benamor de Almeida, que hoje está junto ao Criador. Se cheguei até aqui, sem dúvidas o mérito é todo seu. Descanse em paz, na certeza da missão cumprida com excelência!

Ao amigo, estudioso do tema e orientador, Major Pedro Alexandre Bretes Ferro Amador, agradeço pelo apoio, acompanhamento e orientações seguras na condução do presente Trabalho de Investigação Individual. As interações realizadas permitiram rica troca de conhecimentos e direcionamentos que foram fundamentais para traçar o perfil deste trabalho e, de forma adequada, alcançar os objetivos propostos.

Agradeço as autoridades que me concederam o privilégio da entrevista com o sacrifício de horas dedicadas aos seus afazeres rotineiros ou de lazer. Seus contributos se encontram plasmados neste trabalho e com os créditos devidos. Assim, cito o Senhor Embaixador Gonçalo Mello Mourão; o Senhor Dr. João Pedro Saldanha Serra; a Dr<sup>a</sup> Letícia Bairradas; o Senhor Dr. Nuno Caeiro; o Senhor Capitão de Mar e Guerra Zefanias Natal Alberto Mambirisse; e o Senhor Capitão de Fragata Luis Bessa Pacheco.

Importa, igualmente, agradecer ao Senhor Coronel do Exército Brasileiro, Cláudio Alexandre de Almeida Freitas, auditor do Curso de Promoção a Oficial, pela generosidade em permitir que este investigador pudesse utilizar informações de interesse obtidas através dos questionários realizados junto as autoridades diretamente envolvidas com a CPLP. Sua colaboração otimizou a pesquisa e poupou o tempo dos entrevistados ao evitar que novas solicitações fossem feitas para tratar de questões similares.

Agradeço, de forma especial, ao meu amigo Pedro Miguel Ferreira Cavaleiro, sempre disponível para ajudar no que fosse necessário, indo muito além das meras questões acadêmicas. No que se refere ao presente trabalho, muito obrigado pela acurada e valiosa revisão.

Por último, mas não menos importante, ao Exército Brasileiro, Instituição amada, e a todos que direta ou indiretamente, contribuíram para a consecução deste trabalho.

A todos, nossa gratidão e apreço.



## Índice

Introdução .....	1
1. Revisão de literatura e metodologia.....	5
1.1. Estado da Arte.....	5
1.2. Metodologia.....	7
2. A adequação da atual estrutura de defesa da CPLP aos seus objetivos: Uma abordagem crítica.....	12
2.1. A evolução do domínio de defesa da CPLP .....	12
2.2. A defesa no âmbito da CPLP: estrutura organizacional e objetivos.....	15
2.3. A adequação da atual estrutura de defesa da CPLP aos seus objetivos .....	17
2.4. Síntese conclusiva .....	23
3. O domínio da defesa no âmbito das Organizações Internacionais: Uma referência?.....	24
3.1. A estrutura de defesa da União Africana.....	24
3.2. A estrutura de defesa da União Europeia .....	27
3.3. Síntese conclusiva .....	31
4. Análise dos resultados.....	33
4.1. Análise.....	33
4.2. Propostas.....	35
4.3. Síntese Conclusiva .....	37
Conclusões .....	39
Bibliografia .....	46

## Índice de Apêndices

Apêndice A — Quadro 1: Objetivos, questões e capítulos.....	Apd A-1
Apêndice B — Quadro 2: Dimensões e indicadores para a análise de conteúdos .....	Apd B-1
Apêndice C — Relação de entrevistados.....	Apd C-1
Apêndice D — Formulários dos questionários/ entrevistas e síntese das respostas .	Apd D-1
Apêndice E — Quadro 6: Cumprimento de competências das Reuniões MDN .....	Apd E-1
Apêndice F — Quadro 7: Cumprimento de competências das Reuniões CEMGFA.	Apd F-1
Apêndice G — Quadro 8: Cumprimento de competências das Reuniões DPDN.....	Apd G-1
Apêndice H — Quadro 9: Cumprimento de competências do SPAD.....	Apd H-1
Apêndice I — Quadro 10: Cumprimento de objetivos do CAE .....	Apd I-1
Apêndice J — Conceitos.....	Apd J-1



## Índice de Figuras

Figura 1 — Países membros, observadores associados e interessados na CPLP.....	1
Figura 2 — Modelo de análise adaptado da metodologia <i>benchmarking</i> .....	8
Figura 3 — Organização do trabalho.....	10 e 40
Figura 4 — Etapas da investigação.....	11 e 41
Figura 5 — Órgãos da componente de defesa da CPLP.....	15
Figura 6 — Adequação da estrutura de defesa da CPLP aos seus objetivos.....	23 e 42
Figura 7 — Arquitetura de Paz e Segurança Africana.....	25
Figura 8 — Missões e operações PCSD da UE – 2003 a 2018.....	28
Figura 9 — Projetos da CEP da UE – 2018.....	30

## Índice de Quadros

Quadro 1 — Objetivos, questões e capítulos.....	Apd A-1
Quadro 2 — Dimensões e indicadores para a análise de conteúdos.....	Apd B-1
Quadro 3 — Entrevistas utilizadas.....	Apd C-1
Quadro 4 — Entrevistados pelo autor – CPLP.....	Apd C-1
Quadro 5 — Entrevistados pelo autor – OI.....	Apd C-1
Quadro 6 — Cumprimento de competências das Reuniões MDN.....	Apd E-1
Quadro 7 — Cumprimento de competências das Reuniões CEMGFA.....	Apd F-1
Quadro 8 — Cumprimento de competências das Reuniões DPDN.....	Apd G-1
Quadro 9 — Cumprimento de competências do SPAD.....	Apd H-1
Quadro 10 — Cumprimento de competências do CAE.....	Apd I-1
Quadro 11 — Alinhamento estruturas de defesa da CPLP, seus objetivos e vetores.....	22
Quadro 12 — Fragilidades identificadas no âmbito da defesa da CPLP.....	33
Quadro 13 — Contributos das estruturas de defesa da UA e da UE.....	34
Quadro 14 — Oportunidades de melhoria para a estrutura de defesa da CPLP.....	38
Quadro 15 — Quadro resumo propostas de melhoria - estrutura de defesa da CPLP.....	44



## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 — Questionário/ entrevista e síntese das respostas – D1.....	Apd D-1
Tabela 2 — Questionário/ entrevista e síntese das respostas – D2.....	Apd D-1
Tabela 3 — Questionário/ entrevista e síntese das respostas – D3.....	Apd D-4
Tabela 4 — Questionário/ entrevista e síntese das respostas – UA e UE.....	Apd D-5





## **Resumo**

Neste trabalho, cujo tema é “A Atual estrutura de defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e sua adequação aos objetivos da Organização Internacional lusófona”, propôs-se identificar se a referida estrutura está adequada aos objetivos da Comunidade no domínio da defesa e de que forma pode ser melhorada.

Através de um raciocínio dedutivo aplicado num estudo de caso, analisaram-se a adequação da atual estrutura de defesa da CPLP aos seus objetivos; as estruturas de defesa da União Africana e Europeia, nomeadamente os órgãos que poderiam servir de referência para a estrutura análoga da Comunidade lusófona; bem como, procurou-se identificar oportunidades de melhoria na atual estrutura de defesa da CPLP.

Concluiu-se que a atual estrutura de defesa da CPLP está adequada aos seus objetivos neste domínio, havendo, no entanto, oportunidades de melhoria a serem implementadas, nomeadamente no que se refere aos recursos e aos processos empregues, a fim de que sejam apresentadas as respostas necessárias aos Estados-membros e à Comunidade lusófona. Nesse contexto, as estruturas de defesa da União Africana e Europeia analisadas servem de referência para melhoria da estrutura análoga da CPLP, resultando em 26 propostas que ambicionam contribuir para o fortalecimento da estrutura de defesa da CPLP.

**Palavras-chave:** Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; Defesa; Estrutura de Defesa; Objetivos de Defesa; Oportunidades de Melhoria



### **Abstract**

*This essay addresses "The current defense structure of the Community of Portuguese Language Countries and its adaptation to the objectives of the lusophone International Organization". The purpose is to identify whether the defense structure is adequate to the objectives of the Community in this domain and how it can be improved.*

*Through a deductive reasoning applied in a case of study, the current CPLP defense structure and adequacy to its objectives, as well as the defense structures of the African and European Union, were analyzed. In addition, an attempt was made to identify opportunities for improvement in the current CPLP defense structure.*

*It was concluded that the current defense structure of the CPLP is adequate to its objectives in this area. However, there are opportunities for improvement to be implemented, in particular as regards the resources and processes involved in the defense dynamics, so that the necessary responses to the Member States and the CPLP could be presented. In this context, the defense structures of the African and European Union serve as references for the improvement of the analogous structure of the CPLP, resulting in 26 proposals that aim to contribute to the strengthening of the CPLP defense structure.*

**Keywords:** *Community of Portuguese Language Countries; Defense; Defense Structure; Defense Objectives; Opportunities for Improvement*



### **Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos**

AED	Agência Europeia de Defesa
APSA	Arquitetura de Paz e Segurança Africana
AR	Assembleia da República
ARUNEPS	Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança
CAE	Centro de Análise Estratégica
CAINFOCIV	Centro de Análise de Informações Civis
CE	Conselho Europeu
CEM	Comité de Estado-Maior
CEMGFA	Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas
CENSAT	Centro de Satélites
CEP	Cooperação Estruturada Permanente
CER	Comunidade Económica Regional
CI	Contexto Internacional
CIMA	<i>Chartered Institute of Management Accountants</i>
CMG	Capitão de Mar e Guerra
CMUE	Comité Militar da União Europeia
COPS	Comité de Política e Segurança
Cor	Coronel
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPS	Conselho de Paz e Segurança
CRIN	<i>Child Rights International Network</i>
CTM	Cooperação Técnico-Militar
CUA	Comissão da União Africana
DPDN	Diretores de Política de Defesa Nacional
EEM	Estabelecimento de Ensino Militar
EMMUE	Estado-Maior Militar da União Europeia
EP	Exército Português
EUNAVFOR	<i>European Union Naval Force</i>
FA	Forças Armadas
FI	Fragilidade Identificada
FAP	Força Africana de Prevenção



FP	Fundo para a Paz
ICDD	Identidade da CPLP no Domínio da Defesa
IUM	Instituto Universitário Militar
MD	Ministério da Defesa
MDN	Ministros da Defesa Nacional
MR	Mecanismo Regional
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NN	Núcleo Nacional
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
OI	Organização Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PESC	Política Externa e de Segurança Comum
PCASD	Política Comum Africana de Segurança e Defesa
PCCDD	Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PS	Painel de Sábios
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RDTL	República Democrática de Timor-Leste
RI	Relações Internacionais
SEAE	Serviço Europeu de Ação Externa
SCAA	Sistema Continental de Alerta Antecipado
SPAD	Secretariado Permanente para Assuntos de Defesa
UA	União Africana
UE	União Europeia
UK	<i>United Kingdom</i>
UN	<i>United Nations</i>
ZEE	Zona Económica Exclusiva



## Introdução

O presente trabalho tem como tema: A atual estrutura de defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a sua adequação aos objetivos da Organização Internacional (OI) lusófona.

A CPLP é uma OI, criada em 17 de julho de 1996 e que, até o momento, congrega nove Estados-membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (CPLP, s.d.a).

O tema explorado, atual e relevante, justifica-se pela importância da CPLP no Contexto Internacional (CI), nomeadamente para os países lusófonos que veem a citada Comunidade como um vetor de desenvolvimento e inserção de seus interesses nos fóruns internacionais. Para além disso, reforça a sua relevância o facto de existirem países que gozam da categoria de observadores associados e outros, incluindo regiões, em que manifestam formalmente o seu interesse pela OI. O primeiro grupo é composto por: República das Maurícias, Senegal, Geórgia, Japão, Namíbia, Turquia, Eslováquia, Hungria, República Tcheca e Uruguai (CPLP, s.d.c). Já no segundo grupo constam: Andorra, Filipinas, Venezuela, Croácia, Roménia, Ucrânia, Marrocos, Indonésia, Suazilândia, Austrália, Luxemburgo, Peru, Costa do Marfim, Chile, Argentina, Itália, Índia, Albânia, Taiwan, Galiza, Macau e Malaca (Figura 1) (Wikiwand, s.d.).

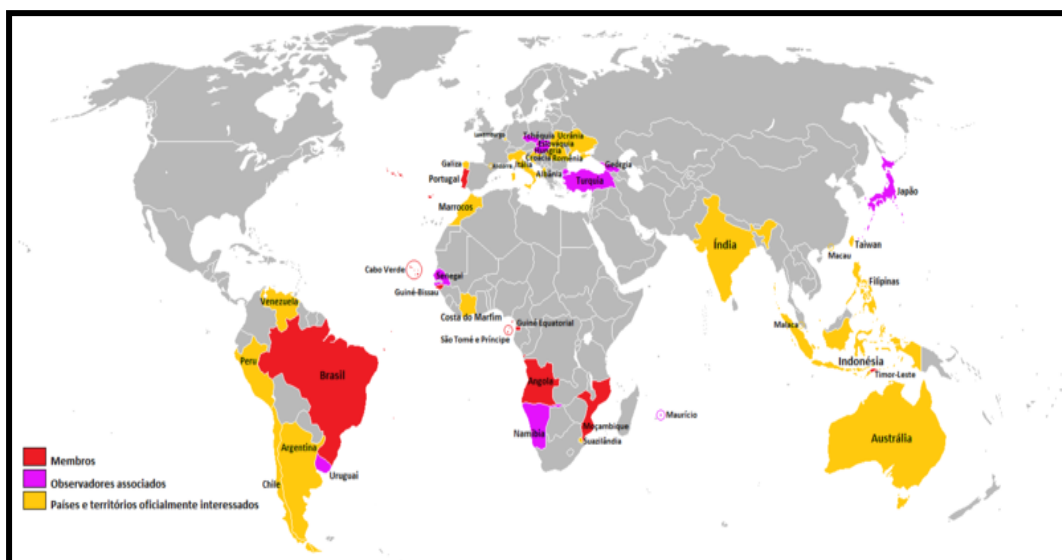


Figura 1: Países membros, observadores associados e interessados na CPLP

**Fonte:** (Wikiwand, s.d.).

Nesses mais de 20 anos de existência, a CPLP vem amadurecendo politicamente e procura adaptar-se às novas dinâmicas globais, a fim de continuar a representar para os Estados-membros que é uma organização credível, útil na promoção de seus interesses, unida pelos laços culturais e linguísticos, bem como por valores e objetivos comuns, sendo



a cooperação multilateral o principal instrumento para enfrentarem os desafios e para atingirem os seus objetivos (Escorrega, 2016, p. 7).

No entanto, a OI lusófona, integrada no CI, sofre impactos das dinâmicas securitárias que emergem neste século XXI. Nesse contexto de imprevisibilidade nas Relações Internacionais (RI), surgem novas ameaças como o terrorismo e outras mais tradicionais como as disputas entre Estados por fronteiras, áreas marítimas, controlo do espaço aéreo, fontes de água, alimentos e energia. As questões ambientais e as alterações climáticas, igualmente apresentam-se como um novo fator de preocupação a nível global (MD, 2012, pp. 17-19). Nesse contexto, o espaço CPLP, detentor de riquezas naturais, biodiversidade e regiões cultiváveis, poderá despertar o interesse de outros Estados. Assim, poderão haver ingerências externas ou a disputa por espaços globais comuns, gerando conflitos com reflexos para a Comunidade, os quais testarão os já existentes mecanismos para a afirmação da CPLP como instrumento de manutenção da paz e segurança, entre eles a solidariedade entre os Estados-membros em situações de agressão (CPLP, 2006, p. 4). Internamente, o espaço CPLP é já em si vulnerável, tendo em vista a disparidade entre os Estados-membros e, igualmente, a interdependência existente.

Nota-se outro desafio que se impõe à Comunidade, no sentido de procurar atender as exigências internas, inclusive em apoio humanitário, ao mesmo tempo em que deve promover o crescimento e a justiça no seio dos seus membros. Assim, as atuais dinâmicas securitárias do CI apresentam-se como o grande desafio para a CPLP, suscitando capacidades de defesa para enfrentá-lo e superá-lo, a fim de atender aos interesses de seus Estados-membros.

Bernardino e Azevedo (2016, p. 19), em seu artigo intitulado “Uma Nova Visão Estratégica da Defesa para a CPLP”, citam:

Pelo que ficou dito, mais que uma deriva organizacional e uma questão de moda ou protagonismo ideológico, a Nova Visão Estratégica da CPLP, deve permitir uma mudança institucional interna e apostar numa postura mais proactiva e articulada em termos externos. Assim, se ao nível interno, órgãos como o Secretariado Permanente para Assuntos de Defesa (SPAD), o Centro de Análise Estratégica (CAE)/CPLP, as Reuniões de Ministros da Defesa e de Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) e até os Exercícios “FELINO” podem e devem ser repensados por forma a induzir mudanças na cooperação nestes domínios, em termos externos, entre outras, exige-se uma maior aproximação aos contextos regionais de segurança (nomeadamente em África), uma centralização estratégica no Atlântico sul e uma maior aposta na intervenção e no contributo para a segurança global.

Coadunando com o supracitado, destaca-se a apresentação feita por Amador (2017a), durante o XIV Seminário Internacional Político-Estratégico do CAE/CPLP, versando sobre a evolução da componente de defesa: o contributo Português. Naquela oportunidade, foram



apresentados os desafios à estrutura de defesa da CPLP, indagando se a mesma atenderá as futuras exigências da Comunidade.

Assim, de forma global, percebe-se que a CPLP sofre impactos das ameaças securitárias da atualidade, exigindo uma resposta para que o mecanismo se mantenha relevante aos seus membros. Esta tarefa complexa justifica o estudo, a fim de verificar se a atual estrutura de defesa da Comunidade está adequada aos objetivos da OI lusófona, neste domínio.

Para atingir-se o pretendido, foi estabelecido, como objeto de estudo, a atual estrutura de defesa da CPLP. Nesse contexto, a investigação foi delimitada em três domínios: i) tempo; ii) espaço; e iii) conteúdo. Dessa forma, a pesquisa foi delimitada entre 20 de julho de 1998 (início dos debates sobre a cooperação no domínio da defesa e militar, no âmbito da CPLP) e 1 de abril de 2018, inserida no espaço CPLP, com foco na estrutura atual de defesa da OI lusófona, nomeadamente, seus órgãos componentes, suas atribuições, possibilidades e constrangimentos, a fim de identificar se atendem aos objetivos de defesa da Comunidade.

Foram, igualmente, estabelecidos os objetivos a serem atingidos durante a investigação (Apêndice A). Assim, o Objetivo Geral (OG) desta investigação é identificar se a atual estrutura de defesa da CPLP está adequada aos objetivos da OI lusófona no domínio da defesa e de que forma pode ser melhorada. A fim de alcançar o OG, foram definidos três Objetivos Específicos (OE). O primeiro visa analisar a evolução da estrutura de defesa da CPLP e sua adequação aos objetivos da OI nesse domínio; no segundo, procura-se analisar as estruturas de defesa da União Africana (UA) e da União Europeia (UE), a fim de identificar quais os órgãos existentes que podem servir de referência para a estrutura análoga da CPLP; e, por fim, no terceiro, identificar possíveis oportunidades de melhoria na atual estrutura de defesa da CPLP.

Analisada a problemática de investigação (Apêndice A), e na sequência do questionamento sobre a mesma, identificou-se a Questão Central (QC): Em que medida a atual estrutura de defesa da CPLP está adequada aos objetivos da OI no domínio da defesa?

Apresentada a QC que orientará a investigação, passa a apresentar-se as Questões Derivadas (QD) que permitirão operacionalizar o trabalho:

QD 1: A atual estrutura de defesa da CPLP é coerente com os objetivos fixados para a sua componente de defesa e as presentes ameaças ao espaço CPLP?



QD 2: Que órgãos da atual estrutura de defesa da UA e da UE podem servir de referência para a atual estrutura de defesa da CPLP?

QD 3: Que oportunidades de melhoria existem para a atual estrutura de defesa da CPLP?

A investigação valer-se-á de uma estratégia qualitativa e de um raciocínio dedutivo, baseado no pensamento crítico. Nesse contexto, tendo por desenho de pesquisa o estudo de caso, procurar-se-á identificar se a atual estrutura de defesa da CPLP está adequada aos objetivos da OI lusófona, no domínio da defesa.

Realizou-se uma pesquisa exploratória, a qual permitiu estabelecer bases sólidas para o percurso desta investigação, tendo sido fundamental a revisão de literatura. A fim de alargar o entendimento das questões envolvidas e de ajustar o foco da investigação, foi conduzida uma entrevista exploratória com o Núcleo Nacional (NN) português da estrutura de defesa da CPLP.

A recolha de dados, conduzida através da análise documental, possibilitou estabelecer a base concetual e obter as informações sobre a CPLP, seus objetivos e sua atuação no âmbito da defesa. Assim, foram obtidos e estudados os documentos fundadores e estruturantes da CPLP, com especial atenção àqueles afetos ao domínio da defesa da OI. Para além disso, foram analisados diversos produtos e apresentações de seminários realizados sobre a temática, bem como foram feitas consultas a sítios eletrónicos, lidas publicações e variados artigos científicos de autores conceituados. Ressalta-se a pesquisa bibliográfica sobre as estruturas de defesa da UA e da UE, visando identificar oportunidades de melhoria para a estrutura análoga da CPLP.

Destaca-se, igualmente, a realização de entrevistas semiestruturadas a membros de representações diplomáticas, especialistas e individualidades da estrutura de defesa da CPLP, da UA e da UE, que forneceram valiosos contributos para a presente investigação (Apêndices C e D).

O presente estudo está organizado em quatro capítulos, para além da introdução e das conclusões. O primeiro capítulo apresentará o Estado da Arte, no que se refere ao domínio da defesa na CPLP, bem como a metodologia de investigação; o capítulo dois analisará a adequação da atual estrutura de defesa da CPLP aos seus objetivos; o terceiro capítulo analisará as estruturas de defesa da UA e da UE, a fim de identificar quais os órgãos existentes que podem servir de referência para a estrutura análoga da CPLP; no capítulo quatro, serão avaliados e discutidos os resultados obtidos, permitindo a identificação de oportunidades de melhoria na atual estrutura de defesa da CPLP.





## **1. Revisão de literatura e metodologia**

O presente capítulo apresentará a Revisão de Literatura, com o objetivo de apresentar o Estado da Arte sobre a temática, bem como a metodologia que será utilizada para que sejam alcançados os objetivos traçados para esta investigação.

### **1.1. Estado da Arte**

A fim de definir o “Estado da Arte” sobre o tema proposto, deu-se prioridade a fontes primárias, uma vez que não há estudos acabados e aprofundados sobre a estrutura de defesa da CPLP. Assim, foram obtidos e estudados os documentos fundadores e os estruturantes da OI, bem como decisões e declarações referentes à sua estrutura de defesa. Foram, igualmente, analisadas obras que auxiliaram na composição e na sustentação dos argumentos apresentados a respeito da CPLP, entre os quais citamos: A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; O Instrumento Militar Português como Produtor de Segurança: contributos para uma arquitetura securitária no Atlântico Sul; e A CPLP e o seu enquadramento.

“A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, de autoria de Bernardino e Leal (2011), foi o principal sustentáculo desta investigação. Em resumo, faz uma análise da componente de segurança e defesa da CPLP, no período compreendido entre os anos de 1996 e 2011. Para tal, percorre um caminho onde caracteriza a OI, bem como a sua importância geoestratégica e geopolítica. Na sequência, apresenta a evolução da estrutura de segurança e defesa e seus mecanismos de ação. Por fim, caracteriza e analisa a Estratégia para os Oceanos da CPLP, concluindo sobre a mais-valia para cada um de seus membros e para a OI, como um todo.

“O Instrumento Militar Português como Produtor de Segurança: contributos para uma arquitetura securitária no Atlântico Sul”, de autoria de Amador (2017b), traz uma análise da capacidade dos países lusófonos do Atlântico Sul de garantirem a segurança marítima, bem como as perspetivas de emprego do instrumento militar português, na vertente marítima, em apoio dos mesmos, concluindo sobre o papel preponderante do Brasil e de Portugal nessa dinâmica.

“A CPLP e o seu enquadramento”, obra escrita por Marchueta (2003), de cariz político-diplomático, aborda aspetos alargados e fundamentais para a perceção das dimensões da OI, nomeadamente o espaço lusófono, concluindo sobre as distintas perceções sobre a CPLP.

Recorreu-se, igualmente, a outras publicações, sendo o Manual das Organizações Internacionais (Seitenfus, 2005) e a Teoria das Organizações Internacionais (Neto, 2013),



duas publicações que possibilitaram a percepção das características e da amplitude das OI, bem como foram fundamentais para compreender que a CPLP é única, sendo incomparável sob quaisquer parâmetros. Ressalta-se que a singularidade da CPLP reside no facto de seus Estados-membros estarem espalhados por diversos continentes e de ter-se construído, sobre a base sólida do idioma comum e de laços históricos e culturais, uma rede de interesses e valores compartilhados que transcende a distância geográfica (MRE, s.d.).

Por fim, outra obra muito útil para a consecução desta investigação foi a publicação institucional: “18 anos CPLP – Os desafios do futuro” (CPLP, 2014). Nela constam informações detalhadas sobre a OI lusófona, incluindo o seu histórico, suas atividades e diferentes reflexões sobre as suas principais dificuldades, concluindo sobre os desafios que se descortinam no futuro.

Perceber o Estado da Arte passa, igualmente, pela identificação dos diferentes pontos de vista e opiniões sobre a CPLP, incluindo o domínio da defesa. Nesse sentido, foram identificadas duas correntes de pensamento, uma entusiasta da organização e outra que a percebe como algo sem futuro. Segundo Bernardino e Azevedo (2015), representantes da primeira categoria, a CPLP está presente no imaginário das pessoas e encontra-se em franco processo de crescimento e de estabilização institucional, procurando afirmar sua posição no CI por meio da multicooperação, da identidade cultural e da presença cada vez mais assertiva.

Escorrega, outro entusiasta da CPLP, afirma que a OI, a fim de se manter relevante no futuro, necessita maximizar as suas potencialidades e minimizar as suas vulnerabilidades. Entre as principais potencialidades, realça-se a sua composição e a sua amplitude, dispersa por quatro continentes, os valores que promove, o dinamismo da língua que une os respetivos Estados-membros e o enorme potencial de recursos naturais e energéticos de que dispõe. Sobre as principais vulnerabilidades, destacam-se a instabilidade política de alguns Estados-membros e a reduzida cooperação multilateral em detrimento das relações bilaterais (2016, pp. 7-8).

Outra corrente percebe que a CPLP não tem apresentado resultados satisfatórios. Segundo Mota (2009, p. 117), a OI está aquém das expectativas de seus Estados-membros, nomeadamente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), e requer medidas concretas, para além do argumento da língua comum, que proporcionem maior inserção da organização no CI.

Uma visão mais pragmática é apresentada por Miyamoto (2009, p. 40). Para o autor, representante da corrente que não percebe a Comunidade como relevante, não seria



incorrer em erro afirmar que as expectativas brasileiras em relação à CPLP como um todo restringe-se mais aos aspetos culturais, tendo em conta que boa parte dos programas em curso estão voltados para esta área. Assim, conclui que são reduzidos os retornos nos campos económico e estratégico, desqualificando estas áreas como verdadeiras forças motivadoras da atuação da política externa brasileira junto da CPLP.

Para Cardim e Cruz, a CPLP é carente de visão de longo prazo, no que se refere às relações internacionais, e que medidas devem ser adotadas para se construa uma agenda comum entre os Estados-membros, a fim de permitir que os mesmos, atualmente carentes de excedentes de poder, possam ensejar espaço para a Comunidade no CI (2002, p. 309).

Há controvérsias, inclusive, no seio da Comunidade. Segundo a agência Lusa (2018), o primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, Patrice Trovoada, advertiu que os países lusófonos "não estão a fazer um bom uso" da CPLP devido às suas agendas internas e que isso poderá concorrer para que a OI deixe de ser relevante no futuro. Declarou, igualmente, que a CPLP poderia "ser mais interventiva" em relação às questões e conflitos internos dos Estados-membros.

Em resumo, evidenciou-se a inexistência de vastos estudos sobre o tema, bem como foram pontuadas as obras que servirão de base para esta investigação. Para além disso, foram apresentadas algumas das principais visões e correntes de pensamento existentes em relação à CPLP, a fim de que haja a perceção do Estado da Arte sobre a OI.

## **1.2. Metodologia**

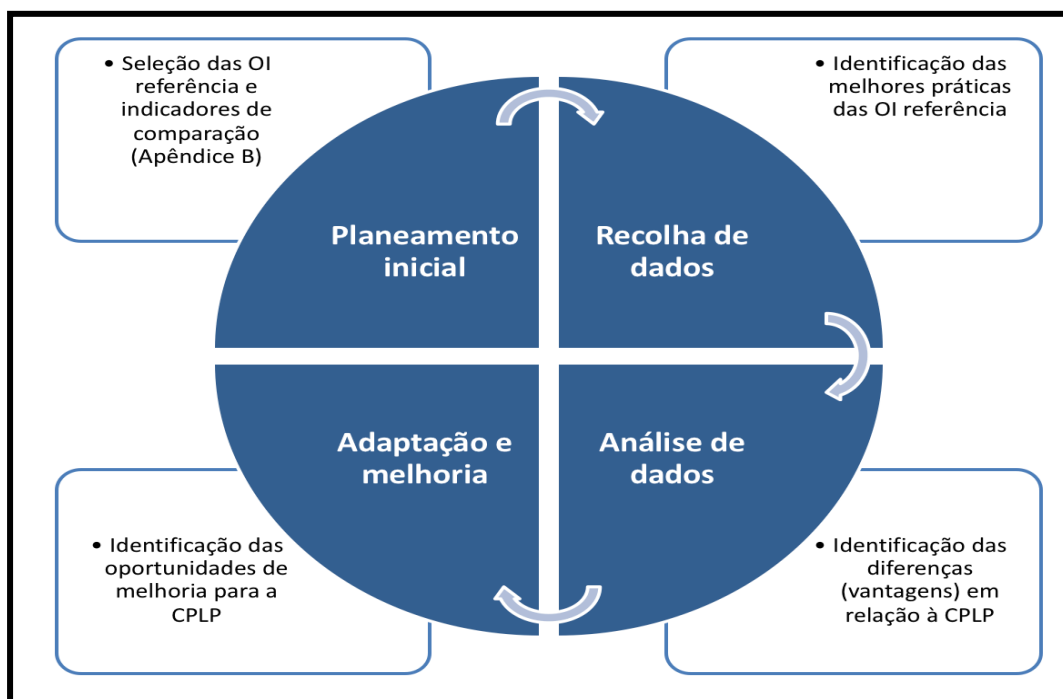
A investigação enquadra-se no âmbito das Ciências Militares e insere-se no domínio dos Elementos Complementares, Ciências Políticas, na subárea da Geopolítica e Geoestratégia (IUM, 2017). O estudo assumirá uma tipologia de investigação aplicada, procurando “encontrar uma aplicação prática para os novos conhecimentos” (Santos, et al., 2016, p. 14). Seguirá a posição epistemológica do interpretativismo, procurando compreender os significados subjetivos dos fenómenos sociais e perceber como a realidade subjetiva e socialmente construída molda e é moldada pelos comportamento e ações dos atores envolvidos (Santos, et al., 2016, p. 19).

Para viabilizar a investigação, adotar-se-á uma estratégia qualitativa, na qual “a interpretação dos fenómenos sociais e a atribuição dos respetivos significados é feita a partir de padrões encontrados nos dados” (Santos, et al., 2016, p. 29). Para além disso, o raciocínio adotado será o dedutivo, com base no pensamento crítico e o desenho de pesquisa será o estudo de caso, o que permitirá identificar se a atual estrutura de defesa da CPLP está adequada aos objetivos da OI lusófona no domínio da defesa, na medida em que

“o investigador procura recolher informação sobre um fenómeno particular inserido num contexto específico” (Santos, et al., 2016, pp. 21-22 e 39).

A recolha de dados será procedida por meio da análise documental, de entrevistas semiestruturadas com personalidades de destaque e notório conhecimento sobre o assunto, notadamente integrantes de representações diplomáticas, especialistas e membros da estrutura de defesa da CPLP, da UA e da UE (Apêndices C e D). Os dados obtidos serão utilizados durante o trabalho, nomeadamente nos capítulos dois, três e quatro, nos quais serão procedidas as análises de seus conteúdos.

Visando organizar o pensamento e estruturar o racional que servirá de fio condutor para esta investigação, o modelo de análise a ser utilizado foi construído com base no método *benchmarking*<sup>1</sup>, do tipo funcional<sup>2</sup>, em quatro passos (Figura 2) (Watson, 2007, pp. 71-72).



**Figura 2: Modelo de análise adaptado da metodologia *benchmarking***

**Fonte:** Adaptado a partir de Watson (2007, p. 72).

Assim, será conduzido um planeamento inicial que permitirá selecionar indicadores para a comparação (Apêndice B) e limitar as OI de interesse; o passo seguinte será a recolha de dados a respeito das melhores práticas, no que se refere às estruturas de defesa, das OI de referência; o terceiro passo consistirá na análise dos dados, verificando as

<sup>1</sup> Método que consiste no estabelecimento, por meio da recolha de dados, dos objetivos e dos indicadores de comparação, com os quais é possível identificar determinados níveis de performance. Através da adoção das melhores práticas identificadas é suposto melhorar o desempenho da instituição (CIMA, 2005, p. 46).

<sup>2</sup> Consiste em identificar as melhores práticas de uma organização, que tenha reputação de excelência na área funcional sujeita ao *benchmarking* (Madeira, 1999, p. 364)



diferenças e identificando os capacitadores, responsáveis pelos bons resultados das OI no domínio da defesa; por fim, o quarto passo será adaptado, uma vez que a pesquisa limitar-se-á a identificar as oportunidades de adaptação e de melhoria para complementar a atual configuração de defesa da CPLP.

Importa, igualmente, apresentar as razões que levaram a seleção das OI de interesse, conforme referido no modelo de análise apresentado. Considerando que todos os Estados-membros da CPLP, espalhados em quatro continentes, também estão integrados em outros grupos regionais, fez-se uma seleção entre aqueles que possuem estruturas de defesa coletiva mais avançadas, a fim de servirem como possíveis referências para o estudo. Ao delimitar às OI com cooperação no domínio defesa, verificou-se que Timor-Leste, até o momento, não integra nenhuma outra organização com cariz de defesa, que não seja a CPLP (RDTL, 2018). Dessa forma, buscando a maior representatividade possível, procurou-se selecionar organizações regionais integradas pelos países da CPLP em cada um dos continentes abarcados pela Comunidade, exceto a Ásia, pelo que já foi exposto, e a América do Sul, visto que não são significativos os avanços nesse domínio por parte das organizações regionais integradas pelo Brasil. Assim, selecionaram-se a UA, integrada pelos PALOP (UA, s.d.) e a UE, onde figura Portugal (UE, 2018e).

Por ser uma análise fundamental para a investigação, importa estabelecer um modelo específico para dar resposta à QD 1. Assim, o racional a ser utilizado será, inicialmente, tecer comentários sobre os objetivos de defesa, bem como identificar as ameaças que se apresentam à CPLP. Na sequência, será analisada a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa (ICDD), uma vez que se trata de um documento enquadrador e orientador ao identificar os objetivos, os interesses e as ameaças comuns à Comunidade (Escorrega, 2017, p. 4), pelo que será possível inferir se o que está plasmado em suas páginas corresponde às ações efetivas, por parte da estrutura de defesa. Numa última etapa, tomando por base o Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa (PCCDD), proceder-se-á uma análise dos órgãos componentes da defesa, a fim de verificar se os mesmos contribuem para que os objetivos constantes em seu artigo 2º sejam atingidos, de forma alinhada aos vetores fundamentais constantes de seu artigo 4º (indicadores).

O trabalho está organizado de maneira que, inicialmente, analisar-se-á a atual estrutura de defesa da CPLP e a sua adequação aos objetivos neste domínio, o que será alcançado por meio dos dados recolhidos, com destaque para os contributos das entrevistas semiestruturadas, permitindo encontrar resposta à QD 1. Na sequência, será feita a análise das estruturas de defesa da UA e da UE, a fim de identificar quais os órgãos existentes que



podem servir de referência para a estrutura análoga da CPLP, o que será obtido por meio da análise documental, contando com alguns contributos das entrevistas, restando respondida a QD 2. Seguidamente, serão avaliados e discutidos os resultados obtidos anteriormente, permitindo a identificação de oportunidades de melhoria na atual estrutura de defesa da CPLP, o que responderá a QD 3. Por fim, serão apresentadas as conclusões e recomendações, oportunidade em que se responderá a QC estabelecida para a investigação (Figura 3).

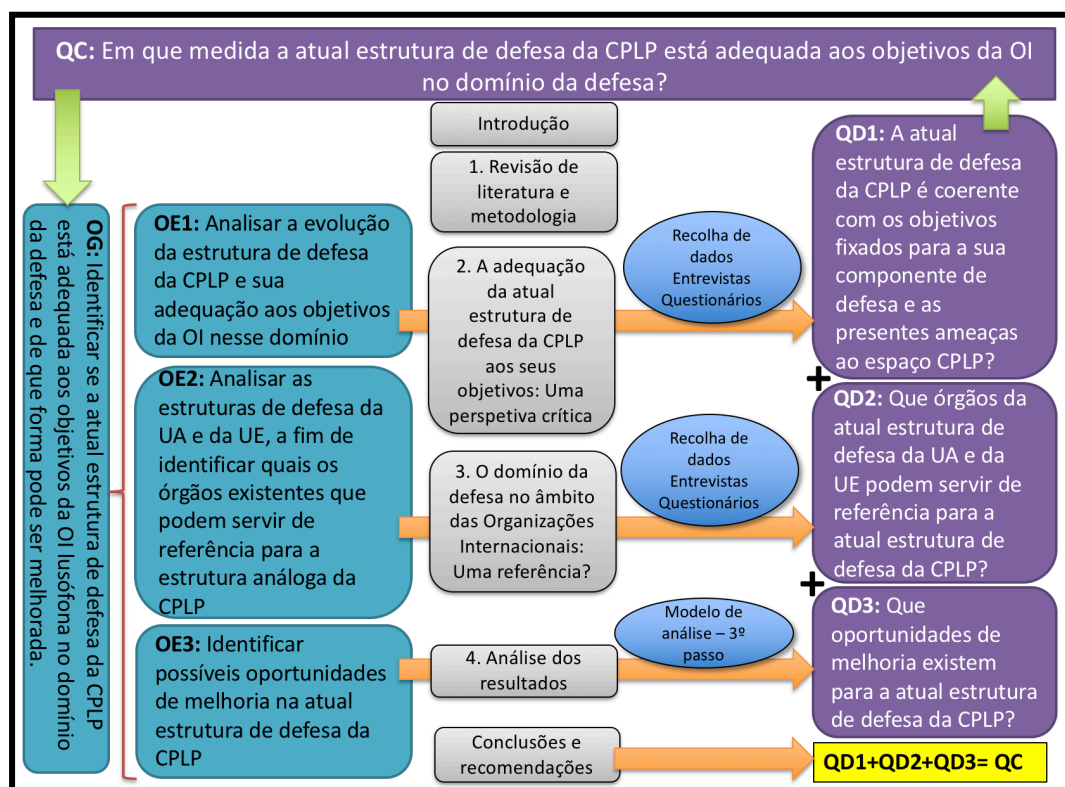


Figura 3: Organização do trabalho

Fonte: (Autor, 2018).

No que se refere ao percurso metodológico utilizado, durante a fase exploratória, correspondente às etapas de rutura e de construção, foram estudados os documentos fundadores e os estruturantes da CPLP, bem como as decisões e declarações pertinentes à estrutura de defesa da OI. Recorreu-se a fontes secundárias como publicações e sítios oficiais referentes à CPLP e a outras OI que possuam estrutura de defesa e possam servir de referência nesse domínio, a fim de alargar a compreensão do contexto em que a CPLP está inserida. Para além disso, produtos e apresentações de seminários realizados sobre a temática compuseram a revisão da literatura. Foram, igualmente, analisados artigos científicos de autores conceituados e outras publicações, maioritariamente citados neste trabalho e constantes da bibliografia. Para além disso, a fim de alargar o entendimento das



questões envolventes e de ajustar o foco da investigação, foi conduzida uma entrevista exploratória com o NN português da estrutura de defesa da CPLP.

Durante a fase analítica, já na etapa de verificação, serão efetuadas a recolha de dados, a sua análise e a leitura de bibliografia relacionada ao tema. Os resultados obtidos serão caracterizados e interpretados, a fim de responderem às questões derivadas formuladas. Ressalta-se o uso de entrevistas semiestruturadas para a recolha de dados, instrumentos valiosos para a análise pretendida. O conteúdo das entrevistas será analisado pela tipologia temática ou categorial, onde desconstrói-se o texto em unidades, segundo reagrupamentos analógicos (Santos, et al., 2016, p. 119).

Por fim, na fase conclusiva, serão avaliados e discutidos os resultados obtidos, a fim de apresentar as conclusões e as implicações, bem como os contributos para o conhecimento, as limitações e as recomendações. O esquema gráfico abaixo sintetiza o racional empregue para a articulação das etapas da investigação a ser realizada (Figura 4).

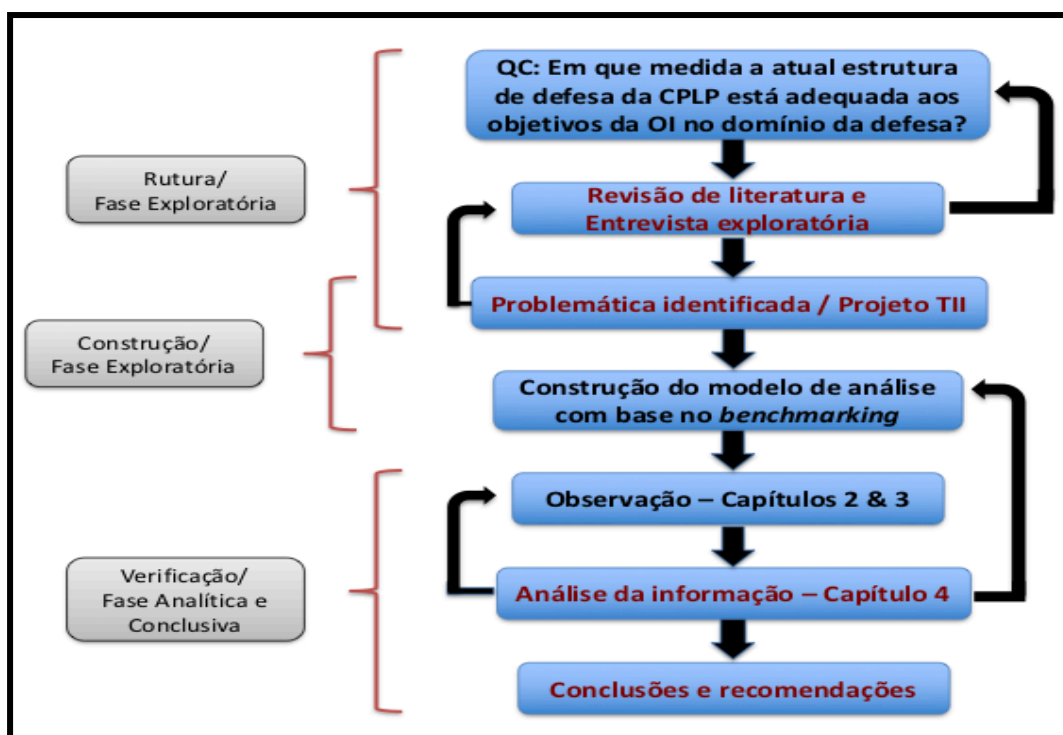


Figura 4: Etapas da investigação

**Fonte:** Adaptado a partir de Quivy e Campenhoudt (2008, p. 27).





## **2. A adequação da atual estrutura de defesa da CPLP aos seus objetivos: Uma abordagem crítica**

Neste capítulo será feita uma análise da atual estrutura de defesa da CPLP e a sua adequação aos objetivos neste domínio. Para tal, será apresentada a evolução do domínio de defesa da CPLP, os órgãos componentes de sua estrutura, os objetivos definidos para cada um deles e a sua adequação ao novo ambiente conflitual e a uma nova visão estratégica.

### **2.1. A evolução do domínio de defesa da CPLP**

Os atuais Estatutos da Comunidade lusófona preconizam, em seu artigo 1º que a CPLP é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre seus membros, a qual goza de personalidade jurídica e possui autonomia financeira. Os mesmos estatutos apresentam, em seu artigo 3º, os objetivos gerais da OI (CPLP, 2007, p. 1):

- i) A concertação político-diplomática entre seus Estados-membros, nomeadamente para o reforço da sua presença nos foros internacionais;
- ii) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; e
- iii) A materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

Percebe-se que há três pilares básicos e estruturantes da CPLP, a concertação, a cooperação e a difusão da língua portuguesa. No que se refere à cooperação, a CPLP tem como objetivo alcançá-la em diferentes domínios, inclusive o da defesa.

O domínio da defesa tem expressão no pilar concertação através da proteção de objetivos comuns aceites, como a promoção da paz, democracia, direitos humanos, desenvolvimento e justiça social. A vertente da defesa no âmbito da CPLP não é importante apenas para o pilar da concertação, onde se insere primariamente, na verdade, expande-se para os demais pela abrangência de suas ações e dos seus contributos. Ao nível da difusão da língua portuguesa, a componente de defesa tem tido um papel de relevo, nomeadamente através da cooperação. Importa, igualmente, destacar que é no âmbito do pilar cooperação que a componente da defesa tem sido notoriamente desenvolvida (Amador, 2017a).

A vertente defesa não esteve presente desde a fundação da organização. Entretanto, decorrente da necessidade óbvia de contar com mecanismos de resposta múltiplas e





articuladas para as ameaças emergentes no espaço CPLP à época, entre elas as convulsões internas oriundas da rebelião militar na Guiné-Bissau e a situação político-militar de Angola, sentiu-se a necessidade de encetarem-se medidas diplomáticas para a resolução dos conflitos (Bernardino e Leal, 2011, pp. 25-26). Para além disso, havia uma tendência reprimida para a multilateralização da Cooperação Técnico-Militar (CTM), até então bilateral entre Portugal e os PALOP. Assim, no ano de 1998, com a Declaração de Lisboa, assinada durante a I Reunião dos Ministros da Defesa Nacional (MDN) da CPLP, foram estabelecidas as primeiras orientações visando edificar o domínio da defesa no âmbito da Comunidade. Tomaram parte da reunião Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe (CPLP, 1998, pp. 1-2).

Em 1999, durante a II Reunião dos MDN, ocorrida na cidade de Praia, em Cabo Verde, os participantes realizaram uma análise da situação político-militar vigente e concluíram pela necessidade de intensificar a conjunção de esforços visando a paz coletiva, a fim de permitir o adequado desenvolvimento no âmbito da CPLP. Foi feito um balanço das ações, até então bilaterais, de CTM, sinalizando a necessária globalização da cooperação em busca da multilateralidade. Igualmente, acertou-se a apresentação de uma proposta relativa ao secretariado permanente, por parte de Portugal, bem como acordaram-se programas de formação e de intercâmbio militar entre os países, entre outras resoluções (CPLP, 1999).

Naquele mesmo ano, em Luanda, Angola, decorreu a I Reunião de Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) da CPLP. Naquela oportunidade, foi apresentada e aceite a proposta de Portugal para que se realizassem exercícios militares no âmbito da CPLP, com o fim último de treinar uma força multinacional com capacidade para realizar operações conjuntas e combinadas, com vista à participação no quadro de Operações Humanitárias e de Operações de Paz, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU). Consequentemente, no ano 2000, realizou-se a primeira edição do Exercício Felino, em Portugal, dando início à sequência anual de exercícios que ocorrem até hoje (CPLP, 2014, p. 123).

As iniciativas na área de defesa foram crescentes e, no ano de 2001, durante a VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, ocorrida em São Tomé e Príncipe, foi assinada a resolução sobre a primeira revisão dos Estatutos da CPLP, onde a Cooperação no Domínio da Defesa foi consagrada estatutariamente, no já citado artigo 3º (CPLP, 2001, p. 1). Em 2003, ocorreu a VI Reunião de MDN, na cidade de São Tomé, onde foram assumidos diversos compromissos no domínio da defesa, dos quais destaca-se



o acordo para que as iniciativas de cooperação entre os Estados-membros fossem objeto de um protocolo geral de cooperação (CPLP, 2003, p. 5), o que resultaria na aprovação, em 2006, do PCCDD, instrumento jurídico que regulamentou princípios gerais de cooperação na área, a estrutura de defesa e os vetores determinantes para que a OI pudesse afirmar-se como promotora de paz e de segurança (CPLP, 2006).

Desde então, o domínio da defesa da CPLP evoluiu constantemente, até que, em 26 de maio de 2015, no âmbito da XVI reunião dos MDN, na Declaração de São Tomé, os países membros da comunidade concordaram com a necessidade de rever o PCCDD, a fim de incorporar novas dinâmicas em função da evolução do contexto securitário global, bem como do aprofundamento das ações de defesa em andamento. Nesse contexto evolutivo, durante a já citada reunião ministerial, foi aprovado o documento de ICDD, sendo, ainda, acordado que o mesmo seria encaminhado para o grupo de trabalho responsável pela Nova Visão Estratégica da instituição (CPLP, 2015d, pp. 3-4).

A ICDD, validada em 2015, apresenta uma visão global e integradora da gênese identitária e de interesses comuns dos Estados-membros com as atuais ameaças securitárias. A leitura detalhada do documento revela aspetos fundamentais para que o pilar defesa esteja à altura dos anseios da Comunidade, permitindo a consecução dos seus objetivos estatutários por meio de uma cooperação multilateral. No seu último parágrafo cita que o potencial da CPLP na área de defesa é significativo e que poderá ser usufruído por seus Estados-membros, desde que haja, de suas partes, vontade e empenho efetivo para a consolidação de uma identidade de defesa no âmbito da Comunidade, materializada por ações concretas e enquadradas por adequado protocolo de cooperação (CPLP, 2015b, pp. 9-10).

Em 2016, durante a XVII Reunião dos MDN, ocorrida na cidade de Díli, no Timor-Leste, entre outras resoluções, foi aprovada a versão consensual do Protocolo de Revisão do PCCDD, o qual só será assinado formalmente após cumpridos os procedimentos internos legalmente exigidos em cada Estados-membros (CPLP, 2016c, p. 5).

No âmbito geral da CPLP, fruto das novas dinâmicas no cenário internacional e seus impactos diretos na Comunidade e em seus Estados-membros, entre os dias 31 de outubro e 1º de novembro de 2016, durante a XI Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Brasília, foi adotada a Declaração sobre a Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026). Importa destacar que o documento reconheceu a necessidade de reforço em diversos setores estratégicos, exceto a defesa (CPLP, 2016a, pp. 21-29).

Em 2017, durante a XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, ocorrida em 20 de julho, em Brasília, foi aprovado o Documento de Operacionalização da Nova Visão Estratégia, o qual apresenta um quadro operacional dos diversos planos de atuação da Comunidade. O documento veio sublinhar a importância do reforço da atuação da Comunidade nos três objetivos estatutários da Organização (CPLP, 2017d, p. 3). No que se refere ao domínio da defesa, de forma ténue, o referido quadro operacional apresenta a necessidade de reforço da cooperação nas áreas da defesa e da segurança, por meio da revitalização do CAE (CPLP, 2017d, p. 12). No mesmo ano, durante a XVIII Reunião dos MDN, ocorrida na cidade de Malabo, procedeu-se à entrega simbólica do instrumento de Ratificação do PCCDD (CPLP, 2017e, p. 5).

## 2.2. A defesa no âmbito da CPLP: estrutura organizacional e objetivos

Alargando a perceção sobre a vertente defesa da CPLP, apresentar-se-á a sua atual estrutura, notadamente os órgãos componentes descritos no artigo 5º do PCCDD, de 2006, complementados pela constante da proposta de revisão, ainda pendente (CPLP, 2018, p. 8), de 2016 (Figura 5).



**Figura 5: Órgãos da componente de defesa da CPLP**

**Fonte:** Adaptado de CPLP (2006, pp. 6-12; 2016, pp. 5-7).

Assim, são órgãos da componente de defesa da CPLP: i) Reunião de MDN ou equiparados dos Estados-membros; ii) Reunião de CEMGFA ou equiparados dos Estados-membros; iii) Reunião dos Diretores de Política de Defesa Nacional (DPDN) ou equiparados dos Estados-membros; iv) CAE; e v) SPAD (CPLP, 2006, pp. 6-12; 2016, pp. 5-7). Importa destacar que a Reunião de Diretores dos Serviços de Informações Militares



ou equiparados, em conformidade com a proposta de revisão do PCCDD, deixou de integrar a estrutura de defesa da CPLP. De facto, tais reuniões nunca ocorreram (Serra, 2018).

Feitas as considerações acima sobre os órgãos da componente de defesa, importa visualizar os atuais objetivos de defesa da CPLP, plasmados no artigo 2º do PCCDD e da sua proposta de revisão (CPLP, 2006, p. 3; 2016, p.4). O objetivo global é promover e facilitar a cooperação entre os Estados-membros no domínio da defesa, através da sistematização e clarificação das ações a empreender. Como objetivos específicos citam-se:

- a) Criar uma plataforma comum de partilha de conhecimentos em matéria de defesa;
- b) Promover uma política comum de cooperação nas esferas da defesa; e
- c) Contribuir para o desenvolvimento das capacidades internas com vista ao fortalecimento das FA dos países da CPLP.

De acordo com o artigo 4º do PCCDD, o foco da CPLP é ser um instrumento para a manutenção da paz e segurança. Para tal, há vetores fundamentais que se constituem como mecanismos para que essa intenção seja concretizada (CPLP, 2006, pp. 4-6; 2016, pp.4-5):

- a) A solidariedade entre os Estados-membros da CPLP em situações de desastre ou de agressão que ocorram num dos países da Comunidade, respeitadas as legislações de cada Estados-membros e nos termos das normas estabelecidas na Carta das Nações Unidas;
- b) A sensibilização das Comunidades Nacionais quanto à importância do papel das FA na defesa da Nação, em outras missões de interesse público e no apoio às populações em situações de calamidade, desastres naturais ou tecnológicos, bem como, de modo subsidiário, no combate a outras ameaças e riscos não militares, respeitadas as legislações nacionais;
- c) A troca de informação, devidamente regulamentada, o intercâmbio de experiências e metodologias, e a adoção de medidas de fortalecimento da confiança entre as FA dos Estados-membros da CPLP, em conformidade com o ordenamento constitucional de cada Estado, visando contribuir para o fortalecimento da estabilidade nas regiões em que se inserem os países da CPLP;
- d) A implementação do Programa Integrado de Intercâmbio no domínio da Formação Militar, o qual promoverá o aproveitamento, pela Comunidade, das



capacidades de cada país no domínio da formação militar e potenciará a uniformização de doutrina e procedimentos operacionais entre as FA dos Estados-membros da CPLP;

- e) A realização dos Exercícios Militares Combinados Felino, ou outros, que permitam a interoperabilidade das FA dos Estados-membros da CPLP e o treino para o emprego das mesmas em operações de paz e de assistência humanitárias, sob a égide da ONU, respeitadas as legislações nacionais;
- f) A ação concertada dos Estados-membros no mar, particularmente através do reforço da cooperação entre Marinhas, contribuindo para o desenvolvimento das suas capacidades e para a partilha de conhecimento e permanente comunicação entre as estruturas superiores, nomeadamente através da Conferência das Marinhas;
- g) A procura de sinergias para o reforço do controlo e fiscalização das águas jurisdicionais, da zona económica exclusiva e da plataforma continental dos países da CPLP, com o emprego conjunto de meios aéreos e navais;
- h) O desenvolvimento da Saúde Militar através dos Encontros de Saúde Militar da CPLP, do Fórum de Saúde Militar e de outros eventos de natureza técnico-militar e científico-militar que venham a ser aprovados;
- i) A realização de Jogos Desportivos Militares da CPLP; e
- j) Outras ações para a afirmação da componente de defesa da CPLP que venham a ser consideradas e aprovadas em sede de Reunião Ministerial.

No contexto das operações de paz e de ajuda humanitária, importa destacar que a geração de forças passíveis de emprego, sob a égide da ONU, será regulada por meio de Memorandos de Entendimento entre os países intervenientes, onde cada Estados-membros indicará, em caráter voluntário, os recursos disponíveis (CPLP, 2006, p. 6; 2016, p.5).

Para dar forma a tudo isso, faz-se necessária a existência de uma estrutura de defesa corretamente dimensionada e capacitada para conduzir as ações de defesa da OI na persecução de seus objetivos nessa área.

### **2.3. A adequação da atual estrutura de defesa da CPLP aos seus objetivos**

Como foi visto anteriormente, os três objetivos de defesa da CPLP são alargados e podem ser percebidos, de forma sintética, como a procura efetiva pela cooperação em matéria de defesa entre os seus Estados-membros (CPLP, 2006, p. 3). É, de facto, a cooperação o caminho a ser trilhado para que haja uma evolução na OI, nomeadamente no domínio da defesa e é sob esse paradigma que será desenvolvida esta parte da investigação.



A ICDD identifica diversas ameaças ao espaço lusófono com potencial para inviabilizar a consecução dos interesses dos países da OI. Ressaltam-se o crime organizado transnacional, principalmente o associado ao tráfico de pessoas e de drogas; a disputa por recursos marinhos e energéticos, onde se destaca a pirataria; o incremento do radicalismo religioso e suas consequências mais visíveis em África e na Europa; os conflitos regionais, “como por exemplo nos Grandes Lagos, no Magrebe, ou na Europa de Leste”; as ameaças cibernéticas; as questões ambientais e climáticas; e os problemas internos, “de natureza social e/ou política, de cada um dos países da CPLP e que, sendo do seu domínio soberano, abrem diversas possibilidades de cooperação para uma mitigação mais eficiente e eficaz” (CPLP, 2015b, p. 3). Importa, igualmente, considerar a influência crescente da francofonia no espaço CPLP, especialmente na Guiné-Bissau, configurando nova ameaça à Comunidade ao concorrer com o elo linguístico entre os Estados-membros que é o idioma português (Dores, 2018; Morgado, 2018; Mourão 2018), revelando que, mesmo no setor estratégico da língua portuguesa, pode-se constatar desajustes entre os objetivos enunciados e os factos (Marchueta, 2003, pp. 78-79).

Passando à análise do mesmo documento, identifica-se que o somatório das ameaças supracitadas as torna ainda mais complexas, o que obriga a soluções multissetoriais e, na maioria dos casos, multilaterais (CPLP, 2015b, p. 3). Assim sendo, percebem-se fragilidades na estrutura de defesa da OI, uma vez que são identificadas, no documento de referência, as ameaças ao espaço lusófono, sem que haja, até hoje, uma Estratégia de Defesa para a CPLP que indique como a Comunidade poderá edificar as capacidades necessárias para fazer frente aos problemas mapeados. Tal deficiência não impede, no entanto, que a atual estrutura de defesa desenvolva mecanismos e desencadeie ações que possibilitem o direcionamento da vertente da defesa no âmbito da OI, permitindo que os objetivos de defesa sejam alcançados. De qualquer forma, importa olhar para o futuro e, nesse sentido, torna-se necessária a existência de uma Estratégia de Defesa para a CPLP (Bernardino, 2018).

Outra questão tida como necessária é a acomodação dos interesses de cada Estado-membro no quadro multilateral da CPLP (CPLP, 2015b, p. 5). Aqui percebe-se uma clara necessidade de intensificação de esforços para que sejam identificadas áreas de interesse comum para aplicação dos recursos disponíveis voltados para a defesa. Nesse contexto, percebe-se que a coexistência de interesses dos Estados-membros voltados para a CPLP e para outras OI regionais, por vezes mais aliciantes ao proporcionarem dividendos mais concretos e imediatos em termos securitários, enfraquece o desejável nível de



comprometimento e de assertividade para que medidas coletivas sejam adotadas, configurando um desafio imposto à Comunidade (Mourão, 2018; Seabra, 2018). Pese embora tal facto, são inegáveis os esforços da estrutura de defesa, no sentido de promover uma política comum de cooperação em áreas relevantes para os Estados-membros. São exemplos as iniciativas voltadas para a cooperação multilateral em matéria saúde, onde os Encontros de Saúde Militar da CPLP, o Fórum de Saúde Militar e o Programa de Intercâmbio de Militares da CPLP para a Formação e Investigação em Saúde Militar são os maiores expoentes (Caeiro, 2018; CPLP, 2017, p. 4); de segurança marítima, consubstanciada na Estratégia da CPLP para os Oceanos (Amador, 2017b, p. 73), ainda pouco desenvolvida (Serra, 2018), e na criação de um mecanismo de Resposta Multilateral da CPLP a catástrofes (CPLP, 2016c).

A ICDD, igualmente, propõe medidas para que a Comunidade possua potencial de dissuasão, o que, segundo o documento, seria obtido se houvesse uma força militar ou de segurança capaz de mitigar as novas ameaças por meio de efetiva presença. Indo além, sugere que a realização de exercícios multilaterais, a partilha de informações ou a coordenação de atividades associadas ao controlo de espaços soberanos, seriam estratégias de dissuasão com possibilidade de sucesso (CPLP, 2015b, p. 7). Nesse aspeto, não há dúvidas sobre as propostas e, como já citado, os exercícios da série Felino se mantêm relevantes, nomeadamente por sua capacidade de uniformizar e aprimorar a interoperabilidade entre as FA dos Estados-membros (Carvalho, 2018), ainda que haja espaço para melhorias (Serra, 2018).

Entretanto, coerente com os seus objetivos de defesa, a CPLP não visualiza, até o momento, uma capacidade mais musculada para fazer frente à toda uma gama de possibilidades. Na verdade, constata-se a sua “vocação universal de proteção regional e de intervenção ao nível de ajuda humanitária” (Bernardino, 2016, p. 53), a qual, uma vez alcançada, propiciará condições adequadas para mitigar os riscos que se apresentam no espaço lusófono.

Outro vetor fundamental e já identificado pela estrutura de defesa da OI é o ensino e a formação militar. A cooperação nessa área é profícua, sendo exemplos os intercâmbios de formação entre as academias militares e os demais entre os Estados-membros na área de ensino. A fim de alargar a cooperação, foram iniciados as conversações e os estudos para a criação do Colégio de Defesa da CPLP que já conta com o seu regulamento aprovado (CPLP, 2017e, p. 4), e teve sua 1ª edição acolhida pelo Brasil em março de 2018 (CPLP, 2018, p. 2). Entretanto, ainda é reduzida a exploração do potencial do Programa Integrado





de Intercâmbio no domínio da Formação Militar (Mourão, 2018) e há óbices como a necessidade de recursos humanos e financeiros, entre outros (Escorrega, 2016, p. 10). Tais percalços não depõem contra os expressivos resultados apresentados pela cooperação e pela partilha de conhecimentos na área da defesa, ambos objetivos de defesa da CPLP, alcançados pela área do ensino e da formação militar.

A CTM é o expoente do setor de defesa da CPLP e, apesar de ser percebida como mais eficiente sendo realizada num ambiente multilateral (CPLP, 2006, p. 2), ainda não atingiu esse patamar de multilateralidade no âmbito da Comunidade (Chícharo, 2018; Magalula, 2018; Morgado, 2018). A CTM foi a base da criação da cooperação em defesa na CPLP e, pese embora seja uma atividade essencialmente bilateral, deve ser alargada para um patamar multilateral, a fim de permitir o desenvolvimento das capacidades no seio das FA dos Estados-membros, o que se constitui um dos objetivos de defesa da Comunidade (Bernardino, 2018) e um desafio (Serra, 2018).

Importa destacar as dificuldades enfrentadas pela CTM no que se refere à atual conjuntura mundial. As OI que possuem uma componente de defesa, por norma, têm forças militares multinacionais prontas para responderem às ameaças, o que não se aplica à CPLP. As respostas apresentadas pela Comunidade são iniciativas de cada Estado-membro, geralmente, de forma unilateral (Carvalho, 2018). Bernardino refere que as ameaças atuais demandam respostas mais robustas e organizadas que a CPLP ainda não está ao nível de conferir. A CPLP é um instrumento *soft power* e o que se precisa, cada vez mais, é de um instrumento de *hard power* (2018).

De tudo que foi dito, ressalta-se, conforme consta no fecho do documento ICDD, que a OI possui considerável potencial nessa área. Entretanto, para que o mesmo seja desenvolvido e adequadamente explorado, possibilitando que os objetivos de defesa sejam atingidos plenamente, é necessário “cimentar e afirmar uma identidade de defesa da CPLP”, onde haja “vontade e empenhamento sincero dos diversos” Estados-membros (CPLP, 2015b, pp. 9-10). Nesse sentido, segundo Mota (2009, p. 110), cabe ao Brasil e a Portugal colocarem a CPLP como uma das suas prioridades na política externa.

Após a análise dos pressupostos contidos na ICDD, importa, igualmente, aprofundar a investigação que, necessariamente, passa pelo escrutínio das estruturas de defesa, nomeadamente os órgãos dessa componente, responsáveis pela dinamização do domínio da defesa no âmbito da CPLP. Em complemento, foram analisadas as atribuições específicas de cada um dos órgãos, a fim de constatar se os mesmos cumprem as suas obrigações





internas, condição necessária para que possam contribuir para o atingimento dos objetivos de defesa da CPLP (Apêndices E, F, G, H e I).

Nesse sentido, há as Reuniões dos MDN, CEMGFA e DPDN, as quais, de forma alargada, são arranjos burocráticos que proporcionam canais de comunicação regulares importantes para a CPLP (Seabra, 2018). Para além das questões documentais e legislativas, as apreciações das evoluções nos setores da defesa dos Estados-membros, a análise das questões internacionais e as suas implicações político-militares para a Comunidade, bem como a troca de experiências entre os órgãos de Política de Defesa Nacional (CPLP, 2006, pp. 7-10; 2016, pp.6-7), contribuem para o atingimento dos objetivos de defesa da OI, ao conciliar, por meio de suas resoluções, os interesses dos Estados-membros e propiciar a partilha de conhecimentos (Apêndices E, F e G).

Concomitantemente, as reuniões possibilitam as conversações e a adoção de medidas concretas ao desempenhar papel em crises que dizem respeito a algum de seus Estados-membros, como no caso de Guiné-Bissau. Para além de proporcionar importantes credenciais, enquanto ator multilateral, tais ações contribuem para promoção de uma política comum de cooperação nas esferas da defesa, objetivo da Comunidade na área da defesa (Seabra, 2018). Cabe destacar que a CPLP não está organizada, nem mesmo pode atuar como um “bloco defensivo” ou uma “estrutura global de defesa”, uma vez que sofre uma limitação autoimposta, plasmada no PCCDD. Dessa forma, reitera-se que as supracitadas reuniões têm, dentro do expectável para uma OI com a configuração da CPLP, atendido aos seus objetivos de defesa.

Por seu turno, o SPAD, igualmente um órgão da componente da defesa, possui a missão de estudar e propor medidas concretas que visem a implementação das ações de cooperação multilateral, no quadro da multilateralidade da CTM (CPLP, 2006, p. 11). Importa destacar que, pese embora não possua objetivos plasmados em seu regimento interno, apresenta algumas atribuições, entre as quais destaca-se que cabe ao seu Núcleo Permanente a garantia da continuidade da atividade da componente de defesa da CPLP (CPLP, 2015c, p. 1), o que demanda a existência de recursos perenes e capazes, em maior quantidade do que há na atual configuração. De qualquer forma, enquanto estrutura permanente e sediada em Lisboa (Serra, 2018), o SPAD tem assumido grande destaque na coordenação de posições e atividades multinacionais (Seabra, 2018). Considera-se eficaz o desempenho apresentado pelo SPAD (Serra, 2018), consubstanciado por seus contributos para o desenvolvimento da cooperação em defesa (Apêndice H), pese embora existirem



espaços para melhorias no funcionamento do órgão (Escorrega, 2016, p. 10), incluindo uma representatividade verdadeiramente multinacional (Bernardino, 2018).

Finalmente, o CAE, outro órgão da vertente de defesa da CPLP, possui sede em Maputo (Moçambique) e visa a pesquisa, o estudo e a difusão de conhecimentos no domínio da estratégia, com interesses para os objetivos da Comunidade (CPLP, 2006, p. 11). Para tal, conta com um NN em cada Estado-membro. Refira-se que a constituição dos NN dispersos foi uma solução encontrada para a operacionalização desse órgão (Bernardino e Leal, 2011, p. 48). Essa descentralização e distância física dos órgãos de decisão da Comunidade, sediados na capital portuguesa, é percebida como uma fragilidade (Mourão, 2018). Entre as consequências advindas desta opção, cita-se a necessária melhoria do sistema de informações entre o CAE e os NN, uma vez que o primeiro só funciona caso seja alimentado pelos segundos, bem como os Estados-membros precisam transmitir aos respetivos NN quais as suas orientações. Para além disso, no CAE faltam recursos humanos e devidamente qualificados, os quais são de responsabilidade de Moçambique (CPLP, 2015a, p. 8), bem como há preocupações referentes à dinamização e à eficiência dos NN e à disponibilidade de recursos financeiros (CPLP, 2017b, pp. 3-4). Ao analisar o quadro apresentado (Apêndice I), percebe-se que os problemas poderão não ser estruturais, e sim, processuais (Amador, 2018). Tal premissa poderá, inclusive, extrapolar o CAE, estando adequada para toda a estrutura de defesa analisada.

Encerrando esta análise, pode-se constatar que não há inadequabilidade da estrutura de defesa da CPLP perante os objetivos constantes do PCCDD (Quadro 11). Entretanto, percebe-se que há aspetos a serem melhorados (Serra, 2018), a fim de permitir melhor desempenho por parte da atual estrutura de defesa da CPLP.

**Quadro 11: Alinhamento entre as estruturas de defesa da CPLP, seus objetivos e vetores**

Estruturas Objetivos	Art 4º PCCDD  10 vetores	Burocráticas Reuniões MDN/CEMGFA/ DPDN	Concretas SPAD	Análise CAE
Partilha de conhecimentos		x	x	x
Cooperação		x	x	x
Fortalecimento das FA dos EM		x	x	x

**Fonte:** (Autor, 2018).

## 2.4. Síntese conclusiva

As atuais dinâmicas securitárias globais impuseram adaptações à CPLP, a fim de se manter eficaz como mecanismo de atendimento dos interesses de seus Estados-membros. Essas adaptações, por seu turno, se consubstanciaram em grandes desafios que se apresentam à Comunidade, nomeadamente na área de defesa.

Nesse contexto, evidenciaram-se as fragilidades e os desafios confrontados pela estrutura de defesa, os quais impactam, de forma negativa, o seu rendimento e o desenvolvimento pleno das suas capacidades. Entre eles, destacam-se a falta de recursos (humanos, técnicos e financeiros) e, talvez, algum desinteresse político. Pese embora existam tais obstáculos, percebe-se como adequada a atual estrutura de defesa da CPLP perante os objetivos plasmados no PCCDD.

No que se refere às ameaças identificadas, ressalta-se que não há nenhuma organização, estrutura ou aliança que consiga eliminá-las. A CPLP não poderia ser diferente e, considerando a sua finalidade e estatura político-estratégica, até o momento conta com mecanismos suficientes para atender aos seus objetivos de defesa (Figura 6).



Figura 6: Adequação da estrutura de defesa da CPLP aos seus objetivos

**Fonte:** (Autor, 2018).

Entretanto, entende-se ser necessário discutir, no âmbito da Comunidade, quais os próximos passos e se há interesses compartilhados, no sentido de avançar em direção a um robustecimento da vertente militar que garanta, de facto, uma capacidade dissuasória.

Em suma, da análise realizada, percebe-se que a atual estrutura de defesa da CPLP está adequada aos objetivos da OI, constantes do artigo 2º do PCCDD, e que há oportunidades de melhoria a serem implementadas, nomeadamente no que se refere aos recursos e aos processos envolvidos nas dinâmicas da defesa, a fim de que sejam apresentadas as respostas necessárias à CPLP.



### **3. O domínio da defesa no âmbito das Organizações Internacionais: Uma referência?**

Neste capítulo serão analisadas as estruturas de defesa da UA e da UE, a fim de identificar quais os órgãos existentes em cada uma dessas OI que poderiam servir de referência para a melhoria da atual estrutura de defesa da CPLP.

#### **3.1. A estrutura de defesa da União Africana**

A União Africana (UA) foi estabelecida em 2001, através do Ato Constitutivo de Lomé, celebrado no ano anterior. Trata-se de uma OI multilateral que promove a cooperação nas áreas económica e política, bem como em outras áreas de interesse comum entre os seus Estados-membros, edificando-se nos princípios democráticos, governabilidade e direitos humanos (CRIN, 2018).

No que se refere a segurança e a defesa no âmbito da UA, em 2002, inicia-se a implementação da Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA), articulada pelo Protocolo de Estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança (CPS). O CPS é o núcleo da APSA e em torno dele gravitam outras estruturas a serem abordadas. A APSA contempla uma agenda alargada visando a paz e a segurança regionais através de medidas como a prevenção de conflitos, alerta antecipado e diplomacia preventiva, estabelecimento e edificação de processos de paz, o incentivo e a promoção das práticas democráticas, assim como intervenções, ações humanitárias e resposta a desastres (UA, 2015, p. 12). Nesse contexto, em 2004, a Assembleia da UA, órgão máximo da OI e integrado por um Comissário para a Paz e Segurança, responsável pela orientação do Diretório de Paz e Segurança, adotou a Política Comum Africana de Segurança e Defesa (PCASD) (Santos, 2011, pp. 53-55 e 93).

A APSA integra as ações da Comissão da UA (CUA), das Comunidades Económicas Regionais<sup>3</sup> (CER) e dos Mecanismos Regionais<sup>4</sup> (MR), na busca do atingimento dos objetivos comuns em cinco áreas estratégicas prioritárias: (i) prevenção de conflitos; (ii) resolução de crises; (iii) reconstrução pós-conflito e edificação da paz; (iv) assuntos estratégicos de segurança; e (v) coordenação e parcerias. Importa destacar a existência da APSA *roadmap* 2016-2020, um documento estratégico que fornece uma percepção

---

<sup>3</sup> Para além de seu papel de indutor económico regional, no que se refere à defesa, são atores fundamentais na colaboração com a UA para garantia da paz e estabilidade regional (UN, s.d.).

<sup>4</sup> No que se refere à defesa e a FAP, os MR complementam as capacidades das CER, enquadrando as Forças do Norte e do Leste africano, cuja composição nacional não se adequa às Comunidades existentes (Santos, 2011, p. 139). Assim, há o Mecanismo de Coordenação da Brigada de Prevenção da África do Leste e a Capacidade Regional do Norte da África (UA, 2008, p. 2). Em 2008, o Memorando de Entendimento sobre cooperação na área de paz e segurança foi firmado entre a UA, as CER e os MR (Santos, 2011, p. 73).

compartilhada dos resultados que devem ser atingidos, dos papéis e funções a serem desempenhados por todos aqueles que compõem a APSA, sejam os Estados-membros, os parceiros ou outros atores (UA, 2015, pp. 7-8).

Para viabilizar as pretensões da UA, referentes à segurança e a defesa, a APSA conta com o CPS (Figura 7), pilar central e órgão de tomada de decisões sobre a prevenção, resposta e resolução de conflitos em África, bem como pela coordenação de respostas rápidas e eficientes a situações de crise regionais. O CPS é apoiado nas suas tarefas por outros órgãos da APSA, nomeadamente o Comité de Estado-Maior (CEM), o Painel de Sábios (PS), o Sistema Continental de Alerta Antecipado (SCAA), a Força Africana de Prevenção (FAP) e o Fundo para a Paz (FP). Há, igualmente, uma Arquitetura Complementar de Governo Africano, voltada para ações de incentivo à democracia e governabilidade (UA, 2015, p. 13).



Figura 7: Arquitetura de Paz e Segurança Africana

**Fonte:** (Escorrega, 2010, p. 143)

O CEM reúne os chefes militares dos países representados no CPS e presta aconselhamentos de mais alto nível (JANUS, 2010, pp. 144-145). O PS é um instrumento de mediação flexível e ligado às tradições africanas, com ênfase no apoio ao CPS e à CUA em assuntos relacionados à promoção e manutenção da paz, segurança e estabilidade em África (Santos, 2011). O SCAA é constituído por um centro de observação e



monitorização, localizado na Divisão de Gestão de Conflitos da UA, bem como por unidades regionais homólogas situadas nas CER e nos MR, ligadas à divisão central por meios adequados de comunicação. Nesses órgãos interligados, são coletados, compartilhados e analisados os dados, com base em indicadores de alerta antecipado. Todas as informações obtidas são enviadas para o CPS e outras entidades parceiras, quando oportuno (Santos, 2011, p. 110).

Entre os pilares do CPS apresentados, ressalta-se a FAP como a estrutura operacional da APSA, composta por cinco brigadas, uma em cada bloco regional africano (Central, Meridional, Ocidental, Oriental e Setentrional), e integrada por contingentes multidisciplinares civis, policiais e militares (Bernardino e Santos, 2016, p. 10). Importa destacar que a divisão geográfica africana em cinco regiões não coincide com as CER, o que adiciona complexidade para a APSA (Santos, 2011, p. 59). Conforme o Arcabouço Político para o Estabelecimento da FAP e o Comitê de Estado-Maior Militar, a estrutura de cada uma das Brigadas conta com cerca de 4.300 homens, 500 veículos de transporte, 15 blindados, 13 veículos de reconhecimento e quatro helicópteros. Para além disso, conta com um grupo de observadores militares e um de apoio civil para funções administrativas, logísticas e financeiras (Santos, 2011, pp. 127-128)

A FAP habilita o CPS a desempenhar suas atribuições no que se refere ao desdobramento de missões de apoio à paz e intervenção, através dos efetivos, em regime de prontidão, que permanecem em seus países de origem prontos para serem desdobrados, em caso de necessidade. Cada Estado-membro é responsável pelo estabelecimento dos contingentes nacionais de prevenção, cujos requisitos básicos de emprego são definidos em Procedimentos Operacionais Padronizados para Apoio à Paz da UA. Entre as funções a serem desempenhadas pela FAP, destacam-se missões de observação, monitorização, consolidação e apoio à paz; intervenção noutro Estado-membro a pedido ou em casos graves; desdobramento preventivo para evitar uma escalada de crise; assistência humanitária; e outras tarefas atribuídas pelo CPS, Assembleia ou CUA. Ressalta-se que a FAP deverá, quando pertinente, cooperar com a ONU e com suas Agências, bem como outras OI, regionais e não-governamentais de interesse (Santos, 2011, pp. 124-125).

Por fim, destaca-se a existência da Estratégia Marítima Integrada 2050 (Mambirisse, 2018), a qual procura atender as intenções da UA no que se refere à segurança marítima. Entretanto, há desafios a serem superados como a integração da estratégia na APSA (UA, 2015, p. 20).



### 3.2. A estrutura de defesa da União Europeia

A UE é uma união económica e política com características únicas, surgida em 1992 com o Tratado de Maastricht (UE, 1992, p. 7). Atualmente conta com 28 países e apresenta uma vasta gama de domínios de intervenção, incluindo a segurança e a defesa (UE, 2018a).

A União tem como objetivos promover a paz, os seus valores e o bem-estar dos seus povos (AR, 2008, p. 18). A promoção da paz e a garantia da segurança dos cidadãos e do território da UE são os mais importantes interesses partilhados pela OI (UE, 2016, p. 7). Tais interesses são confrontados por ameaças que se apresentam à União, destacando-se os ataques terroristas em solo europeu, nomeadamente as ações do *Daesh*<sup>5</sup>, e a migração irregular, a partir do norte de África e Médio Oriente (Pacheco, 2018).

Com a finalidade de tornar a UE mais democrática, eficaz e apta para fazer face às atuais ameaças, em 1 de dezembro de 2009, entra em vigor o Tratado de Lisboa (UE, 2018b) com avanços gerais na área da ação externa da União, nomeadamente, nos planos jurídico, institucional e decisório, com a criação do cargo de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança (ARUNEPS), com impactos no campo da segurança e defesa (Teixeira, 2010, p. 23).

O referido tratado aborda, entre outros assuntos, as disposições gerais relativas à ação externa da União e disposições específicas relativas à Política Externa e de Segurança Comum (PESC). A PESC tem por objetivos preservar a paz e reforçar a segurança internacional; promover a cooperação internacional; desenvolver e consolidar a democracia, o Estado de Direito e o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais (UE, 2018c).

Parte integrante da PESC, a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) garante à União uma capacidade operacional apoiada em meios civis e militares, fornecidos pelos Estados-membros, que podem ser empregues em missões no exterior, a fim de assegurar a manutenção da paz, a prevenção de conflitos e o reforço da segurança internacional, de acordo com os princípios da Carta da Nações Unidas. As citadas missões incluem ações conjuntas em matéria de desarmamento, ajuda humanitária, evacuação, aconselhamento e assistência militar, prevenção de conflitos, manutenção da paz e gestão de crises, incluindo o restabelecimento da paz e as operações de estabilização. Importa destacar que todas podem contribuir para o combate ao terrorismo, inclusive pelo apoio a países terceiros. O Conselho Europeu (CE) decide sobre as citadas missões, definindo objetivos, âmbito e

---

<sup>5</sup> Grupo terrorista também conhecido por ISIL, ISIS ou Estado Islâmico (UK, s.d).





regras de execução. O ARUNEPS, sob a autoridade do Conselho, e em contacto com o Comité Político e de Segurança, acompanha a coordenação dos aspetos civis e militares das missões (AR, 2008, p. 46 e 48).

Desde 2003, ocorreram 34 missões e operações em três continentes. Nesse momento, a União conduz seis operações militares e 10 missões civis (Figura 8) (UE, 2018d). Destacam-se as operações *European Union Naval Force* (EUNAVFOR) Atalanta, conduzida para combate à pirataria, incluindo a proteção de embarcações de ajuda humanitária, na costa da Somália (EUNAVFOR, 2018) e Sophia, composta por uma abordagem abrangente à questão migratória junto ao Mar Mediterrâneo (EUNAVFOR MED, 2018). Para além disso, resalta-se a *European Union Training Mission* na República Central Africana, a qual contribui com o processo de reforma do setor de segurança, coordenado pela ONU, naquele país (SEAE, 2017, p. 26).

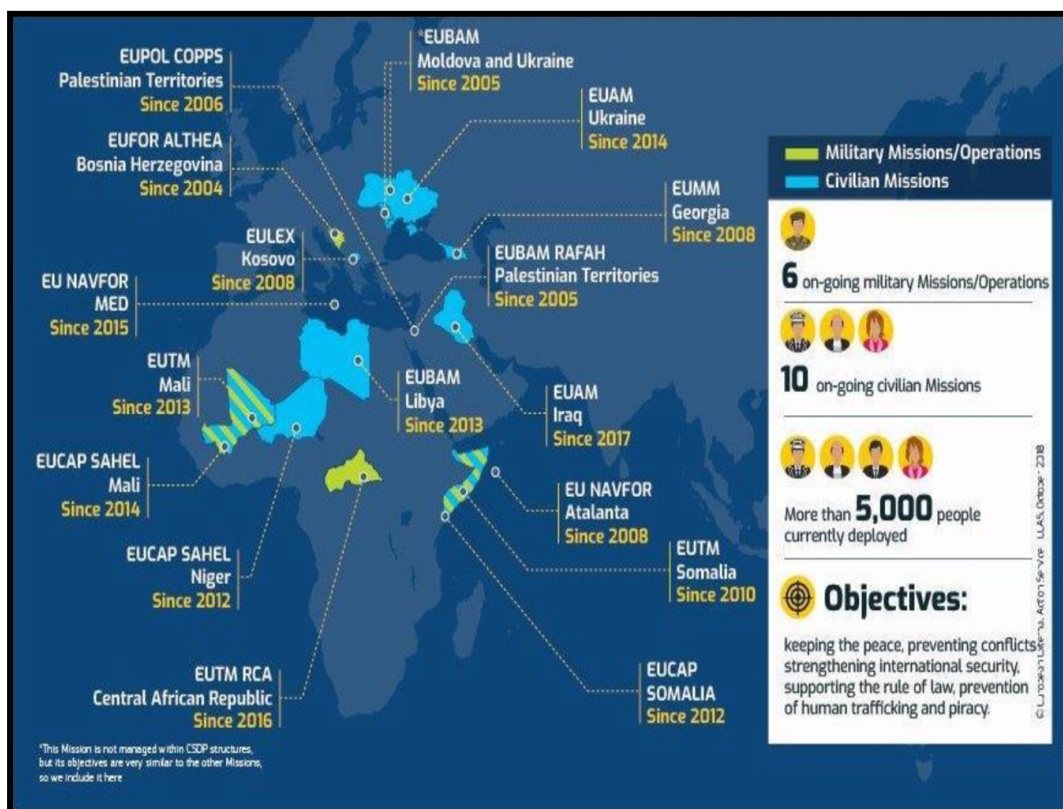


Figura 8: Missões e operações PCSD da UE – 2003 a 2018

Fonte: (UE, 2018d).

No que se refere à estrutura de defesa, propriamente dita, ao nível político existe o Comité de Política e Segurança (COPS), constituído por embaixadores dos Estados-membros (Pacheco, 2018) que possui as atribuições de monitorar a situação internacional e, sob a responsabilidade do CE e do ARUNEPS, garantir o controlo político e o direccionamento estratégico das missões e operações, podendo, desde que mandatado pelo





CE, tomar decisões nesta área. Ao nível político-militar, o órgão mais alto é o Comité Militar da UE (CMUE), constituído pelos MDN ou correspondentes de cada Estado-membro e responsável pela direção de todas as atividades militares da União, incluindo as operações e missões sob a égide da PCSD, o desenvolvimento das capacidades militares, o aconselhamento ao COPS e recomendações em matérias militares. O CMUE conta com o apoio de um Grupo de Trabalho (GTCMUE) (UE, 2017, pp. 52-53). As citadas estruturas são de carácter permanente (Pacheco, 2018).

Importa destacar a existência do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), vocacionado para os negócios estrangeiros, incluindo responsabilidade direta pela PCSD. Dessa forma, o SEAE possibilita a convergência de interesses dos Estados-membros no CI, ao mesmo tempo que coordena as estruturas da OI voltadas para fazer face a crises, incluindo a militar (UE, 2017, pp. 66-75).

Nesse contexto, a estrutura militar da União possui órgãos diversos. O Estado-Maior Militar da UE (EMMUE), de nível estratégico, com cerca de 200 militares sediados em Bruxelas, permanentemente dedicados ao planeamento e aconselhamento militar (Pacheco, 2018). O EMMUE está vinculado ao CMUE e ao ARUNEPS, tendo como focos principais as operações e missões, bem como a edificação de capacidades militares. Para além disso, o EMMUE compõe o Centro de Operações da UE, semelhante a um quartel-general de nível operacional, quando ativado (UE, 2017, p. 70).

O EMMUE possui uma Direção de Informações, responsável pela produção de *intelligence* ao nível estratégico, a qual é alimentada pelos serviços de informações dos Estados-membros (civis e militares). Para além disso, a UE conta com um Centro de Análise de Informações Civis (CAINFOCIV) que trabalha em parceria com a Direção de Informações do EMMUE; um Centro de Satélites (CENSAT), responsável por garantir o apoio de imagem remota (UE, 2017, p. 71 e 160) e um serviço de *watchkeeper*, de cariz militar; (Pacheco, 2018).

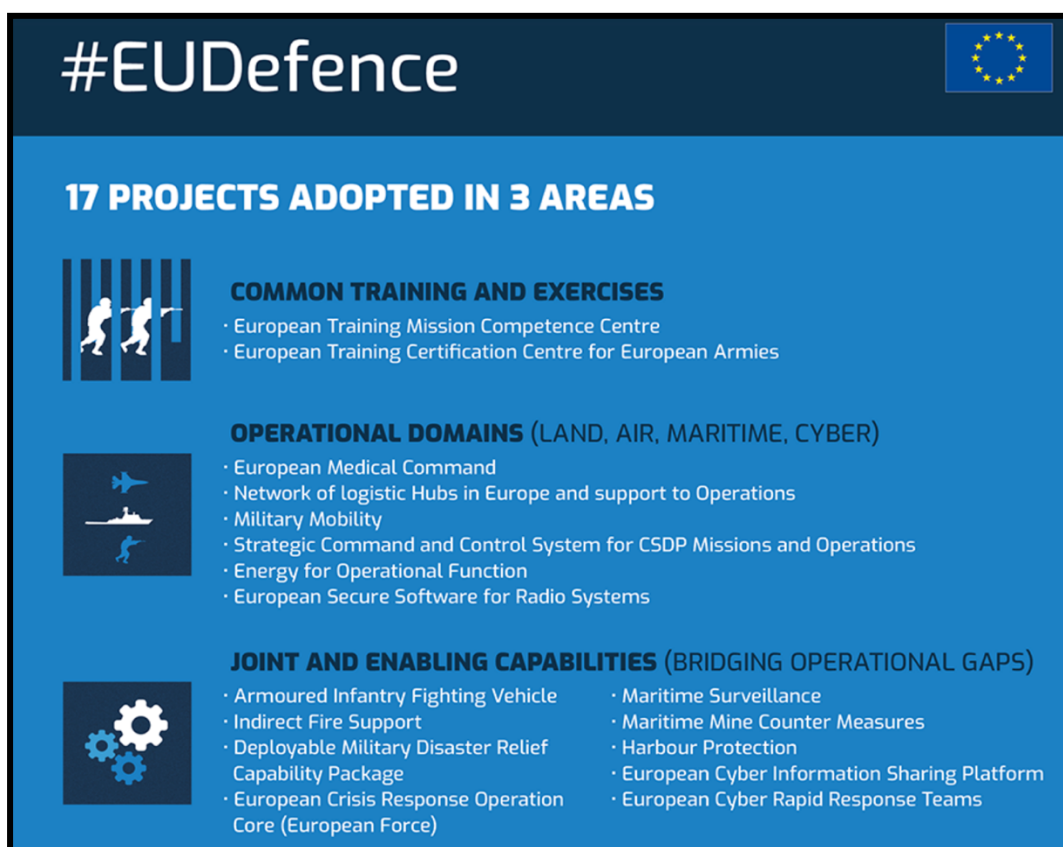
Importa, igualmente, destacar a Agência Europeia de Defesa (AED), órgão responsável pelas ações de coordenação e de cooperação para o desenvolvimento de defesa, sob a autoridade do CE. As ações contribuem para a melhoria das capacidades militares dos Estados-membros (AR, 2008, p. 47 e 49) através de três diretorias operacionais: planeamento e apoio; capacidades, armamentos e tecnologia; e inovações e sinergias europeias (UE, 2017, p. 164).

Em 2016, foi anunciada a Estratégia Global de Políticas Externas e de Segurança da UE, importante marco que renovou o interesse dos Estados-membros em robustecer a



cooperação em defesa (UE, 2018d), o que demonstra a validade e a importância da existência de um conceito estratégico que identifique e implemente medidas concretas para fortalecer a cooperação em segurança e defesa, através de novas estruturas, mecanismos avançados de coordenação e supervisão, bem como instrumentos financeiros que permitam a pesquisa e o desenvolvimento.

A referida estratégia, a partir de 2017, passou a fase de implementação através de medidas concretas, sendo exemplo a já prevista, mas recentemente ativada, Cooperação Estruturada Permanente (CEP). A CEP visa o aprofundamento da cooperação entre os Estados-membros na edificação de capacidades militares e no alargamento da sua disponibilidade operacional. Para tal, são desenvolvidos projetos de fortalecimento das capacidades conjuntas em três áreas: treino e exercícios; domínios terrestre, aéreo, naval e ciberespaço; e edificação de capacidades necessárias (Figura 9) (UE, 2018d).



**Figura 9: Projetos da CEP da UE – 2018**

**Fonte:** (UE, 2018d).

Outro feito relevante da citada estratégia foi a criação do Fundo de Defesa Europeu para financiamento de pesquisas e desenvolvimento no âmbito da União (UE, 2018d). A intenção é congregar esforços e interesses coletivos para que haja eficiência nos gastos com a defesa.



No que se refere à doutrina de defesa, uma vez que a maior parte dos Estados-membros da UE integram a *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), a doutrina da Aliança é a empregue pela OI. Todavia, a UE possui o *European Union Security and Defence College*, uma rede integrada de instituições de treino, *think tanks* e outros atores identificados pelos Estados-membros como provedores de cursos e atividades de âmbito militar, incluindo intercâmbios doutrinários com os Estabelecimentos de Ensino Militares (EEM) orgânicos daqueles países, numa estrutura do tipo “*pooling and sharing*” (UE, 2017, pp. 217-219). Importa destacar que a UE, por vezes, demanda doutrina específica, sendo o EMMUE, através da sua Direção de Conceitos e Capacidades, responsável pela produção dos documentos necessários, os quais entram em vigor após a aprovação por parte do CMUE (Pacheco, 2018).

A segurança das fronteiras e da costa da UE está a cargo dos seus Estados-membros que, de acordo com a situação, disponibilizam meios para integrar forças militares a serem empregues. Para além da possibilidade de autoajuda entre os países da Comunidade, ainda está em vigor a FRONTEX, uma agência encarregada de apoiar os Estados-membros no contexto do controlo de fronteiras (Pacheco, 2018). Destaca-se que está em curso uma iniciativa política para a criação de uma Agência Europeia de Guarda da Fronteira e da Costa, a qual caberia a proteção das fronteiras e da costa da União (UE, 2017, pp. 6,44).

Por fim, cabe ressaltar que a UE conta com os *Battlegroups*, os quais são instrumentos militares multinacionais, com capacidade expedicionária e de resposta rápida, para atuarem em crises, em proveito dos objetivos da União. Os *Battlegroups* são compostos por cerca de 1500 homens, a fim de assegurar efetividade militar, e possui capacidade de operar isoladamente ou ser empregue nas fases iniciais de operações de maior envergadura (UE, 2017, pp. 63,86). Entre as possibilidades de emprego, citam-se as *Non-combatants Evacuation Operations*, operações de evacuação de não combatentes da UE em um qualquer país ou condução de operações de resposta a crises (Pacheco, 2018).

### 3.3. Síntese conclusiva

Analisadas as estruturas de defesa da UA e da UE, identificaram-se órgãos que, mediante as adaptações necessárias, poderiam complementar a atual estrutura de defesa da CPLP.

Nesse sentido, a UA mostra-se uma OI que vem se moldando às alterações geopolíticas e seus impactos sobre o continente africano, em especial a sua componente de segurança e defesa. Dessa forma, a estrutura de defesa africana procura confrontar as ameaças visando a paz e a segurança regionais, através da APSA, nomeadamente com o



CPS e outros órgãos: (i) CEM; (ii) PS; (iii) SCAA; (iv) FP; e (v) FAP. Importa, igualmente, destacar a PCASD, bem como o documento estratégico APSA *roadmap* 2016-2020, o qual indica, de forma clara, os papéis e os resultados a serem alcançados pelos Estados-membros, parceiros e outros atores da UA.

Por seu turno, a UE é uma OI cuja estrutura de defesa conta com os contributos de 28 países, proporcionando-lhe capacidades para defesa própria ou de seus interesses em regiões fora do espaço europeu. Nesse contexto, destaca-se a existência do cargo de ARUNEPS, o qual possibilita decisões assertivas no campo da segurança e defesa. A OI destaca-se, também, pelo suporte legal fornecido pela PESC e pela PCSD, as quais garantem à União as orientações e a capacidade operacional a fim de assegurar o atingimento dos objetivos da OI no domínio da defesa. No que se refere aos órgãos de mais alto nível, relacionados à segurança e à defesa, no âmbito da UE, destacam-se: (i) SEAE; (ii) COPS; (iii) CMUE; e (iv) AED. A estrutura militar da União possui órgãos diversos, entre eles o EMMUE e suas estruturas internas. Importa destacar o conceito estratégico da OI, plasmado na Estratégia Global de Políticas Externas e de Segurança da UE, a qual apresenta medidas importantes como a CEP e o Fundo de Defesa Europeu. Ainda no âmbito da UE, destaca-se a proposta de criação de uma Agência Europeia de Guarda da Fronteira e da Costa, bem como a existência dos *BattleGroups*, para atuarem em proveito dos objetivos da União.



## 4. Análise dos resultados

Neste capítulo serão avaliados e discutidos os resultados obtidos nas partes anteriores desta investigação, a fim de identificar oportunidades de melhoria na atual estrutura de defesa da CPLP.

### 4.1. Análise

Com base no que foi analisado no capítulo dois, acrescido de observações constantes das entrevistas realizadas, apresentam-se as fragilidades identificadas no âmbito da defesa da CPLP (Quadro 12).

**Quadro 12: Fragilidades identificadas no âmbito da defesa da CPLP**

Dimensão	CPLP	Fragilidade identificada (FI)	Código
Documento/ Legislações	<ul style="list-style-type: none"> <li>– PCCDD</li> <li>– ICDD</li> <li>– Estratégias setoriais</li> </ul>	Inexistência de Estratégia de Defesa	B
Cooperação	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Mecanismo de Resposta Multilateral a catástrofes</li> <li>– Encontros e Fórum de Saúde Militar</li> <li>– Estratégia para os Oceanos</li> <li>– CTM</li> </ul>	Necessidade de identificação de interesses comuns para aplicação dos recursos disponíveis voltados para a defesa	C1
		Reduzida multilateralidade na Cooperação	C2
		Reduzida consciência estratégica em relação à segurança marítima	C3
Estrutura/ Órgãos	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Reunião MDN</li> <li>– Reunião CEMGFA</li> <li>– Reunião DPDN</li> <li>– CAE</li> <li>– SPAD</li> </ul>	Necessidade de fortalecimento das atuais estruturas de defesa – SPAD e CAE	D1
		Inexistência de uma dimensão verdadeiramente multinacional para o SPAD	D2
		Necessidade de melhoria dos processos executados pelas atuais estruturas de defesa	D3
		Necessidade de melhoria do sistema de informações entre o CAE e os NN	D4
		Necessidade de os Estados-membros transmitirem aos respetivos NN quais as suas orientações voltadas para a defesa	D5
		Necessidade de melhoria da eficiência dos NN e formação de seus quadros	D6
		Descentralização e distância física das estruturas de defesa	D7
Mecanismos de nivelamento	-	Inexistência de mecanismos de incentivo ao desenvolvimento das capacidades das Forças Armadas dos Estados-membros	E1
		Inexistência de Fundo para a Defesa	E2
Ensino/ Doutrina	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Exercícios Felino</li> <li>– Colégio de Defesa da CPLP</li> <li>– Programa de Intercâmbio</li> </ul>	Reduzida exploração do potencial do Programa Integrado de Intercâmbio no domínio da Formação Militar	F

**Fonte:** (Autor, 2018)



**Continuação do Quadro 12: Fragilidades identificadas no âmbito da defesa da CPLP**

Dimensão	CPLP	Fragilidade identificada (FI)	Código
Preparo e Emprego	<ul style="list-style-type: none"> <li>Exercícios Felino</li> <li>Mecanismo de Resposta Multilateral da CPLP a catástrofes</li> </ul>	Inexistência de capacidade militar de dissuasão	G1
		Inexistência de capacidade militar multinacional, expedicionária e de pronta-resposta para a proteção regional, o emprego em operações de paz e de ajuda humanitária	G2
		Reduzida interoperabilidade entre as Forças Armadas dos Estados-membros	G3
Inteligência/Informações	-	Inexistência de estrutura dedicada às Informações de interesse da defesa e a sua partilha	H
Indústria de Defesa	-	Inexistência de estímulos a Indústria de Defesa	I
Político	-	Necessidade de efetivo empenhamento político dos Estados-membros	K1
		Lentidão na concretização de medidas no âmbito da defesa	K2

**Fonte:** (Autor, 2018)

Prosseguindo na análise em curso, fruto do que se estudou no capítulo três, identificaram-se quais os principais órgãos, mecanismos e instrumentos da UA e da UE que, mediante as adaptações necessárias, poderiam complementar a atual estrutura de defesa da CPLP e, até mesmo, mitigar as fragilidades apresentadas (Quadro 13).

**Quadro 13: Contributos das estruturas de defesa da UA e da UE**

Dimensão	UA	UE	Contributo para (código)
Documento/ Legislações	<ul style="list-style-type: none"> <li>PCASD</li> <li>APSA <i>roadmap</i> 2016-2020</li> <li>Estratégia Marítima Integrada 2050</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>PESC</li> <li>PCSD</li> <li><i>Global Strategy</i> 2016</li> </ul>	B; C1; C2; C3; K1 e K2
Cooperação	<ul style="list-style-type: none"> <li>FAP</li> <li>SCAA</li> <li>FP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><i>Battlegroups</i></li> <li>Direção de Informações (EMMUE)</li> <li>CAINFOCIV</li> <li>CENSAT</li> <li><i>watchkeeper</i></li> <li>Fundo de Defesa</li> </ul>	C1; C2; C3; E2; G1; G2; G3 e H
Estrutura/ Órgãos	<ul style="list-style-type: none"> <li>CPS</li> <li>CEM</li> <li>PS</li> <li>SCAA</li> <li>FAP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>SEAE</li> <li>COPS</li> <li>CMUE</li> <li>AED</li> <li>EMMUE</li> <li>Agência Europeia de Guarda da Fronteira e da Costa</li> <li><i>Battlegroups</i></li> </ul>	C1; C3; D1; D2; D3; D4; D5; D6; D7; I
Mecanismos de nivelamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>FP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>AED</li> <li>CEP</li> <li>Fundo de Defesa</li> </ul>	E1; E2 e I
Ensino/ Doutrina	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>Doutrina NATO</li> <li><i>European Union Security and Defence College</i></li> <li>Direção de Conceitos e Capacidades (EMMUE)</li> </ul>	F

**Fonte:** (Autor, 2018)



Continuação do Quadro 13: Contributos das estruturas de defesa da UA e da UE

Dimensão	UA	UE	Contributo para (código)
Preparo e Emprego	– FAP	– <i>Battlegroups</i> – Agência Europeia de Guarda da Fronteira e da Costa	G1; G2 e G3
Inteligência/Informações	– SCAA	– Direção de Informações (EMMUE) – CAINFOCIV – CENSAT – <i>watchkeeper</i>	H
Indústria de Defesa	-	– AED – CEP	I

**Fonte:** (Autor, 2018)

#### 4.2. Propostas

Percorridas as fases anteriores desta investigação, atingiu-se o ponto no qual há condições para a identificação das oportunidades de melhoria para a estrutura de defesa da CPLP.

Inicialmente, ressalta-se que mais importante do que criar novas estruturas ou mesmo novas iniciativas, é consolidar e operacionalizar as já existentes. Assim, necessita-se de instrumentos que estimulem e agilizem a concretização das decisões e acordos estabelecidos no âmbito da defesa, a fim de manter a CPLP credível e relevante. Nesse sentido, cabe destacar a necessária adoção de uma Estratégia de Defesa para a CPLP, a fim de indicar os papéis e os resultados a serem alcançados pelos seus Estados-membros, bem como estimular a vontade política através da imprescindível participação e comprometimento organizacional. Outra medida relevante é a implementação de um Fundo de Defesa, através da contribuição dos Estados-membros, congregando esforços e interesses coletivos para que haja eficiência nos gastos com a defesa.

É necessário reestruturar a tipologia de cooperação, a fim de alcançar um modelo bi-multilateral, onde as relações seriam estabelecidas de forma bilateral, multilateral, entre um Estado-membro e os demais, bem como entre a Comunidade e outras OI. Ou seja, haveria um aprofundamento das relações, numa lógica *win-win*, sem protagonismos. Nesse sentido, a estrutura de defesa deveria ser mais musculada para, de facto, coordenar as ações de cooperação, em conformidade com os interesses dos Estados-membros, possibilitando iniciativas cada vez menos bilaterais ou mesmo entre os países da Comunidade, mas fora de seu arranjo institucional. Para além disso, seria evitada a redundância de tarefas e otimizados os recursos empregues. Em resumo, implementar ações ou dar continuidade as já existentes, sob a “bandeira” da CPLP.

A estrutura e os órgãos da componente de defesa da CPLP devem ser reforçados e ampliados. A Implementação de um Estado-Maior permanente e multinacional que





integrasse o SPAD iria robustecer a estrutura de defesa e criaria melhores condições para a necessária revisão dos processos atuais. Ressalta-se a importância da melhoria dos recursos humanos, técnicos e financeiros disponibilizados, bem como a busca pela reunião física e geográfica dos órgãos de defesa (SPAD, CAE e NN) e a sua aproximação à sede da CPLP.

O alargamento do Exercício Felino possibilitaria intensificar a interoperabilidade e contribuiria para a identificação, redução ou eliminação de assimetrias existentes entre as Forças Armadas dos Estados-membros. Nesse sentido, a inserção da Saúde Militar contribuiria com ações que potenciam a partilha de conhecimentos e troca de experiências, possibilitando o reforço dos sistemas de saúde militar dos seus Estados-membros. Para além disso, deve-se incrementar a participação de outros domínios da Comunidade, através da introdução de questões a serem debatidas no âmbito das relações internacionais e aspetos mais alargados que a própria defesa.

Ainda no que se refere à interoperabilidade, poder-se-ia buscar a edificação de uma doutrina comum. Para tal, seria elaborado e partilhado um módulo doutrinário comum entre os EEM dos Estados-membros. Nesse contexto, coerente com a finalidade dos Exercícios Felino e com o que se ambiciona no seio da Comunidade, poderia ser adotada a doutrina da ONU para as operações de paz e de ajuda humanitária.

Igualmente, importa destacar a existência do Programa Integrado de Intercâmbio no domínio da Formação Militar que pretende definir procedimentos operacionais entre as Forças Armadas dos Estados-membros, o qual ainda não apresentou resultados consistentes e deve ser incrementado entre os EEM. No caso de Brasil e de Portugal, um passo à frente deveria ser dado com a colocação de professores nos cursos homólogos. Nesse contexto, importa estimular a participação das sociedades dos Estados-membros nas questões compartilhadas de segurança e defesa, nomeadamente as universidades e *think tanks*.

No que se refere à segurança marítima, é necessário reforçar a consciência estratégica dos Estados-membros para essa questão. Assim, a implementação de um instrumento regulador das bases de emprego conjunto de meios aéreos e navais para controlo das águas territoriais e da Zona Económica Exclusiva (ZEE), se mostra pertinente. Para além disso, é necessário estabelecer uma estrutura multinacional vocacionada para a segurança marítima no espaço CPLP.

A área das informações é precária na CPLP. As reuniões previstas entre os Diretores dos Serviços de Informações Militares ou equiparados, previstas no PCCDD, nunca ocorreram (Serra, 2018). Ressalta-se que tais reuniões, em conformidade com a proposta





de revisão do PCCDD, ainda pendente (CPLP, 2018, p. 8), deixaram de integrar a estrutura de defesa da CPLP. Dessa forma, urge criar mecanismos ou reativar e melhorar o processo de recolha, análise e disseminação de informações de segurança e defesa no âmbito da Comunidade. Para além disso, a integração com o SCAA/ UA traria vantagens no que se refere à partilha de informações de alerta antecipado, otimizando decisões e ações por parte da CPLP, junto aos PALOP, incluindo o emprego do Mecanismo de Resposta da CPLP a Catástrofes.

Existe potencial para o estímulo das indústrias de defesa dos Estados-membros da CPLP, pelo que é viável o debate, o estudo e a implementação de pesquisa e desenvolvimento, bem como a elaboração de projetos compartilhados e a criação de plataformas comuns para incremento da interoperabilidade, no que se refere aos materiais de emprego militar. Nesse contexto, países como o Brasil e Portugal poderiam intensificar a doação de materiais de emprego militar aos PALOP para reduzir as assimetrias existentes entre os Estados-membros, contribuir para a desejada interoperabilidade e, igualmente, estimular setores industriais que viriam a ser demandados para modernizações ou manutenções, no que coubesse.

Por fim, uma questão fundamental prende-se à necessidade de implementar uma Força Multinacional Expedicionária de Pronto-Resposta visando dotar a CPLP de capacidade real e perceptível de resposta em caso de ameaças. Aos moldes da FAP ou dos *BattleGroups*, essa Força poderia cumprir missões de apoio à paz, ajuda humanitária e intervenção em caso de crise, contando com efetivos e meios dos Estados-membros que permaneceriam em seus países prontos para serem desdobrados, em caso de necessidade. Numa fase inicial, a atuação da citada Força restringir-se-ia à África, até pela incidência de situações que justifiquem tal opção. Importa destacar que uma evolução nesse sentido permitiria a CPLP aumentar sua relevância no CI, nomeadamente pela possibilidade de cooperar com as Nações Unidas e suas Agências, bem como outras OI, regionais e não-governamentais, de interesse da Comunidade.

#### **4.3. Síntese Conclusiva**

Coerente com a finalidade deste capítulo, apresenta-se um quadro resumo com as propostas consolidadas que ambicionam contribuir para o fortalecimento da estrutura de defesa da CPLP (Quadro 14).



**Quadro 14: Oportunidades de melhoria para estrutura de defesa da CPLP**

<b>Dimensão</b>	<b>FI (Código)</b>	<b>Proposta</b>
Documento/ Legislações	B	Elaboração de uma Estratégia de Defesa
Cooperação	C1	Implementação de uma Estratégia de Defesa
		Reforço do SPAD e do CAE para que haja melhores condições de identificação de áreas de interesse compartilhado em assuntos de segurança e defesa
	C2	Implementação de uma Estratégia de Defesa
		Reestruturação da cooperação para um modelo bi-multilateral
	C3	Implementação de uma Estratégia de Defesa
		Implementação de instrumento regulador das bases de emprego conjunto de meios aéreos e navais para controlo das águas territoriais e da ZEE
Estrutura/ Órgãos	D1	Implementação de estrutura multinacional de segurança marítima
		Implementação de um Estado-Maior permanente e multinacional que integrasse o SPAD
	D2	Robustecimento do SPAD e implementação de representações multinacionais permanentes
	D3	Revisão dos processos e melhoria dos recursos humanos, técnicos e financeiros
	D4	Revisão dos processos e melhoria dos recursos humanos, técnicos e financeiros
	D5	Implementação de uma Estratégia de Defesa
	D6	Revisão dos processos e melhoria dos recursos humanos, técnicos e financeiros
Mecanismos de nivelamento	E1	Reunião física e geográfica do SPAD, CAE e NN
		Implementação de uma Estratégia de Defesa
		Implementação de incentivos ao desenvolvimento da Indústria de Defesa no âmbito da Comunidade
	E2	Intensificação da doação de materiais de emprego militar
Ensino/ Doutrina	F	Implementação de um Fundo de Defesa da CPLP
		Reformulação e aumento da eficiência do intercâmbio existente no domínio da formação militar
		Implementação da doutrina da ONU para as operações de paz e de ajuda humanitária
		Estímulo à integração doutrinária entre os EEM da Comunidade
Preparo e Emprego	G1	Estímulo ao envolvimento das sociedades dos Estados-membros nas questões compartilhadas de segurança e defesa, nomeadamente as universidades e <i>think tanks</i>
		Implementação de Força Multinacional Expedicionária de Pronto-Resposta
	G2	Implementação de estrutura multinacional de segurança marítima
		Implementação de Força Multinacional Expedicionária de Pronto-Resposta
	G3	Implementação definitiva do mecanismo de resposta a catástrofes
Inteligência/ Informações	H	Alargamento do Exercício Felino
		Inserção da Saúde Militar no Exercício Felino
		Reativação e melhoria do processo de troca de informações de segurança e defesa através das Reuniões dos Diretores dos Serviços de Informações Militares ou equiparados
Indústria de Defesa	I	Partilha entre as agências de Informações dos Estados-membros
		Integração com o SCAA/ UA
		Estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento
Político	K1	Elaboração de projetos compartilhados e criação de plataformas comuns para incremento da interoperabilidade
		Elaboração e implementação de uma Estratégia de Defesa
	K2	Implementação de uma Estratégia de Defesa
		Estímulo à concretização de medidas no âmbito da defesa

**Fonte:** (Autor, 2018)



## Conclusões

No presente trabalho, cujo tema é “A Atual estrutura de defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e sua adequação aos objetivos da Organização Internacional lusófona”, propôs-se identificar se a atual estrutura de defesa da Comunidade está adequada aos seus objetivos no domínio da defesa e de que forma pode ser melhorada.

Em síntese, a atual estrutura de defesa da CPLP está adequada aos objetivos da OI. Entretanto, há oportunidades de melhoria a serem implementadas, nomeadamente no que se refere aos recursos e aos processos envolvidos nas dinâmicas da defesa, a fim de que sejam apresentadas as respostas necessárias aos Estados-membros e à Comunidade lusófona. Nesse contexto, as estruturas de defesa da UA e da UE são percebidas como referências para melhoria da estrutura análoga da CPLP, do que resultaram 26 propostas que ambicionam contribuir para o fortalecimento da estrutura de defesa da Comunidade.

Revisitando o primeiro capítulo, foi realizada uma revisão de literatura a fim de apresentar o Estado da Arte sobre o tema proposto, bem como a metodologia utilizada para que os objetivos traçados para esta investigação fossem alcançados (Apêndice A). Sobre o Estado da Arte, destaca-se a inexistência de vastos estudos sobre o tema e a divergência de opiniões existentes, o que enriquece o produto final desta investigação pois acrescenta novos subsídios e apresenta outra visão em relação à componente de defesa da CPLP.

A investigação enquadra-se no âmbito das Ciências Militares e insere-se no domínio dos Elementos Complementares, Ciências Políticas, na subárea da Geopolítica e Geoestratégia. O estudo assumiu uma tipologia de investigação aplicada, adotando uma posição interpretativista e uma estratégia qualitativa. Empregou-se o raciocínio dedutivo, com base no pensamento crítico e o desenho de pesquisa foi o estudo de caso.

A recolha de dados foi conduzida através da análise documental, de entrevistas semiestruturadas com elementos de destaque e notório conhecimento sobre o assunto, nomeadamente integrantes de representações diplomáticas, especialistas e membros da estrutura de defesa da CPLP, da UA e da UE (Apêndices C e D). Os dados obtidos foram utilizados durante o trabalho, nomeadamente nos capítulos dois, três e quatro, nos quais foram procedidas as análises de seus conteúdos.

Visando organizar o pensamento e estruturar o racional empregue para esta investigação, o modelo de análise utilizado foi construído com base no método *benchmarking*, do tipo funcional. Assim, foram estabelecidos indicadores para a comparação (Apêndice B) e selecionadas as OI de interesse para a análise, no caso a UA e a UE; o passo seguinte foi a recolha de dados a respeito das melhores práticas, no que se



refere às estruturas de defesa, da UA e da UE; o terceiro passo consistiu da análise dos dados, verificando as diferenças e identificando os capacitadores, responsáveis pelos bons resultados das OI no domínio da defesa; por fim, o quarto passo foi adaptado, uma vez que a pesquisa limitou-se a identificar as oportunidades de adaptação e de melhoria para complementar a atual configuração de defesa da CPLP.

Considerando que todos os Estados-membros da CPLP, também estão integrados em outros grupos regionais, fez-se uma seleção entre aqueles que possuem estruturas de defesa coletiva mais avançadas, a fim de servirem como possíveis referências para o estudo. Assim, selecionaram-se a UA, integrada pelos PALOP e a UE, onde figura Portugal.

Este trabalho foi organizado de maneira que, inicialmente, analisou-se a atual estrutura de defesa da CPLP e a sua adequação aos objetivos neste domínio, o que foi alcançado por meio dos dados recolhidos, com destaque para os contributos das entrevistas semiestruturadas, permitindo encontrar resposta à QD 1. Na sequência, foi feita a análise das estruturas de defesa da UA e da UE, identificando quais os órgãos existentes que podem servir de referência para a estrutura análoga da CPLP, o que foi obtido por meio da análise documental, contando com alguns contributos das entrevistas, restando respondida a QD 2. Seguidamente, foram avaliados e discutidos os resultados obtidos anteriormente, o que permitiu a identificação de oportunidades de melhoria na atual estrutura de defesa da CPLP, respondendo a QD 3. Por fim, neste capítulo, serão apresentadas as conclusões e recomendações, oportunidade em que se responderá a QC estabelecida para a investigação (Figura 3).

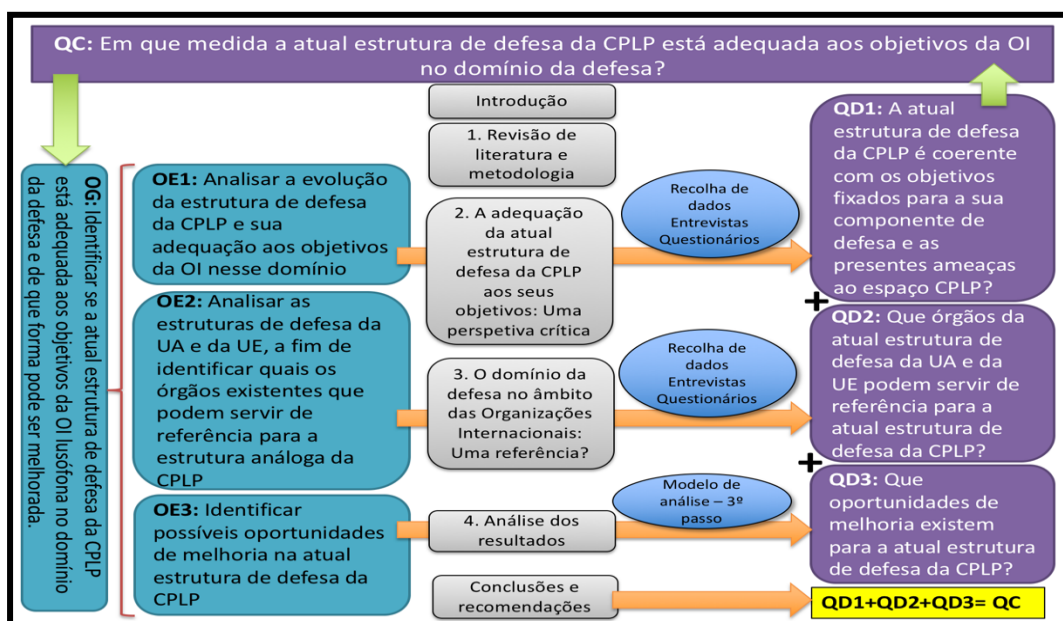


Figura 3: Organização do trabalho

Fonte: (Autor, 2018).

No que se refere ao percurso metodológico utilizado, durante a fase exploratória, foram estudados os documentos fundadores e os estruturantes da CPLP, bem como as decisões e declarações pertinentes à estrutura de defesa da OI. Foram, igualmente, consultadas fontes secundárias como publicações e sítios oficiais referentes à CPLP, a UA e a UE, percebidas como OI que possuem estrutura de defesa que sejam referências nesse domínio. Para além disso, produtos e apresentações de seminários realizados sobre a temática compuseram a revisão da literatura. Foram lidos artigos científicos de autores conceituados e outras publicações, maioritariamente citados neste trabalho e constantes da bibliografia. A fim de alargar o entendimento das questões envolvidas e de ajustar o foco da investigação, foi conduzida entrevista exploratória com o NN português da estrutura de defesa da CPLP.

Durante a fase analítica, foram efetuadas a recolha de dados, a sua análise e a leitura de bibliografia relacionada com o tema. Os resultados obtidos foram caracterizados e interpretados, a fim de apresentar respostas adequadas às questões derivadas formuladas. Ressalta-se o uso de entrevistas semiestruturadas para a recolha de dados, instrumentos valiosos para a análise pretendida. O conteúdo das entrevistas foi analisado pela tipologia temática ou categorial.

Por fim, na fase conclusiva, foram avaliados e discutidos os resultados obtidos, a fim de apresentar as conclusões e as implicações para a estrutura de defesa da CPLP. O esquema gráfico abaixo sintetiza o racional empregue para a articulação das etapas da investigação realizada (Figura 4).

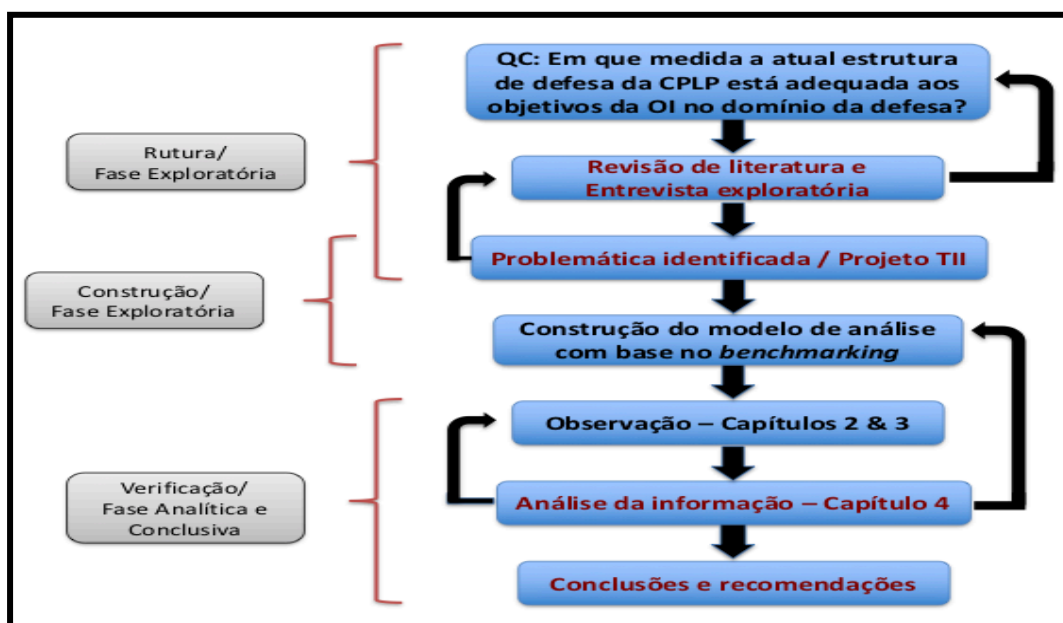


Figura 4: Etapas da investigação

**Fonte:** Adaptado a partir de Quivy e Campenhoudt (2008, p. 27).

No capítulo dois, foi analisada a atual estrutura de defesa da CPLP e a sua adequação aos objetivos neste domínio. Evidenciou-se que as atuais dinâmicas securitárias globais impuseram adaptações à CPLP, a fim de se manter eficaz como mecanismo de atendimento dos interesses de seus Estados-membros. Essas adaptações, por seu turno, se consubstanciaram em grandes desafios que se apresentam à Comunidade, nomeadamente na área de defesa.

Nesse contexto, evidenciaram-se as fragilidades e os desafios confrontados pela estrutura de defesa, os quais impactam, de forma negativa, o seu rendimento e o desenvolvimento pleno das suas capacidades. Entre eles, destacam-se a falta de recursos (humanos, técnicos e financeiros) e, talvez, algum desinteresse político. Pese embora existam tais obstáculos, percebe-se como adequada a atual estrutura de defesa da CPLP perante os objetivos plasmados no PCCDD.

No que se refere às ameaças identificadas, importa destacar que não há nenhuma organização, estrutura ou aliança que consiga eliminá-las. A CPLP não poderia ser diferente e, considerando a sua finalidade e estatura político-estratégica, até o momento conta com mecanismos suficientes para atender aos seus objetivos de defesa (Figura 6).



**Figura 6: Adequação da estrutura de defesa da CPLP aos seus objetivos**

**Fonte:** (Autor, 2018).

Entretanto, percebe-se como necessário discutir, no âmbito da Comunidade, quais os próximos passos e se há interesses compartilhados, no sentido de avançar em direção a um robustecimento da vertente militar que garanta, de facto, uma capacidade dissuasória.

Em suma, da análise realizada percebe-se que a atual estrutura de defesa da CPLP está adequada aos objetivos da OI, constantes do artigo 2º do PCCDD, e que há



oportunidades de melhoria a serem implementadas, nomeadamente no que se refere aos recursos e aos processos envolvidos nas dinâmicas da defesa, a fim de que sejam apresentadas as respostas necessárias à CPLP. Assim, ao identificar que a atual estrutura de defesa da CPLP é coerente com os objetivos fixados para a sua componente de defesa e as presentes ameaças ao espaço CPLP, considera-se respondida a QD 1.

O terceiro capítulo analisou as estruturas de defesa da UA e da UE, identificando órgãos que, mediante as adaptações necessárias, poderão complementar a atual estrutura de defesa da CPLP. Nesse sentido, a UA mostra-se uma OI que vem se moldando às alterações geopolíticas e seus impactos sobre o continente africano, em especial a sua componente de segurança e defesa. Dessa forma, a estrutura de defesa africana procura confrontar as ameaças visando a paz e a segurança regionais, através da APSA, nomeadamente com o CPS e outros órgãos: (i) CEM; (ii) PS; (iii) SCAA; (iv) FP; e (v) FAP. Importa, igualmente, destacar a PCASD e o documento estratégico APSA *roadmap* 2016-2020, o qual indica, de forma clara, os papéis e os resultados a serem alcançados pelos Estados-membros, parceiros e outros atores da UA.

Por seu turno, a UE é uma OI cuja estrutura de defesa conta com os contributos de 28 países, proporcionando-lhe capacidades para defesa própria ou de seus interesses em regiões fora do espaço europeu. Nesse contexto, destaca-se a existência do cargo de ARUNEPS, o qual possibilita decisões assertivas no campo da segurança e defesa. A OI destaca-se, também, pelo suporte legal fornecido pela PESC e pela PCSD, as quais garantem à União as orientações e a capacidade operacional a fim de assegurar o atingimento dos objetivos da OI no domínio da defesa. No que se refere aos órgãos de mais alto nível, relacionados à segurança e à defesa, no âmbito da UE, destacam-se: (i) SEAE; (ii) COPS; (iii) CMUE; e (iv) AED. A estrutura militar da União possui órgãos diversos, entre eles o EMMUE e suas estruturas internas. Importa destacar o conceito estratégico da OI, plasmado na Estratégia Global de Políticas Externas e de Segurança da UE, a qual apresenta medidas importantes como a CEP e o Fundo de Defesa Europeu. Ainda no âmbito da UE, destaca-se a proposta de criação de uma Agência Europeia de Guarda da Fronteira e da Costa, bem como a existência dos *BattleGroups*, para atuarem em proveito dos objetivos da União. Uma vez analisadas as estruturas de defesa da UA e da UE, e identificados os órgãos de defesa que podem servir de referência para a atual estrutura de defesa da CPLP, percebe-se como respondida a QD 2.

O quarto e último capítulo consubstancia os contributos da investigação para o problema identificado, pois foram avaliados e discutidos os resultados obtidos nas partes





anteriores deste trabalho, a fim de identificar oportunidades de melhoria na atual estrutura de defesa da CPLP. Nesse contexto, foram identificadas e propostas 26 medidas para que a CPLP conte com uma estrutura de defesa mais capacitada para fazer face aos desafios hodiernos e vá ao encontro dos anseios de seus Estados-membros (Quadro 15).

**Quadro 15: Quadro resumo com propostas de melhoria para estrutura de defesa da CPLP**

<b>Dimensão</b>	<b>Proposta</b>
Documento/ Legislações	Elaboração de uma Estratégia de Defesa
Cooperação	Implementação de uma Estratégia de Defesa
	Reforço do SPAD e do CAE para que haja melhores condições de identificação de áreas de interesse compartilhado em assuntos de segurança e defesa
	Reestruturação da cooperação para um modelo bi-multilateral
	Implementação de instrumento regulador das bases de emprego conjunto de meios aéreos e navais para controlo das águas territoriais e da ZEE
	Implementação de Estrutura Multinacional de Segurança Marítima
Estrutura/ Órgãos	Implementação de um Estado-Maior permanente e multinacional que integre o SPAD
	Robustecimento do SPAD e implementação de representações multinacionais permanentes
	Revisão dos processos e melhoria dos recursos humanos, técnicos e financeiros
	Implementação de uma Estratégia de Defesa
	Reunião física e geográfica do SPAD, CAE e NN
Mecanismos de nivelamento	Implementação de uma Estratégia de Defesa
	Implementação de incentivos ao desenvolvimento da Indústria de Defesa no âmbito da Comunidade
	Intensificação da doação de materiais de emprego militar
	Implementação de um Fundo de Defesa da CPLP
Ensino/ Doutrina	Reformulação e aumento da eficiência do intercâmbio existente no domínio da formação militar
	Implementação da doutrina da ONU para as operações de paz e de ajuda humanitária
	Estímulo à integração doutrinária entre os EEM da Comunidade
	Estímulo ao envolvimento das sociedades dos Estados-membros nas questões compartilhadas de segurança e defesa, nomeadamente as universidades e <i>think tanks</i>
Preparo e Emprego	Implementação de Força Multinacional Expedicionária de Pronto-Resposta
	Implementação de Estrutura Multinacional de Segurança Marítima
	Implementação definitiva do Mecanismo de Resposta a Catástrofes
	Alargamento do Exercício Felino
	Inserção da Saúde Militar no Exercício Felino
Inteligência/ Informações	Reativação e melhoria do processo de troca de informações de segurança e defesa através das Reuniões dos Diretores dos Serviços de Informações Militares ou equiparados
	Partilha entre as agências de Informações dos Estados-membros
	Integração com o SCAA/ UA
Indústria de Defesa	Estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento
	Elaboração de projetos compartilhados e criação de plataformas comuns para incremento da interoperabilidade
Político	Elaboração e implementação de uma Estratégia de Defesa
	Estímulo à concretização de medidas no âmbito da defesa

**Fonte:** (Autor, 2018)





Desse modo, responde-se à QD 3 ao serem apresentadas as oportunidades de melhoria existentes para a atual estrutura de defesa da CPLP, ao passo que se preenche a lacuna que faltava para responder à QC.

Os resultados obtidos nesta pesquisa constituem-se num valioso e diversificado conjunto de ideias e propostas que poderão contribuir com a dinamização da componente de defesa da CPLP, a qual fortalecida resultará no aumento da credibilidade e do reconhecimento da Comunidade como produtora de segurança, no contexto internacional.

Importa destacar que a maior limitação da investigação foi a escassez de estudos sobre o assunto, o que foi mitigado pela pesquisa realizada, bem como pelas orientações seguras e pontuais recebidas. Outras limitações encontradas foram as entrevistas solicitadas e não atendidas, perfeitamente compreensível, mas que trariam perspectivas mais alargadas sobre algumas partes do trabalho. Para além disso, cita-se a impossibilidade de validar as propostas apresentadas no capítulo quatro. Por outro lado, esta última limitação permite recomendar que as propostas supracitadas sejam estudadas com maior profundidade e validadas em futuros trabalhos. Quiçá, este produto poderá contribuir com a reflexão sobre o futuro da componente de defesa da CPLP, iniciada pelos DPDN, em 2016, com o objetivo de avaliar a situação presente e definir a visão daquilo que se pretende no futuro para esse domínio.

Por fim, importa ressaltar que a CPLP avança e possui um futuro promissor, desde que haja efetivo comprometimento e vontade política dos Estados-membros. No contexto atual, cresce de importância a existência de uma estrutura de defesa que esteja à altura dos desafios impostos e que ofereça aos integrantes da Comunidade as condições de segurança, percebidas como fundamentais para que haja o desenvolvimento, objetivo maior de qualquer OI.



## Bibliografia

- Amador, P. A. B., 2017a. *Evolução da Componente Defesa: O contributo português/ XIV Seminário Internacional Político-Estratégico do CAE/CPLP*. IUM, 9-11 de outubro de 2017. Lisboa: IUM.
- Amador, P. A. B., 2017b. *O Instrumento Militar Português como Produtor de Segurança: contributos para uma arquitetura securitária no Atlântico Sul*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Amador, P. A. B., 2018. *A cooperação técnico-militar da CPLP*. Entrevistado por Freitas C. A. A. [Entrevista]. Por e-mail (24 janeiro 2018).
- AR, 2008. *Tratado de Lisboa - versão consolidada*. [Em linha] Lisboa: AR. Disponível em: [https://www.parlamento.pt/europa/Documents/Tratado\\_Versao\\_Consolidada.pdf](https://www.parlamento.pt/europa/Documents/Tratado_Versao_Consolidada.pdf) [Acedido em 4 abril 2018].
- Bernardino, L. e Leal, J. S., 2011. *A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996-2011)*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Bernardino, L. M. B., 2016. A centralidade geoestratégica de Portugal. A nova Identidade da CPLP no Domínio da Defesa. *Revista Militar*, janeiro de 2016, 2568, pp. 47-54.
- Bernardino, L. M. B., 2018. *A cooperação técnico-militar da CPLP*. Entrevistado por Freitas C. A. A. [Entrevista]. Por e-mail (24 janeiro 2018).
- Bernardino, L. M. B. e Azevedo, F. D., 2015. A nova identidade da CPLP no domínio da defesa: impactos para a centralidade geoestratégica de Portugal. *Lusíada*, 2015, 12, pp. 101-124.
- Bernardino, L. M. B. e Azevedo, F. D., 2016. *Uma nova visão geoestratégica na comunidade de países de língua portuguesa: a identidade da CPLP no domínio da defesa*. [Em linha] Lisboa: Proelium. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/proelium/article/view/8902> [Acedido em 12 novembro 2017].
- Bernardino, L. M. B. e Santos, G. P., 2016. The Angolan Armed Forces and the African Peace and Security Architecture. *Southern African Peace and Security studies*, 2016, 5 (1), pp. 5-19.
- Bowdish, R. G., 2013. *Military Strategy: Theory and Concepts* [Em linha] Lincoln: University of Nebraska. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/poliscitheses/26/> [Acedido em 24 março 2018].
- Bryman, A., 2012. *Social Research Methods*. 4ª ed. Oxford: Oxford University Press.
- Caeiro, N., 2018. *A atual estrutura de defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e sua adequação aos objetivos da Organização Internacional lusófona* [Entrevista]. Por e-mail (24 março 2018).
- Cardim, C. H. e Cruz, J. B., 2002. *CPLP: Oportunidade e perspectivas*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.
- Carvalho, L. D. d., 2018. *A cooperação técnico-militar da CPLP*. Entrevistado por Freitas C. A. A. [Entrevista]. Por e-mail (8 fevereiro 2018).
- Chicharo, J. M. Z., 2018. *A cooperação técnico-militar da CPLP*. Entrevistado por Freitas C. A. A. [Entrevista]. Por e-mail (25 janeiro 2018).



- CIMA, 2005. *CIMA Official Terminology - The Chartered Institute of Management Accountants*. Edição 2005. Oxford: CIMA Publishing.
- Couto, A. C., 1988. *Elementos de estratégia: apontamentos para um curso - Volume I*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- CPLP, 1998. *I Reunião de Ministros de Defesa da CPLP*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: [https://cplp.defesa.pt/MDN/19980721\\_I\\_ReuniaoMDN\\_Lisboa\\_DeclaracaoFinal.pdf](https://cplp.defesa.pt/MDN/19980721_I_ReuniaoMDN_Lisboa_DeclaracaoFinal.pdf) [Acedido em 12 novembro 2017].
- CPLP, 1999. *II Reunião dos Ministros da Defesa Nacional dos Países de Língua Portuguesa*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: [https://cplp.defesa.pt/MDN/19990525\\_II\\_ReuniaoMDN\\_Praia\\_DeclaracaoFinal.pdf](https://cplp.defesa.pt/MDN/19990525_II_ReuniaoMDN_Praia_DeclaracaoFinal.pdf) [Acedido em 17 novembro 2017].
- CPLP, 2001. *Resolução sobre a revisão dos Estatutos da CPLP*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=3000&M=NewsV2&PID=10872> [Acedido em 18 novembro 2017].
- CPLP, 2003. *VI Reunião de Ministros da Defesa da CPLP*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: [https://cplp.defesa.pt/MDN/20030528\\_VI\\_ReuniaoMDN\\_SaoTome\\_DeclaracaoFinal.pdf](https://cplp.defesa.pt/MDN/20030528_VI_ReuniaoMDN_SaoTome_DeclaracaoFinal.pdf) [Acedido em 6 março 2018].
- CPLP, 2006. *Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: [https://cplp.defesa.pt/Normativos/20060915\\_Protocolo%20Cooperacao%20CPLP%20Dominio%20Defesa.pdf](https://cplp.defesa.pt/Normativos/20060915_Protocolo%20Cooperacao%20CPLP%20Dominio%20Defesa.pdf) [Acedido em 16 novembro 2017].
- CPLP, 2007. *CPLP - Estatutos da CPLP*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: [http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos\\_CPLP\\_REVLI\\_S07.pdf](http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLI_S07.pdf) [Acedido em 15 novembro 2017].
- CPLP, 2009. *Estratégia da CPLP para os Oceanos*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: [https://cplp.defesa.pt/Normativos/20090720\\_CPLP\\_Estrategia\\_Oceanos.pdf](https://cplp.defesa.pt/Normativos/20090720_CPLP_Estrategia_Oceanos.pdf) [Acedido em 20 março 2018].
- CPLP, 2011a. *Regimento interno das Reuniões de CEMGFA ou equiparados dos Estados Membros da CPLP*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: <https://cplp.defesa.pt/Normativos/Regimento%20Interno%20Reunioes%20de%20CEMGFA.pdf> [Acedido em 18 fevereiro 2018].
- CPLP, 2011b. *Regimento interno das Reuniões de DPDN ou equiparados dos Estados Membros da CPLP*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: <https://cplp.defesa.pt/Normativos/Regimento%20DPDN.pdf> [Acedido em 28 março 2018].
- CPLP, 2011c. *Regimento interno das Reuniões de MDN ou equiparados dos Estados Membros da CPLP*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: <https://cplp.defesa.pt/Normativos/Regimento%20Interno%20reunioes%20MDN.pdf> [Acedido em 27 março 2018].



- CPLP, 2014. *18 anos CPLP - Os desafios do futuro*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4431.aspx> [Acedido em 18 novembro 2017].
- CPLP, 2015a. *Estatuto do CAE/ CPLP*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: [https://cplp.defesa.pt/Normativos/20150526\\_ESTATUTO%20DO%20CAE.pdf](https://cplp.defesa.pt/Normativos/20150526_ESTATUTO%20DO%20CAE.pdf) [Acedido em 10 março 2018].
- CPLP, 2015b. *Identidade da CPLP no Domínio da Defesa*. São Tomé: CPLP.
- CPLP, 2015c. *Regimento Interno do SPAD da CPLP*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: [https://cplp.defesa.pt/Normativos/SPAD\\_RegimentoInterno%20\(2015\).pdf](https://cplp.defesa.pt/Normativos/SPAD_RegimentoInterno%20(2015).pdf) [Acedido em 27 março 2018].
- CPLP, 2015d. *XVI Reunião de Ministros da Defesa da CPLP\_ atualização do Protocolo de Cooperação*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: [https://cplp.defesa.pt/MDN/20150526\\_XVI\\_Reuniao%20MDN\\_Sao%20Tome\\_DeclaracaoFinal.pdf](https://cplp.defesa.pt/MDN/20150526_XVI_Reuniao%20MDN_Sao%20Tome_DeclaracaoFinal.pdf) [Acedido em 13 novembro 2017].
- CPLP, 2016a. *Nova visão estratégica da CPLP (2016-2026)*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=4803&M=NewsV2&PID=10872> [Acedido em 18 novembro 2017].
- CPLP, 2016b. *Protocolo que altera o Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio da defesa*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: <https://cplp.defesa.pt/Pages/Orgaos.aspx> [Acedido em 12 novembro 2017].
- CPLP, 2016c. *XVII Reunião de Ministros da Defesa da CPLP*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: [https://cplp.defesa.pt/MDN/20160520\\_XVII\\_Reuniao%20MDN\\_D%C3%ADli\\_DeclaracaoFinal.pdf](https://cplp.defesa.pt/MDN/20160520_XVII_Reuniao%20MDN_D%C3%ADli_DeclaracaoFinal.pdf) [Acedido em 3 dezembro 2017].
- CPLP, 2017a. *19ª Reunião CEMGFA CPLP*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: [https://cplp.defesa.pt/CEMGFA/20170420\\_XIX\\_reuniao\\_CEMGFA\\_Lisboa\\_2017.pdf](https://cplp.defesa.pt/CEMGFA/20170420_XIX_reuniao_CEMGFA_Lisboa_2017.pdf) [Acedido em 28 março 2018].
- CPLP, 2017b. *IX Reunião dos Diretores de Política de Defesa Nacional da CPLP*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: [https://cplp.defesa.pt/DPDN/20170524\\_%20IX\\_Reuniao%20DPDN%20Ata%20Final.pdf](https://cplp.defesa.pt/DPDN/20170524_%20IX_Reuniao%20DPDN%20Ata%20Final.pdf) [Acedido em 20 março 2018].
- CPLP, 2017c. *Relatório do IV Fórum de Saúde Militar da CPLP*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: [https://cplp.defesa.pt/Sade%20Militar/20170306\\_%20IV%20FSM%20Ata%20Final.pdf](https://cplp.defesa.pt/Sade%20Militar/20170306_%20IV%20FSM%20Ata%20Final.pdf) [Acedido em 12 março 2018].
- CPLP, 2017d. *Resolução sobre a Operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026) - XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=5193&M=NewsV2&PID=10872> [Acedido em 18 novembro 2017].



- CPLP, 2017e. *XVIII Reunião de Ministros da Defesa da CPLP*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: [https://cplp.defesa.pt/MDN/20170525\\_%20XVIII%20Reunião\\_MDN%20Malabo\\_Declaração%20Final.pdf](https://cplp.defesa.pt/MDN/20170525_%20XVIII%20Reunião_MDN%20Malabo_Declaração%20Final.pdf) [Acedido em 6 março 2018].
- CPLP, 2018. *SPAD-32ª Reunião Plenária*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: <https://cplp.defesa.pt/SPAD/15-03-2018.pdf> [Acedido em 20 março 2018].
- CPLP, s.d.a. *CPLP - Histórico - Como surgiu?*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx> [Acedido em 13 novembro 2017].
- CPLP, s.d.b. *CPLP Objectivos*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: <http://www.cplp.org/id-46.aspx> [Acedido em 14 novembro 2017].
- CPLP, s.d.c. *Observadores Associados*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2765.aspx> [Acedido em 20 março 2018].
- CRIN, 2018. *African Union*. [Em linha] Londres: CRIN. Disponível em: <https://www.crin.org/en/guides/un-international-system/regionalmechanisms/african-union> [Acedido em 12 abril 2018].
- Dores, D. Z. d., 2018. *A cooperação técnico-militar da CPLP*. Entrevistado por Freitas C. A. A. [Entrevista]. Por e-mail (7 fevereiro 2018).
- Escorrega, L. C. F., 2009. A segurança e os "novos" riscos e ameaças: perspectivas várias. *Revista Militar*, agosto/setembro de 2009, 2491/2192, pp. 1-29.
- Escorrega, L. F., 2010. A Arquitectura de Paz e Segurança Africana 2010. *Boletim do Instituto de Estudos Superiores Militares*, 2010, 8, pp. 135-171.
- Escorrega, L. F., 2016. *A Cimeira de Díli e a Nova Visão Estratégica da CPLP: Contributos do Sector da Defesa. X Seminário Político-Diplomático CPLP*. CAE, 26 de fevereiro de 2016. Maputo: CPLP.
- Escorrega, L. F., 2017. *Duas décadas de CPLP: Retrospectiva e desafios da componente de defesa. XIV Seminário político-diplomático do CAE/CPLP*. IUM, 9-11 de outubro de 2017. Lisboa: CPLP.
- EUNAVFOR MED, 2018. *About EUNAVFOR MED Operation SOPHIA*. [Em linha] Bruxelas: UE. Disponível em: [https://eeas.europa.eu/csdp-missions-operations/eunavfor-med-operation-sophia/36/about-eunavfor-med-operation-sophia\\_en](https://eeas.europa.eu/csdp-missions-operations/eunavfor-med-operation-sophia/36/about-eunavfor-med-operation-sophia_en) [Acedido em 6 abril 2018].
- EUNAVFOR, 2018. *European Union Naval Force Somalia - Operation Atalanta*. [Em linha] Bruxelas: UE. Disponível em: <http://eunavfor.eu> [Acedido em 6 abril 2018].
- Fernandes, A. H. e Duarte, A. P., 1999. Da hostilidade à construção da Paz: para uma revisão crítica de alguns conceitos estratégicos. *Nação e Defesa*, 1999, 91(2), pp. 95-127.
- Fernandes, R., 2012. *CPLP: A ação do Brasil e de Portugal em África*. Trabalho de Investigação Individual Curso de Estado-Maior Conjunto. Instituto de Estudos Superiores Militares: Lisboa.
- Freixo, M. J. V., 2011. *Metodologia Científica: fundamentos, Métodos e Técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.



- IUM, 2017. *CISDI - Domínios, Áreas e Subáreas de Investigação*. Lisboa: IUM.
- JANUS, 2010. *A "arquitectura" de paz e segurança em África*. [Em linha] Lisboa: Observatório das Relações Exteriores. Disponível em: [https://www.janusEmlinha.pt/arquivo/popups2010/2010\\_3\\_3\\_3.pdf](https://www.janusEmlinha.pt/arquivo/popups2010/2010_3_3_3.pdf) [Acedido em 12 abril 2018].
- Lusa, 2018. *Deutsche Welle - Make for minds*. [Em linha] Lisboa: Lusa. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/secretária-executiva-da-cplp-lamenta-silêncio-assustador-sobre-guiné-bissau/a-42631020> [Acedido em 12 março 2018].
- Madeira, P. J., 1999. Benchmarking: A arte de copiar. *Jornal técnico de contas e da empresa*, dezembro, pp. 364-367.
- Magalula, M. J., 2018. *A cooperação técnico-militar da CPLP*. Entrevistado por Freitas C. A. A. [Entrevista]. Por e-mail (5 fevereiro 2018).
- Mambirisse, Z. N. A., 2018. *A atual estrutura de defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e sua adequação aos objetivos da Organização Internacional lusófona* [Entrevista]. Por e-mail (19 abril 2018).
- Marchueta, M. R., 2003. *A CPLP e o seu enquadramento*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- MD, 2007. *MD 35-G-01 Glossário das Forças Armadas*. Brasília: Ministério da Defesa do Brasil.
- MD, 2012. *Política Nacional de Defesa*. Brasília(DF): Ministério da Defesa do Brasil.
- Miyamoto, S., 2009. O Brasil e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 2009, 52 (2), pp. 22-42.
- Morgado, J. C. d. S., 2018. *A cooperação técnico-militar da CPLP*. Entrevistado por Freitas C. A. A. [Entrevista]. Por e-mail (2 março 2018).
- Mota, M. V. P. C. d., 2009. *Brasil, Portugal e a CPLP: Possíveis estratégias internacionais no século XXI - Dissertação de mestrado em Ciência Política*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Mourão, G. M., 2018. *A atual estrutura de defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e sua adequação aos objetivos da Organização Internacional lusófona* [Entrevista]. Lisboa (30 janeiro 2018).
- MRE, s.d.. *Ministério das Relações Exteriores do Brasil - CPLP*. [Em linha] Brasília: MRE. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3676-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa-cplp> [Acedido em 12 março 2018].
- Neto, J. C., 2013. *Teoria das Organizações Internacionais*. Terceira Edição. São Paulo: Saraiva.
- Pacheco, L. M. C. P. B., 2018. *A atual estrutura de defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e sua adequação aos objetivos da Organização Internacional lusófona* [Entrevista]. Por e-mail (24 março 2018).
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. V., 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª ed. Lisboa: Gradiva.





- Ramalho, J. L. P., 2005. *O Conflito Assimétrico e o Desafio da Resposta - Uma Reflexão*. [Em linha] Lisboa: Europress. Disponível em: [http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=223](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=223) [Acedido em 4 janeiro 2018].
- RDTL, 2018. *Governo de Timor-Leste*. [Em linha] Dili: Governo de Timor-Leste. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=143> [Acedido em 29 março 2018].
- SEAE, 2017. *European Union Common Security and Defence Policy - Missions and Operations - Annual Report 2017*. Bruxelas: UE.
- Santos, L. et al., 2016. *Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação*. Pedrouços: Instituto Universitário Militar.
- Santos, L. I. V. G., 2011. *A Arquitetura de Paz e Segurança Africana*. Primeira ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.
- Schultz, G., 2016. *Introdução à gestão de organizações*. Porto Alegre: UFRGS.
- Seabra, P., 2018. *A cooperação técnico militar da CPLP*. Entrevistado por Freitas C. A. A. [Entrevista]. Por e-mail (14 fevereiro 2018).
- Seitenfus, R., 2005. *Manual das Organizações Internacionais*. 4ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Serra, J. P. S., 2018. *A atual estrutura de defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e sua adequação aos objetivos da Organização Internacional lusófona* [Entrevista]. Por e-mail (24 março 2018).
- Teixeira, N. S., 2010. *A defesa europeia depois do Tratado de Lisboa*. [Em linha] Lisboa: Scielo. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n25/n25a04.pdf> [Acedido em 5 abril 2018].
- UA, 2008. *Memorandum of Understanding on cooperation in the area of peace and security between the African Union, the Regional Economic Communities and the coordinating mechanisms of the Regional Standby Brigades of eastern Africa and northern Africa*. [Em linha]. Adis Abeba: UA. Disponível em: <http://www.peaceau.org/uploads/mou-au-rec-eng.pdf> [Acedido em 12 abril 2018].
- UA, 2015. *African Peace and Security Architecture Roadmap 2016-2020*. Addis Abeba: African Union Commission.
- UA, s.d.. *African Union*. [Em linha] Adis Abeba: UA. Disponível em: <https://au.int/en/memberstates> [Acedido em 29 março 2018].
- UE, 1992. *Tratado da União Europeia*. [Em linha] Bruxelas: UE. Disponível em: [https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty\\_on\\_european\\_union\\_pt.pdf](https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty_on_european_union_pt.pdf) [Acedido em 16 abril 2018].
- UE, 2016. *A Global Strategy for the European Union's Foreign and Security Policy: "Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe"*. Bruxelas: União Europeia.
- UE, 2017. *Handbook on CSDP - The Common Security and Defence Policy of the European Union*. Terceira Edição. Viena: Austrian Armed Forces Printing Centre.



- UE, 2018a. *A UE em poucas palavras*. [Em linha] Bruxelas: UE. Disponível em: [https://europa.eu/european-union/about-eu/eu-in-brief\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/eu-in-brief_pt) [Acedido em 4 abril 2018].
- UE, 2018b. *Tratados da UE - Tratado de Lisboa*. [Em linha] Bruxelas: UE. Disponível em: [https://europa.eu/european-union/law/treaties\\_pt](https://europa.eu/european-union/law/treaties_pt) [Acedido em 4 abril 2018].
- UE, 2018c. *Política Externa e de Segurança Comum - PESC*. [Em linha] Bruxelas: UE. Disponível em: [https://europa.eu/european-union/topics/foreign-security-policy\\_pt](https://europa.eu/european-union/topics/foreign-security-policy_pt) [Acedido em 5 abril 2018].
- UE, 2018d. *The EU strengthens cooperation on security and defence*. [Em linha] Bruxelas: UE. Disponível em: [https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage\\_en/35285/The EU strengthens cooperation on security and defence](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage_en/35285/The_EU_strengthens_cooperation_on_security_and_defence) [Acedido em 16 março 2018].
- UE, 2018e. *União Européia*. [Em linha] Bruxelas: UE. Disponível em: [https://europa.eu/european-union/about-eu/countries\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/countries_pt) [Acedido em 29 março 2018].
- UK, s.d. *Daesh: UK government response*. [Em linha] Londres: UK government. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/topical-events/daesh> [Acedido em 5 abril 2018].
- UN, s.d.. *The Regional Economic Communities (RECs) of the African Union*. [Em linha] Nova Iorque: UN. Disponível em: <http://www.un.org/en/africa/osaa/peace/recs.shtml> [Acedido em 12 abril 2018].
- Watson, G. H., 2007. *Strategic Benchmarking Reloaded with Six Sigma - Improve your company's performance using global best practice*. New Jersey: John Wiley & Sons.
- Wikiwand, s.d.. *Países e territórios oficialmente interessados na CPLP*. [Em linha] Disponível em: [http://www.wikiwand.com/pt/Estados\\_membros\\_da\\_Comunidade\\_dos\\_Pa%C3%ADses\\_de\\_L%C3%ADngua\\_Portuguesa](http://www.wikiwand.com/pt/Estados_membros_da_Comunidade_dos_Pa%C3%ADses_de_L%C3%ADngua_Portuguesa) [Acedido em 20 março 2018].





## Apêndice A — Quadro 1: Objetivos, questões e capítulos

Quadro 1 – Objetivos, questões e capítulos

OBJETIVO GERAL		
Identificar se a atual estrutura de defesa da CPLP está adequada aos objetivos da OI lusófona no domínio da defesa e de que forma pode ser melhorada.		
QUESTÃO CENTRAL		
Em que medida a atual estrutura de defesa da CPLP está adequada aos objetivos da OI no domínio da defesa?		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	QUESTÕES DERIVADAS	CAPÍTULOS
<b>OE 1:</b> Analisar a evolução da estrutura de defesa da CPLP e sua adequação aos objetivos da OI nesse domínio	<b>QD 1:</b> A atual estrutura de defesa da CPLP é coerente com os objetivos fixados para a sua componente de defesa e as presentes ameaças ao espaço CPLP?	<b>2.</b> A adequação da atual estrutura de defesa da CPLP aos seus objetivos: Uma abordagem crítica
<b>OE 2:</b> Analisar as estruturas de defesa da UA e da UE, a fim de identificar quais os órgãos existentes que podem servir de referência para a estrutura análoga da CPLP	<b>QD 2:</b> Que órgãos da atual estrutura de defesa da UA e da UE podem servir de referência para a atual estrutura de defesa da CPLP?	<b>3.</b> O domínio da defesa no âmbito das Organizações Internacionais: Uma referência?
<b>OE 3:</b> Identificar possíveis oportunidades de melhoria na atual estrutura de defesa da CPLP	<b>QD 3:</b> Que oportunidades de melhoria existem para a atual estrutura de defesa da CPLP?	<b>4.</b> Análise dos resultados

**Fonte:** (Autor, 2017)



## Apêndice B — Quadro 2: Dimensões e indicadores para a análise de conteúdos

Quadro 2 – Dimensões e indicadores para a análise de conteúdos

Questão Central	Questões Derivadas	Conceitos	Dimensões	Indicadores	Instrumentos metodológicos	
QC - Em que medida a atual estrutura de defesa da CPLP está adequada aos objetivos da OI no domínio da defesa?	QD1 – A atual estrutura de defesa da CPLP é coerente com os objetivos fixados para a sua componente de defesa e as presentes ameaças ao espaço CPLP?	Estrutura de Defesa/ Objetivos de Defesa/ Ameaças	Domínio da Defesa	Evolução	Análise documental	
				Estrutura - órgãos		
				Estrutura - objetivos		
			Espaço CPLP	Ameaças		
			Adequabilidade	Estrutura de Defesa		
				Objetivos de Defesa		
				Ameaças		
			Adequabilidade	A-Ameaças e riscos	Ameaças e riscos	Análise documental/ Questionários e Entrevistas
				B-Documentos/ Legislações	Estatutos e Documentos estruturantes (criação, atribuições dos órgãos componentes, missões e objetivos, acordos, protocolos, outros)	
					Estratégia de Defesa ou similar no âmbito da Organização Internacional	
					Objetivos de Defesa	
					Capacidade de concertação político-diplomática nos <i>fora</i> internacionais	
					Tratado de assistência recíproca em caso de agressão contra um dos Estados-membros	
				C-Cooperação	Tratado/ acordo de cooperação em caso de calamidade ou tragédia em um dos Estados-membros	
					Cooperação em defesa (ambiente interno - entre os Estados-membros)	
					Cooperação em defesa (ambiente externo - com outras Organizações Internacionais)	
				D-Estrutura/ Órgãos	Cooperação Técnico-Militar	
					Órgãos de planejameto e de coordenação (SPAD, CAE)	
					Órgãos componentes permanentes (SPAD, CAE) - centralizados ou dispersos	
					Estruturas componentes provisórias (reuniões e ações por demanda)	
					Recursos humanos para as estruturas decisórias, de planejamento e de coordenação	
Recursos financeiros (fundos, contribuição dos países, outros)						
Infraestruturas dedicadas ao atendimento das demandas específicas de defesa da Organização Internacional						

**Fonte:** (Autor, 2018)



**Continuação do Quadro 2 – Dimensões e indicadores para a análise de conteúdos**

Questão Central	Questões Derivadas	Conceitos	Dimensões	Indicadores	Instrumentos metodológicos	
QC - Em que medida a atual estrutura de defesa da CPLP está adequada aos objetivos da OI no domínio da defesa?	QD1 – A atual estrutura de defesa da CPLP é coerente com os objetivos fixados para a sua componente de defesa e as presentes ameaças ao espaço CPLP?	Estrutura de Defesa/ Objetivos de Defesa/ Ameaças	Adequabilidade	E-Mecanismos de nivelamento	Mecanismos/ práticas para redução de diferenças e capacidades militares entre os Estados-membros (FA, MEM, outros)	Análise documental/ Questionários e Entrevistas
					Mecanismos/ práticas para incentivar o desenvolvimento das Forças Armadas e de suas capacidades militares por parte de cada Estado-membro	
				F-Ensino/ Doutrina	Ensino - Partilha de conhecimentos	
					Ensino - Intercâmbio	
					Ensino - órgãos e estruturas (colégio de defesa, centros de treinamento, outros)	
					Ensino - doutrina (manuais, TTP)	
					Ensino - outros	
				G-Preparo e Emprego	Interoperabilidade	
					Tropas de Operações Especiais	
					Operações - exercícios militares	
					Operações - Op Paz	
					Operações - Op Ajuda Humanitária	
					Operações voltadas ao combate ao terrorismo	
					Operações - Treino e Mentoria	
					Operações - outros	
					Outras vertentes da defesa (saúde)	
					Mecanismos de segurança marítima	
					Capacidades de Segurança e Defesa	
					Acordos/ Protocolos/ Memorandos de entendimento entre os Estados-membro para contribuição com recursos para emprego em operações	
					Geração de forças militares para emprego	
Projeção de forças militares (Expedicionárias) - nível (Bda,etc), missões, contributos dos países						
H-Inteligência/ Informações	Inteligência e informações					
I-Indústria de	Indústria de Defesa					
J-Pontos fortes e fracos	Principais pontos fortes da Organização Internacional, no domínio da defesa					
	Principais pontos fracos da Organização Internacional, no domínio da defesa					

**Fonte:** (Autor, 2018)



Continuação do Quadro 2 – Dimensões e indicadores para a análise de conteúdos

Questão Central	Questões Derivadas	Conceitos	Dimensões		Indicadores	Instrumentos metodológicos
QC - Em que medida a atual estrutura de defesa da CPLP está adequada aos objetivos da OI no domínio da defesa?	QD2 – Que órgãos da atual estrutura de defesa da OEA, da UA e da UE podem contribuir para a atual estrutura de defesa da CPLP?	Organização Internacional/ Estrutura de Defesa	UA/ UE	A-Ameaças e riscos	Ameaças e riscos	Análise documental/ Questionários e Entrevistas
				B-Documentos/ Legislações	Estatutos e Documentos estruturantes (criação, atribuições dos órgãos componentes, missões e objetivos, acordos, protocolos, outros)	
					Estratégia de Defesa ou similar no âmbito da Organização Internacional	
					Objetivos de Defesa	
					Capacidade de concertação político-diplomática nos <i>fora</i> internacionais	
					Tratado de assistência recíproca em caso de agressão contra um dos Estados-membros	
					Tratado/ acordo de cooperação em caso de calamidade ou tragédia em um dos Estados-membros	
				C-Cooperação	Cooperação em defesa (ambiente interno - entre os Estados-membros)	
					Cooperação em defesa (ambiente externo - com outras Organizações Internacionais)	
					Cooperação Técnico-Militar	
				D-Estrutura/ Órgãos	Órgãos de planeameto e de coordenação	
					Órgãos componentes permanentes - centralizados ou dispersos	
					Estruturas componentes provisórias (reuniões e ações por demanda)	
					Recursos humanos para as estruturas decisórias, de planeamento e de coordenação	
					Recursos financeiros (fundos, contribuição dos países, outros)	
					Infraestruturas dedicadas ao atendimento das demandas específicas de defesa da Organização Internacional	
				E-Mecanismos de nivelamento	Mecanismos/ práticas para redução de diferenças e capacidades militares entre os Estados-membros (FA, MEM, outros)	
					Mecanismos/ práticas para incentivar o desenvolvimento das Forças Armadas e de suas capacidades militares por parte de cada Estado-membro	
				F-Ensino/ Doutrina	Ensino - Partilha de conhecimentos	
					Ensino - Intercâmbio	
					Ensino - órgãos e estruturas (colégio de defesa, centros de treinamento, outros)	
					Ensino - doutrina (manuais, TTP)	
					Ensino - outros	

**Fonte:** (Autor, 2018)



**Continuação do Quadro 2 – Dimensões e indicadores para a análise de conteúdos**

Questão Central	Questões Derivadas	Conceitos	Dimensões		Indicadores	Instrumentos metodológicos
QC - Em que medida a atual estrutura de defesa da CPLP está adequada aos objetivos da OI no domínio da defesa?	QD2 – Que órgãos da atual estrutura de defesa da OEA, da UA e da UE podem contribuir para a atual estrutura de defesa da CPLP?	Organização Internacional/ Estrutura de Defesa	UA/ UE	G-Preparo e Emprego	Interoperabilidade	Análise documental/ Questionários e Entrevistas
					Tropoas de Operações Especiais	
					Operações - exercícios militares	
					Operações - Op Paz	
					Operações - Op Ajuda Humanitária	
					Operações voltadas ao combate ao terrorismo	
					Operações - Treino e Mentoria	
					Operações - outros	
					Outras vertentes da defesa (saúde)	
					Mecanismos de segurança marítima	
					Capacidades de Segurança e Defesa	
					Acordos/ Protocolos/ Memorandos de entendimento entre os Estados-membro para contribuição com recursos para emprego em operações	
					Geração de forças militares para emprego	
					Projeção de forças militares (Expedicionárias) - nível (Bda,etc), missões, contributos dos países	
					H-Inteligência/ Informações	
	I-Indústria de	Indústria de Defesa				
	J-Pontos fortes e fracos	Principais pontos fortes da Organização Internacional, no domínio da defesa				
		Principais pontos fracos da Organização Internacional, no domínio da defesa				
	QD3 – Que oportunidades de melhoria existem para a atual estrutura de defesa da CPLP?	Estrutura de Defesa	CPLP	Diferenças vantajosas = Oportunidades de Melhoria	Análise de dados/ Modelo de análise	

**Fonte:** (Autor, 2018)



## Apêndice C — Relação de entrevistados

No que se refere à CPLP, de forma consentida e no aplicável à presente investigação, foram utilizadas as respostas aos questionários realizados pelo Senhor Coronel (Cor) do Exército Brasileiro Cláudio Alexandre de Almeida Freitas, auditor do Curso de Promoção a Oficial General, conforme relação abaixo (Quadro 3):

**Quadro 3: Entrevistas utilizadas**

Posto/Grau	Nome	Função/Cargo
Embaixadora	Alda Melo Santos	Secretariado Executivo da CPLP
Tenente-General Exército Angolano	Luís Diogo de Carvalho	Diretor do CAE
Cor Exército Português (EP)	José Carlos da Silva Morgado	Adido de Defesa junto à Embaixada Portuguesa em Bissau
Capitão de Mar e Guerra (CMG) Marinha Portuguesa	Jorge Miguel Zambujal Chicharo	Adido de Defesa junto à Embaixada portuguesa em São Tomé
Cor EP	Delfim Zambujo das Dores	Adido de Defesa junto à Embaixada Portuguesa em Timor-Leste
Cor Força Aérea Brasileira	Marcos Antonio Ribeiro	NN CAE Brasil
CMG Marinha Moçambicana	Marcos João Magalula	NN CAE Moçambique
Tenente-Coronel EP	Luis Manuel Brás Bernardino	Especialista
Doutor	Pedro Seabra	Especialista
Major EP	Pedro Bretes Amador	NN CAE Portugal
Capitão São Tomé e Príncipe	Riquito Espírito Santo Quaresma	NN CAE São Tomé e Príncipe
Doutor	Martinho Maia Gonçalves	NN CAE Timor-Leste

**Fonte:** (Autor, 2018)

A fim de complementar as informações sobre o domínio da defesa da Comunidade, foram entrevistadas as autoridades abaixo (Quadro 4):

**Quadro 4: Entrevistados pelo autor - CPLP**

Código	Posto/Grau	Nome	Função/Cargo
D1	Embaixador	Gonçalo Mello Mourão	Embaixador e Representante Permanente do Brasil junto à CPLP
D2	Doutor	João Pedro Saldanha Serra	Diretor de Serviços de Cooperação no Domínio da Defesa e membro do SPAD
	Doutora	Letícia Bairradas	Colaboradora dos Serviços de Cooperação no Domínio da Defesa e membro do SPAD
D3	Doutor	Nuno Caeiro	Chefe da Divisão de Saúde Militar

**Fonte:** (Autor, 2018)

Ainda no que se refere às entrevistas semiestruturadas, importa destacar aquelas que foram realizadas com elementos de notório saber sobre estrutura de defesa da UA e da UE (Quadro 5):

**Quadro 5: Entrevistados pelo autor - OI**

Código	Posto/Grau	Nome	Função/Cargo
A	CMG Marinha Moçambicana	Zefanias Natal Alberto Mambirisse	Coordenador da Área de Ensino Específico da Marinha/ Instituto Superior de Estudos de Defesa de Moçambique
E	Capitão de Fragata	Luis Bessa Pacheco	Analista de Informações do EMMUE

**Fonte:** (Autor, 2018)





## Apêndice D — Formulários dos questionários/ entrevistas e síntese das respostas

**Tabela 1 – Questionário/ entrevista e síntese das respostas – D1**

<b>DIMENSÃO A - Ameaças</b>	
1)	Considerando a atual conjuntura mundial e o constante processo de globalização, quais são os desafios futuros para o domínio da defesa da CPLP?
A CPLP não enfrenta graves ameaças, mas possui problemas de segurança internos (cada um dos integrantes). Como desafios, citam-se a consolidação da relevância da língua portuguesa nos demais países que compõem a CPLP, o desenvolvimento econômico e a redução/eliminação da pobreza e da miséria no âmbito da Comunidade.	
<b>DIMENSÃO C - Cooperação</b>	
2)	Quais são os tipos de cooperação em defesa existentes no âmbito da CPLP?
A cooperação cresce, ainda que alguns países membros como, por exemplo, Moçambique, procurem parcerias com países exógenos à CPLP (EUA e África do Sul), pois tais relações são benéficas e porque a Comunidade não possui capacidade para atender todas as demandas, sendo natural que os países lusófonos procurem outras parcerias.	
<b>DIMENSÃO D – Estrutura/Órgãos</b>	
3)	O senhor considera a atual Estrutura de Defesa da CPLP adequada à conjuntura mundial?
A CPLP ainda não atingiu um estágio total de integração. Atualmente, a vertente militar (Defesa) possui agenda própria com reuniões regulares entre os MDN e os CEMGFA dos Estados-membros. Há, também, reuniões da Assembleia Parlamentar, a qual possui pauta específica. A embaixada se ressentiu de maior interação com a Defesa e com a Assembleia Parlamentar. Nesse contexto, cita-se a lentidão para a aprovação de modificações no Estatuto da Comunidade. Cita-se, igualmente, a dificuldade acrescida pela dispersão geográfica dos órgãos de defesa e a falta de integração entre os setores da CPLP.	
4)	Existem Organizações Internacionais que poderiam servir de referência para a CPLP, no âmbito do domínio da defesa? Quais seriam as boas práticas que poderiam ser incorporadas à Estrutura de Defesa da CPLP?
Destaca-se o papel desempenhado pela UA nos domínios da segurança e da defesa, naquele continente. Cita-se a contribuição do Brasil com a UA e com a África, ao dar exemplos do que deve ser a atuação das Forças Armadas em um ambiente democrático.	
<b>DIMENSÃO F – Ensino/Doutrina</b>	
5)	Quais são e como são conduzidas as iniciativas na área do ensino e da doutrina de defesa? Qual o ponto de situação das iniciativas referidas na questão anterior?
Ressalta-se como positiva a iniciativa do Colégio de Defesa, fator agregador e que possibilitará reunir militares para, juntos, pensarem soluções para os problemas atuais.	
<b>DIMENSÃO G – Preparo e Emprego</b>	
6)	No que se refere aos exercícios da série Felino, o senhor considera que haja oportunidades de melhoria? Caso positivo, quais seriam?
Sim. É pertinente a proposta de incremento no modelo atual do exercício, incluindo a participação de outros vetores (outras OI, Ministérios das Relações Exteriores e outros atores de cada Estad-membro) para que, junto com os militares, sejam discutidas questões de interesse, incluindo o atingimento de objetivos políticos. Destaca-se que a Felino está dimensionada dentro do domínio da defesa, mas sem grande interação com os demais domínios da CPLP. A participação dos outros domínios é apenas de assistente, e não de cooperação dentro dos exercícios. Incrementar esta participação, com a introdução de questões a serem debatidas no âmbito das relações internacionais e aspetos mais amplos pode ser benéfico para amadurecer a CPLP.	
<b>DIMENSÃO J – Pontos fortes e fracos</b>	
7)	Qual o papel que a defesa deve assumir em relação ao futuro da CPLP?
Visualiza-se um incremento nas CTM e, em consenso e respeito às soberanias, uma possível inserção da Comunidade no CI, no contexto de operações de paz. Além disso, possíveis ações em caráter emergencial são vistas como positivas.	

**Fonte:** (Autor, 2018)

**Tabela 2 – Questionário/ entrevista e síntese das respostas – D2**

<b>DIMENSÃO A - Ameaças</b>	
1)	Considerando a atual conjuntura mundial e o constante processo de globalização, quais são os desafios futuros para o domínio da defesa da CPLP?
Contribuir para a capacitação das estruturas de Defesa e das Forças Armadas dos Estados-Membros, dessa forma reforçando o papel da CPLP na produção de segurança global e regional.	
<b>DIMENSÃO B - Documentos/ Legislações</b>	
2)	A CPLP possui algum Tratado de assistência recíproca em caso de agressão contra um dos Estados-membros? Qual seria?
Sim. O PCCDD, de acordo com a alínea a), Artigo 4.º, solidariedade em situações de desastre ou agressão que ocorram num dos países da Comunidade, respeitadas as legislações de cada Estado membro, e nos termos das normas estabelecidas na Carta das Nações Unidas.	

**Fonte:** (Autor, 2018)





**Continuação da Tabela 2 – Questionário/ entrevista e síntese das respostas - D2**

<b>DIMENSÃO C - Cooperação</b>	
3)	Quais são os tipos de cooperação em defesa existentes no âmbito da CPLP? Conforme o artigo 4º do Protocolo citado anteriormente, sobre os vetores fundamentais, que se constituem como mecanismos para a afirmação da componente de Defesa da CPLP como instrumento para a manutenção da paz e segurança.
4)	Quais são os tipos de cooperação em defesa entre a CPLP e outras Organizações Internacionais? Não está prevista. Apenas o nº 2 do já citado artigo 4º do Protocolo refere a indicação dos recursos disponíveis em cada estado Membro passíveis de serem empregues em operações de paz e assistência humanitária, no âmbito das Nações Unidas.
<b>DIMENSÃO D – Estrutura/Órgãos</b>	
5)	O senhor considera a atual Estrutura de Defesa da CPLP adequada à conjuntura mundial (ameaças existentes)? A atual estrutura data de 2006, ou seja, de há 12 anos. Haverá, porventura, ajustamentos que podem ser feitos, mas, no geral, ela corresponde aos desafios atuais. Importa é que a estrutura procure melhorar a eficácia do seu trabalho, das suas decisões e da respetiva implementação.
6)	O Senhor considera que os objetivos de defesa da CPLP (constantes do artigo 2º do Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa, de 2006 e em processo de revisão), estão adequados aos objetivos gerais da Comunidade (concertação político-diplomática; cooperação, inclusive na Defesa; e promoção e difusão da língua portuguesa)? Sim. São objetivos genéricos que correspondem a 3 grandes áreas que uma Organização como a CPLP deve atender – concertação de interesses num Mundo globalizado e cooperação na área da Defesa que permita a prossecução daqueles interesses, tudo tendo como base de ligação uma língua que é comum e que é definidora da identidade da própria Comunidade.
7)	Considerando os objetivos de defesa da CPLP (constantes do artigo 2º do Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa, de 2006 e em processo de revisão), o senhor considera que a atual Estrutura de Defesa da Comunidade está corretamente dimensionada e capacitada para conduzir as ações nesse domínio? Idem 5).
8)	Perante as três hipóteses a seguir, solicita-se que escolha a mais correta e apresente comentários: <ul style="list-style-type: none"><li>• A Estrutura de Defesa está adequada aos objetivos de defesa da CPLP;</li><li>• A Estrutura de Defesa não está adequada aos objetivos de defesa da CPLP; e</li><li>• A Estrutura de Defesa está adequada aos objetivos de defesa da CPLP. Entretanto há a necessidade de robustecer/ remodelar/ adaptar a citada estrutura.</li></ul> A Estrutura de Defesa está adequada aos objetivos de defesa da CPLP – Idem 5).
9)	Os recursos humanos destinados ao domínio da defesa atendem as demandas nessa área (como parâmetros, citam-se: suficientes, capacitados, disposição permanente, disposição espacial – centralizados/dispersos)? Os recursos humanos da CPLP serão aqueles que os Estados-membros colocarem ao serviço da Comunidade. O SPAD, coordenado pelo Ministério da Defesa Nacional de Portugal, possui recursos humanos dedicados e permanentes à Componente de Defesa. O mesmo se passa com o CAE.
10)	Qual a origem dos recursos financeiros destinados à defesa (fundos específicos, contribuição dos países, outros)? Estão adequados aos objetivos de defesa da CPLP? A CPLP não dispõe de recursos financeiros destinados à defesa. Os recursos serão aqueles que os Estados-membros colocarem ao serviço da Comunidade. Entretanto, o SPAD conta com verba anual disponibilizada pelo Ministério da Defesa Nacional de Portugal. O CAE conta com a contribuição dos Estados-membros, através de quotas anuais.
11)	Existem Organizações Internacionais que poderiam servir de referência para a CPLP, no âmbito do domínio da defesa? Quais seriam as boas práticas que poderiam ser incorporadas à Estrutura de Defesa da CPLP? Sim. Em termos de boas práticas, aquelas que se dirigem à concretização e implementação de decisões e projetos poderiam, porventura, constituir domínio de referência.
12)	No seu entendimento, existem oportunidades de melhoria a serem implementadas na atual Estrutura de Defesa da CPLP? Idem 5).
<b>DIMENSÃO E – Mecanismos de nivelamento</b>	
13)	Existem mecanismos/ práticas para redução de diferenças e de capacidades militares entre os Estados-membros (Forças Armadas)? Quais seriam? Os Exercícios militares da série Felino, que visam a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados-membros da CPLP e o treino para o emprego em operações de paz e de assistência humanitária.
14)	Coerente com os objetivos de defesa da CPLP, quais são os mecanismos/ práticas para incentivar o desenvolvimento das Forças Armadas e de suas capacidades militares, por parte de cada Estado-membro? Os Exercícios militares da série Felino, pela presença simultânea de militares dos diversos Estados-membros em “ambiente operacional”, cada um partilhando a sua realidade nacional, as suas capacidades e as suas experiências, constituirão dos melhores incentivos para cada país identificar, diminuir e/ou eliminar assimetrias que venha a identificar.

**Fonte:** (Autor, 2018)



**Continuação da Tabela 2 – Questionário/ entrevista e síntese das respostas - D2**

<b>DIMENSÃO F – Ensino/Doutrina</b>	
15)	Quais são e como são conduzidas as iniciativas na área do ensino e da doutrina de defesa (como parâmetros, citam-se: doutrina específica - manuais e outras publicações, centros de ensino, colégio de defesa, outros)? Qual o ponto de situação das iniciativas referidas na questão anterior?
	Em relação ao ensino, realizou-se este ano a 1ª edição do Colégio de Defesa da CPLP, acolhida pela Escola Superior de Guerra do Brasil. A definição de uma doutrina única, ou pelo menos aplicável pelos 9 países constitui tarefa difícil e um grande desafio, tendo sido considerada conveniente a adoção da doutrina das Nações Unidas como medida de reforço da interoperabilidade doutrinária dos Estados-membros.
16)	Coerente com os objetivos de defesa da CPLP, quais são os mecanismos/ práticas para que haja a partilha de conhecimentos em matéria de defesa, entre os Estados-membros?
	Para além do já referido em 15), o Programa de Intercâmbio de Militares da CPLP para formação e investigação em Saúde Militar.
<b>DIMENSÃO G – Preparo e Emprego</b>	
17)	Qual o grau de interoperabilidade entre as Forças Armadas dos Estados-membros, no âmbito da CPLP? Para além dos exercícios da série Felino, quais as medidas adotadas para que a interoperabilidade seja efetiva?
	O Protocolo prevê a existência de um Programa Integrado de Intercâmbio no domínio da Formação Militar, instrumento que não foi, ainda, devidamente aproveitado.
18)	Há intercâmbio entre tropas de operações especiais? Qual o emprego atual das tropas de operações especiais, no contexto da CPLP?
	Não no quadro da CPLP.
19)	No que se refere aos exercícios da série Felino, o senhor considera que haja oportunidades de melhoria? Caso positivo, quais seriam?
	Sim, nomeadamente na área da interoperabilidade entre as Forças Armadas dos Estados-membros, p.ex. ao nível da saúde militar, área com bastante potencial de desenvolvimento.
20)	No que se refere à garantia da segurança marítima no espaço da CPLP, o senhor considera que haja oportunidades de melhoria? Caso positivo, quais seriam?
	Sim. Há que reforçar a consciência estratégica em relação ao mar por parte de vários dos Estados-membros. Um dos vetores estratégicos de cooperação consagrados no Protocolo é a procura de sinergias para o reforço do controlo e fiscalização das águas territoriais e da zona económica exclusiva dos países da CPLP, com o emprego conjunto de meios aéreos e navais. Nessa linha, em 2011, a Componente de Defesa da CPLP procurou desenvolver um instrumento que definisse as bases para o emprego conjunto de meios aéreos e navais para controlo das águas territoriais e da zona económica exclusiva dos Estados membros, trabalho que não teve continuidade.
21)	Há a previsão de existirem forças militares multinacionais e com capacidade expedicionária para atuarem em proveito dos objetivos ou determinações da CPLP? Caso positivo, qual a sua dimensão? Quais as operações em que se prevê o seu emprego (operações de paz, de ajuda humanitária, treino e mentoria, enfrentamento ao terror, outras)? Caso negativo, qual a sua opinião sobre o assunto?
	Atualmente não é possível fazer essa previsão.
22)	Qual o ponto de situação da cooperação em caso de calamidade ou de tragédia em um dos Estados-membros?
	Está em curso o desenvolvimento de um Mecanismo de Resposta da CPLP a Catástrofes.
<b>DIMENSÃO H – Inteligência/ Informações</b>	
23)	Conforme a Proposta de Revisão do Protocolo de Cooperação da CPLP, ratificada e entregue, de forma simbólica, por ocasião da XVIII Reunião dos Ministros da Defesa (Malabo, em 2017), a Estrutura de Defesa deixou de contar com as Reuniões dos Diretores dos Serviços de Informações Militares ou equiparados. Dessa forma, qual a estrutura que assumirá as responsabilidades referente à área das informações de interesse para a defesa?
	É prematuro falar sobre essa Proposta de Revisão. Entretanto, os Diretores dos Serviços de Informações Militares ou equiparados nunca reuniram até à presente data.
<b>DIMENSÃO I – Indústria de Defesa</b>	
24)	Qual a relação entre a Estrutura de Defesa da CPLP e a indústria de defesa dos Estados-membros (incentivos, contratos, pesquisa e desenvolvimento, outros)?
	Não existe uma relação estruturada ou prevista no Protocolo. Contudo, a área das indústrias de defesa pode vir a constituir tema de debate/decisão dos órgãos da componente de defesa.
<b>DIMENSÃO J – Pontos fortes e fracos</b>	
25)	No seu entendimento, que outras iniciativas, no domínio da defesa, poderiam ser realizadas no âmbito da CPLP?
	Encontra-se em curso uma reflexão sobre a componente de Defesa da CPLP, iniciada pelos Diretores de Política de Defesa em 2016, com o objetivo de conferir maior visibilidade externa e avaliar o produto e a visão que se pretende para este domínio de cooperação, pelo que se considera prematuro abordar este tópico.
26)	Qual o papel que a defesa deve assumir em relação ao futuro da CPLP? (Descrever ações e contributos).
	A componente de defesa da CPLP, como área de soberania que é, deve procurar continuar a destacar-se de entre as áreas de cooperação da Comunidade e a contribuir para a sua credibilidade e reconhecimento internacionais enquanto produtora de segurança. Ver 25).
27)	Espaço destinado ao registro de qualquer outra informação julgada útil ao trabalho que está sendo realizado.
	Nada a reportar.

**Fonte:** (Autor, 2018)



**Tabela 3 – Questionário/ entrevista e síntese das respostas - D3**

<b>DIMENSÃO C - Cooperação</b>
1) Na área de saúde militar, quais são os tipos de cooperação em defesa existentes no âmbito da CPLP? Encontros de Saúde Militar da CPLP; Fórum de Saúde Militar da CPLP; Programa de Intercâmbio de Militares da CPLP para a Formação e Investigação em Saúde Militar; e outras ações bilaterais entre os Estados-membros.
<b>DIMENSÃO D – Estrutura/Órgãos</b>
2) O senhor considera a atual Estrutura de Defesa da CPLP adequada à conjuntura mundial (ameaças existentes)? A Estrutura de Defesa deverá ser suficientemente sólida, mas também adaptável às novas conjunturas, podendo se valer de premissas adotadas pela UE e pela NATO, nas quais o conceito de Segurança foi ampliado englobando também a Segurança Humana; e a de que os riscos e ameaças têm caráter transnacional demandando cooperação entre Forças Armadas, forças e serviços de segurança e organizações civis – com destaque para as entidades e estruturas de saúde - num mesmo Estado ou entre Estados numa aliança.
3) Considerando os objetivos de defesa da CPLP (constantes do artigo 2º do Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa, de 2006 e em processo de revisão), o senhor considera que a atual Estrutura de Defesa da Comunidade está corretamente dimensionada e capacitada para conduzir as ações nesse domínio? O PCCDD estabelece os princípios gerais, objetivos e estrutura que, em minha opinião, permanecem válidos. No entanto, deve ser dinâmico e acompanhar a evolução. Neste caso concreto, deve adaptar-se aos contextos geopolítico e geoestratégico. No que à saúde militar diz respeito, a atual Estrutura de Defesa da CPLP tem correspondido positivamente, permitindo desenvolver ações que potenciam a partilha de conhecimentos e troca de experiências, contribuindo concomitantemente para o reforço dos sistemas de saúde militar dos seus Estados-membros.
4) Perante as três hipóteses a seguir, solicita-se que escolha a mais correta e apresente comentários: <ul style="list-style-type: none"><li>• A Estrutura de Defesa está adequada aos objetivos de defesa da CPLP;</li><li>• A Estrutura de Defesa não está adequada aos objetivos de defesa da CPLP; e</li><li>• A Estrutura de Defesa está adequada aos objetivos de defesa da CPLP. Entretanto há a necessidade de robustecer/ remodelar/ adaptar a citada estrutura.</li></ul> Concordo que “a Estrutura de Defesa está adequada aos objetivos de defesa CPLP. Entretanto há a necessidade de robustecer/remodelar/adaptar a citada estrutura”. A Estrutura de Defesa deverá ser adaptável e dinâmica, de forma a conseguir potenciar as diversas capacidades dos seus Estados-membros e responder aos desafios que se lhes impõem.
5) Sob o paradigma da saúde militar, existem Organizações Internacionais que poderiam servir de referência para a CPLP, no âmbito do domínio da defesa? Quais seriam as boas práticas que poderiam ser incorporadas à Estrutura de Defesa da CPLP? Sim. A NATO, no que diz respeito à normalização de procedimentos em saúde militar e à promoção de formação nesta área, nomeadamente através do Centro de Excelência da NATO para a Medicina Militar.
6) No seu entendimento, existem oportunidades de melhoria a serem implementadas na atual Estrutura de Defesa da CPLP, a fim de impulsionar a área de saúde militar? Quais seriam? Sim. Os Encontros de Saúde Militar referidos na alínea g) do n.º 1 do art.º 4.º do Protocolo deviam, em minha opinião, ser mais dinamizados e mais frequentes. Por outro lado, o Fórum de Saúde Militar, cuja norma “habilitante” acima referida e cujo regimento interno já foi superiormente aprovado, devia merecer maior destaque no texto do Protocolo.
<b>DIMENSÃO E – Mecanismos de nívelamento</b>
7) Sob o paradigma da saúde militar, existem mecanismos/ práticas para redução de diferenças e de capacidades militares entre os Estados-membros (Forças Armadas)? Quais seriam? Sendo a CPLP uma comunidade de Estados com grande diversidade cultural e com fases de desenvolvimento muito diferenciadas, é essencial que a cooperação entre os seus membros se afirme, quer na forma bilateral quer multilateral, com programas de ação em saúde muito diversificados, mas sistematizados. Ações de cooperação, como por exemplo no âmbito da formação, podendo cada um vir a responsabilizar-se por áreas distintas.
<b>DIMENSÃO F – Ensino/Doutrina</b>
8) Sob o paradigma da saúde militar, quais são e como são conduzidas as iniciativas na área do ensino e da doutrina de defesa (como parâmetros, citam-se: intercâmbios militares, doutrina específica - manuais e outras publicações, centros de ensino, outros)? Qual o ponto de situação das iniciativas referidas na questão anterior? Programa de Intercâmbio de Militares para Formação e Investigação em Saúde Militar com Plano de Formação, com cursos propostos pelas Forças Armadas de Portugal e do Brasil.
<b>DIMENSÃO G – Preparo e Emprego</b>
9) Qual tem sido a participação da saúde militar nos exercícios da série Felino e como o senhor visualiza o possível emprego da saúde militar em operações reais conduzidas pela CPLP? Até ao momento, a saúde militar não tem tido uma expressão muito significativa nos exercícios. Entretanto, há proposta para integrar a componente de saúde militar, envolvendo recursos humanos dos Estados-membros.
<b>DIMENSÃO J – Pontos fortes e fracos</b>
10) No seu entendimento, que outras iniciativas, no âmbito da defesa, poderiam ser realizadas no âmbito da CPLP? Fomento de maior articulação e melhores e eficazes mecanismos de comunicação entre os Estados-membros. Incremento de ações de formação e de treino conjunto para responderem a situações concretas de riscos e ameaças, de que a resposta a situações de catástrofe é um bom exemplo.
11) Espaço destinado ao registro de qualquer outra informação julgada útil ao trabalho que está sendo realizado. Cita-se o contido no ponto ii do cap. I da Estratégia da CPLP para a Saúde Militar “Saúde como vetor estratégico de atuação da CPLP”.

**Fonte:** (Autor, 2018)



**Tabela 4 – Questionário/ entrevista e síntese das respostas - UA e UE**

<b>DIMENSÃO A – Ameaças e Riscos</b>	
	1) Quais as ameaças existentes no espaço da Organização Internacional?
<b>A</b>	Desenvolvimento económico, conflitos regionais e fragilidade institucional africana
<b>E</b>	As principais são os ataques terroristas na Europa e a migração irregular a partir do norte de África e Médio Oriente.
<b>DIMENSÃO B - Documentos/ Legislações</b>	
	2) Quais são os objetivos de defesa da Organização Internacional?
<b>A</b>	Cooperação nas áreas económica e política, bem como em outras áreas de interesse comum.
<b>E</b>	Liberdade de comércio, segurança das linhas de comunicação, estabilidade política nas diversas regiões do mundo e defesa dos interesses dos seus Estados-membros.
	3) A Organização Internacional possui algum Tratado de assistência recíproca em caso de agressão contra um dos Estados-membros? Qual seria?
<b>A</b>	Sim. Está vertido na APSA.
<b>E</b>	Sim. Tratado de Lisboa – 2007, em vigor desde 2009, artigo 42.º, n.º 7, se um Estado-membro vier a ser alvo de agressão armada no seu território, os outros Estados-membros devem prestar-lhe auxílio e assistência por todos os meios ao seu alcance.
	4) A Organização Internacional possui algum Tratado de cooperação em caso de calamidade ou de tragédia em um dos Estados-membros? Qual seria?
<b>A</b>	Sim. Está vertido na APSA.
<b>E</b>	Sim. Tratado de Lisboa e sua cláusula de solidariedade, artigo 222.º, em caso de catástrofes naturais ou provocadas pelo homem, bem como em caso de atentados terroristas.
<b>DIMENSÃO C - Cooperação</b>	
	5) Quais são os tipos de cooperação em defesa existentes no âmbito da Organização Internacional?
<b>A</b>	Sistema Continental de Alerta Antecipado, a Força Africana de Prevenção e o Fundo para a Paz, por exemplo.
<b>E</b>	Realização de missões executivas e não-executivas; existência de força naval permanente para ação em caso de necessidade; <i>Battlegroups</i> para resposta rápida em caso de necessidade; e realização de exercícios militares.
	6) Quais são os tipos de cooperação em defesa entre a sua Organização Internacional e outras Organizações Internacionais?
<b>A</b>	UA com a ONU e com a UE, por exemplo.
<b>E</b>	UE com a NATO, uma vez que muitos dos seus Estados-membros integram a Aliança. UE com a ONU e com a UA. Bilateralmente os países da UE possuem relações com os norte-americanos.
<b>DIMENSÃO D – Estrutura/Órgãos</b>	
	7) Qual é a estrutura de defesa existente na Organização Internacional (como parâmetros, citam-se: reuniões ou colegiados decisórios, órgãos de planeamento e de coordenação, órgãos de análise estratégica, estruturas permanentes, estruturas provisórias, outros)?
<b>A</b>	Conselho de Paz e Segurança, Comité de Estado-Maior, Painel de Sábios, Sistema Continental de Alerta Antecipado, Força Africana de Prevenção e Fundo para a Paz.
<b>E</b>	Comité de Política e Segurança; Comité Militar da UE; Estado-Maior Militar da UE e o <i>Military planning and conduct capability</i> e a <i>European Defence Agency</i> .
	8) Os recursos humanos destinados ao domínio da defesa estão dedicados de forma permanente à Organização Internacional ou reúnem-se por demandas/ agenda? Caso haja as duas situações, favor especificar quais os órgãos que contam com efetivos permanentemente à disposição e quais se reúnem ocasionalmente.
<b>A</b>	Nada a reportar.
<b>E</b>	Efetivos permanentes apenas no Estado-Maior Militar da UE (cerca de 200 militares). Todos os restantes militares, meios e infraestruturas são disponibilizados diretamente pelos Estados-membros, conforme as necessidades.
	9) Qual a origem dos recursos financeiros destinados à defesa (fundos específicos, contribuição dos países, outros)? Caso seja contribuição dos países, são consideradas as diferentes capacidades financeiras?
<b>A</b>	Previsto que seja o Fundo para a Paz.
<b>E</b>	As operações e missões militares da UE são inteiramente custeadas pelos Estados-membros e são voluntárias.
	10) Existem infraestruturas dedicadas ao atendimento das demandas específicas de defesa da Organização Internacional (secretariados, conselhos, quartel-general, outros)? Quais seriam?
<b>A</b>	Conselho de Paz e Segurança, Comité de Estado-Maior, Painel de Sábios, Sistema Continental de Alerta Antecipado, Força Africana de Prevenção e Fundo para a Paz.
<b>E</b>	Comité de Política e Segurança; Comité Militar da UE; Estado-Maior Militar da UE e a <i>European Defence Agency</i> .

**Fonte:** (Autor, 2018)



Continuação da Tabela 4 – Questionário/ entrevista e síntese das respostas - UA e UE

	<b>DIMENSÃO E – Mecanismos de nivelamento</b>
	11) Existem mecanismos/ práticas para redução de diferenças e de capacidades militares entre os Estados-membros (Forças Armadas)? Quais seriam?
<b>A</b>	Nada a reportar.
<b>E</b>	<i>Permanent Structured Cooperation</i> que conta com o fundo comum da UE, ainda limitado no seu envelope financeiro.
	12) Existem mecanismos/ práticas para incentivar o desenvolvimento das Forças Armadas e de suas capacidades militares, por parte de cada Estado-membro?
<b>A</b>	Nada a reportar.
<b>E</b>	A UE é uma organização muito “civil” porque a maioria dos seus Estados-membros integram a NATO e assumem-na como garantidora da defesa europeia ( <i>hard power</i> ), cabendo a UE ações no âmbito do <i>soft power</i> . O Reino Unido sempre limitou o crescimento da capacidade militar da UE e com o <i>Brexit</i> , é possível que haja mudanças. Para além disso, cita-se a <i>Permanent Structured Cooperation</i> .
	<b>DIMENSÃO F – Ensino/Doutrina</b>
	13) Quais são e como são conduzidas as iniciativas na área do ensino e da doutrina de defesa (como parâmetros, citam-se: a partilha de conhecimentos, intercâmbios militares, doutrina específica - manuais e outras publicações, centros de ensino, colégio de defesa, outros)?
<b>A</b>	Nada a reportar.
<b>E</b>	A doutrina NATO é a base de trabalho na UE. Todavia, cita-se a <i>European Security and Defence College</i> , na Roménia. Para a doutrina específica, o Estado-Maior Militar da UE, através da Direção de Conceitos e Capacidades, produz os documentos necessários.
	<b>DIMENSÃO G – Preparo e Emprego</b>
	14) Qual o grau de interoperabilidade entre as Forças Armadas dos Estados-membros, no âmbito da Organização Internacional? Quais as medidas adotadas para que a interoperabilidade seja efetiva?
<b>A</b>	Há muito o que melhorar.
<b>E</b>	Existe um elevado grau de interoperabilidade entre os EM que também fazem parte da NATO. Limitada em nos países da Europa de Leste. A <i>Permanent Structured Cooperation</i> irá contribuir para mitigar os problemas de interoperabilidade.
	15) Há intercâmbio entre tropas de operações especiais? Qual o emprego atual das tropas de operações especiais, no contexto da Organização Internacional?
<b>A</b>	Nada a reportar.
<b>E</b>	A UE só está envolvida em missões não executiva, pelo que praticamente não utiliza tropas de operações especiais. As operações executivas em curso são de carácter naval. Todavia, os <i>Battlegroups</i> são constituídos por forças especiais de alguns Estados-membros.
	16) Existem exercícios militares no âmbito da Organização Internacional? Qual a sua periodicidade e dimensão? Qual o tipo de exercício (exercícios na carta, simulação, ações com tropas e meios, outros)?
<b>A</b>	Sim. Exemplo é o AMANI AFRICA II <i>Field Training Exercise</i> .
<b>E</b>	A UE não realiza exercícios militares no terreno, apenas internos para a coordenação a nível dos Quartéis-generais nos Estados-membros. Realiza exercícios de coordenação político-militar com a NATO.
	17) Existem mecanismos específicos para garantir a segurança marítima no espaço da Organização Internacional? Caso positivo, como está organizado e quais as suas atribuições?
<b>A</b>	Estratégia Marítima Integrada 2050. Há ainda outros arranjos regionais. Destaca-se que estão em fase inicial.
<b>E</b>	A segurança das fronteiras da UE está a cargo dos respetivos Estados-membros. Está em curso uma iniciativa política para a criação de uma Guarda-Costeira europeia. Ao nível militar existem as operações Atalanta e Sophia.
	18) Como se dá a geração de forças militares para emprego em operações no âmbito da Organização Internacional (Acordos/ Protocolos/ Memorandos de entendimento entre os Estados-membro para contribuição com recursos para emprego)?
<b>A</b>	A nível regional (Força Africana de Prevenção).
<b>E</b>	São feitas conferências onde são anunciados os requisitos e são esperadas ofertas pelos Estados-membros, de acordo com seus interesses.
	19) Há forças militares multinacionais e com capacidade expedicionária para atuarem em proveito dos objetivos ou determinações da Organização Internacional? Caso positivo, qual a sua dimensão? Quais as operações em que se prevê o seu emprego (operações de paz, de ajuda humanitária, treino e mentoria, enfrentamento ao terror, outras)?
<b>A</b>	Sim. Força Africana de Prevenção.
<b>E</b>	Sim. Os <i>Battlegroups</i> .

**Fonte:** (Autor, 2018)





**Continuação da Tabela 4 – Questionário/ entrevista e síntese das respostas - UA e UE**

	<b>DIMENSÃO H – Inteligência/ Informações</b>
	20) Existem estruturas responsáveis pela obtenção, análise e troca de informações de interesse para a defesa entre os Estados-membros da Organização Internacional? Se possível, quais seriam?
<b>A</b>	O Sistema Continental de Alerta Antecipado é o melhor exemplo.
<b>E</b>	Direção de Informações do Estado-Maior Militar da UE; Unidade orgânica de informações civis; Serviço de <i>watchkeeper</i> e um <i>situation room</i> ; e o Centro de satélites.
	<b>DIMENSÃO I – Indústria de Defesa</b>
	21) Qual a relação entre a estrutura de defesa da Organização Internacional e a indústria de defesa dos Estados-membros (incentivos, contratos, pesquisa e desenvolvimento, outros)?
<b>A</b>	Nada a reportar.
<b>E</b>	Não há.
	<b>DIMENSÃO J – Pontos fortes e fracos</b>
	22) Quais são os pontos fortes da Organização Internacional, no domínio da defesa?
<b>A</b>	Nada a reportar.
<b>E</b>	Contar com a força militar de 28 países para defesa própria ou dos seus interesses.
	23) Quais são os pontos fracos da Organização Internacional, no domínio da defesa?
<b>A</b>	Nada a reportar.
<b>E</b>	Diferentes posições de Estados-membros a respeito das questões de defesa.
	24) Espaço destinado ao registro de qualquer outra informação julgada útil ao trabalho que está sendo realizado.
<b>A</b>	Nada a reportar.
<b>E</b>	Nada a reportar.

**Fonte:** (Autor, 2018)



## Apêndice E — Quadro 6: Cumprimento de competências das Reuniões de MDN

**Quadro 6: Cumprimento de competências das Reuniões de MDN**

Órgão	Competências – Art 3º (CPLP, 2011c, p. 1)	Não cumpre	Cumpre com limitações	Cumpre integralmente	Exemplos (atuais)
Reuniões de MDN	Apreciar a evolução do setor da Defesa nos Estados-membros da CPLP			X	Cada reunião (20 realizadas) (CPLP, 2017e)
	Analisar as questões internacionais e as implicações político-militares no contexto regional para os Estados-membros da CPLP		X		Produção de informes sobre a situação político-estratégica depende do CAE (CPLP, 2018, p. 4)
	Discutir e aprovar documentos relativos à componente de Defesa da CPLP			X	Cada reunião (20 realizadas) (CPLP, 2017e)
	Determinar a realização e acompanhar o desenvolvimento dos Exercícios da série Felino			X	
	Apreciar e aprovar as propostas constantes das Declarações Finais das Reuniões de CEMGFA			X	
	Apreciar e aprovar as propostas constantes das Atas das Reuniões de Diretores de Política de Defesa Nacional			X	
	Aprovar anualmente o relatório de atividades e o relatório de contas, bem como o plano de atividades e o orçamento de suporte do CAE			X	
	Pronunciar-se sobre qualquer outro assunto de interesse para a CPLP e para os respetivos Estados-Membros, na área da Defesa e Militar			X	Quando necessário, em reunião

**Fonte:** (Autor, 2018)





## Apêndice F — Quadro 7: Cumprimento de competências das Reuniões de CEMGFA

Quadro 7: Cumprimento de competências das Reuniões de CEMGFA

Órgão	Competências – Art 3º (CPLP, 2011a, p. 3)	Não cumpre	Cumpre com limitações	Cumpre integralmente	Exemplos (atuais)
Reuniões de CEMGFA	Apreciar a evolução do setor da Defesa nos Estados-membros da CPLP, na vertente militar			X	Cada reunião (19 realizadas) (CPLP, 2017a)
	Analisar as questões internacionais e as implicações político-militares no contexto regional para os Estados-membros da CPLP		X		CAE mais apto para produção de informes sobre a situação político-estratégica (CPLP, 2017a, p. 20)
	Submeter à Reunião de MDN, propostas relativas à componente de defesa da CPLP, na vertente militar			X	Cada reunião (19 realizadas) (CPLP, 2017a)
	Planear e determinar a execução dos Exercícios da série Felino			X	
	Aprovar anualmente o relatório de atividades e o relatório de contas, bem como o plano de atividades e o orçamento do CAE			X	
	Pronunciar-se sobre qualquer outro assunto de interesse para a CPLP e respetivos Estados-membros, na área militar			X	Quando necessário, em reunião

**Fonte:** (Autor, 2018)



## Apêndice G — Quadro 8: Cumprimento de competências das Reuniões de DPDN

**Quadro 8: Cumprimento de competências das Reuniões de DPDN**

Órgão	Competências – Art 3º (CPLP, 2011b, p. 1)	Não cumpre	Cumpre com limitações	Cumpre integralmente	Exemplos (atuais)
Reuniões de DPDN	Apreciar a evolução do setor da Defesa nos Estados-membros da CPLP e produzir subsídios para as Reuniões dos MDN/CPLP			X	Cada reunião (9 realizadas) (CPLP, 2017b)
	Apreciar as questões internacionais e as implicações político-militares no contexto regional desses países, e produzir subsídios para as Reuniões dos MDN/CPLP		X		CAE mais apto para produção de informes sobre a situação político-estratégica (CPLP, 2017a, p. 20)
	Apresentar propostas relativas à componente de Defesa da CPLP, no âmbito da Política de Defesa, a submeter à reunião dos MDN/CPLP			X	Quando necessário, em reunião
	Contribuir para que os estudos multidisciplinares produzidos a nível do CAE/CPLP tenham aplicabilidade nos Estados-membros, tendo em conta as realidades nacionais e regionais			X	Cada reunião (9 realizadas) (CPLP, 2017b)
	Proceder à troca de experiências entre os órgãos de Política de Defesa Nacional ou equiparados, a nível dos Estados-membros da CPLP			X	
	Preparar, com base nas Agendas de Trabalho, as Reuniões de Ministros da Defesa Nacional ou equiparados, em especial os projetos de deliberações nelas previstas			X	
	Pronunciar-se sobre qualquer outro assunto de interesse para a CPLP e respetivos Estados-membros, na área da política de defesa			X	Quando necessário, em reunião

**Fonte:** (Autor, 2018)



## Apêndice H — Quadro 9: Cumprimento de competências do SPAD

**Quadro 9: Cumprimento de competências do SPAD**

Órgão	Competências – Art 8º (CPLP, 2015c, p. 3)	Não cumpre	Cumpre com limitações	Cumpre integralmente	Exemplos (atuais)
SPAD	Propor medidas concretas para o desenvolvimento dos vetores fundamentais da cooperação da CPLP no domínio da defesa, identificadas no Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa			X	Colégio de Defesa da CPLP; Mecanismo de resposta a situações de catástrofes; Inserção da saúde militar nos exercícios Felino; Conferência de Marinhas da CPLP; Reflexão sobre a componente de defesa da CPLP; outros (CPLP, 2018, pp. 2-8)
	Assegurar a sistemática ligação com as sedes próprias da Defesa e das Forças Armadas dos Países de Língua Portuguesa			X	Delegados e representantes de cada Estado-membro componentes do SPAD (CPLP, 2015c, pp. 1-2)
	Coordenar estreitamente a preparação dos aspetos de natureza substantiva das reuniões dos órgãos da componente de defesa da CPLP, submetendo-lhes as propostas e documentação relevante acordada			X	Cada reunião plenária (32 realizadas) (CPLP, 2018)
	Apreciar anualmente o Relatório de Atividades e o Relatório de Contas do CAE, bem como o seu Plano de Atividades e Orçamento			X	
	Definir as datas previsíveis para as reuniões dos órgãos da componente de defesa da CPLP			X	
	Aprovar as atas das reuniões do SPAD			X	

**Fonte:** (Autor, 2018)



## Apêndice I — Quadro 10: Cumprimento de objetivos do CAE

**Quadro 10: Cumprimento de objetivos do CAE**

Órgão	Objetivos – Art 2º (CPLP, 2015a, p. 1)	Não cumpre	Cumpre com limitações	Cumpre integralmente	Exemplos (atuais)
CAE	Promover a pesquisa, reflexão e intercâmbio de conhecimentos, tendo em vista a interpretação, atualização e aplicação de doutrinas e procedimentos estratégicos na área da Defesa, de interesse comum			X	Seminários; Biblioteca do CAE (CPLP, 2017b, p. 3); Trabalhos de Investigação Individual; Publicações (Amador, 2017a)
	Promover o estudo de questões estratégicas de interesse comum que habilitem a tomada de posições concertadas nos diversos fora internacionais		X		PCCDD e sua proposta de revisão; Estratégia da CPLP para os Oceanos; ICDD; outros (Amador, 2017a)
	Promover e desenvolver estudos e projetos de investigação sobre Estratégia na área da Defesa, tendo em consideração as necessidades dos Estados-membros		X		Produção de informes sobre a situação político-estratégica necessita de contributos dos NN (CPLP, 2018, p. 4)
	Promover o intercâmbio e a cooperação com Centros de Estudos de interesse para CAE/CPLP, dentro e fora da Comunidade		X		Propostas de cooperação com o Instituto de Defesa Nacional; Cursos no Instituto Universitário Militar (IUM) (Amador, 2017a)
	Promover o arquivo e a divulgação de estudos e documentos no âmbito das suas atividades			X	Seminários; Biblioteca do CAE (CPLP, 2017b, p. 3); Trabalhos de Investigação Individual; Publicações (Amador, 2017a)

**Fonte:** (Autor, 2018)



## Apêndice J — Conceitos

Este apêndice apresenta os principais conceitos que permitem a melhor compreensão deste trabalho.

**Organizações Internacionais** são percebidas associações voluntárias de Estados constituindo uma sociedade, criada por um tratado, com a finalidade de buscar interesses comuns através de uma permanente cooperação entre seus membros (Seitenfus, 2005, pp. 32-33).

Conforme inscrito no documento ICDD, a **Defesa** é normalmente interpretada como o conjunto de medidas, principalmente de caráter militar, mas também políticas, económicas, sociais e culturais, que permitam reforçar as potencialidades de uma entidade e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-la apta a enfrentar todo o tipo de ameaças que, direta ou indiretamente, possam pôr em causa a sua segurança. **Segurança** pode ser entendida como uma condição a atingir, implicando a preservação dos valores centrais que uma entidade quer promover. Importa destacar o alargamento do conceito de **Segurança**. O conceito de segurança humana, oficialmente utilizado pela primeira vez num relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 1994, diminui a ênfase sobre os territórios e acentua a atenção dada às populações. É conceito alargado, centrado quase exclusivamente na vertente político-militar, e que tem sido progressivamente incorporado na documentação e prática estratégica das OI, bem como em muitos, senão na totalidade, dos países da CPLP (CPLP, 2015b, pp. 2-3).

Não há um conceito específico para **Estrutura de Defesa** de uma OI, dessa forma, recorre-se a alguns conceitos afins da área da gestão que permitirão compreender o que se percebe ao utilizar o citado conceito ao longo da pesquisa. Assim, sendo a Estrutura de Defesa um domínio ou uma área específica de uma OI, a mesma pode ser compreendida como uma organização formal criada deliberadamente para cumprir determinado objetivo mediante a coordenação de esforços coletivos (Schultz, 2016, p. 22), no caso voltados para a defesa e a segurança. Segundo Chiavenato, **Estrutura** é a análise interna da totalidade de seus elementos constitutivos, sua disposição e suas inter-relações, permitindo uma comparação (cit. por Schultz, 2016, p. 111), a qual será útil durante o trabalho ao analisarem-se outras estruturas de defesa de OI.

Ainda no âmbito da Estrutura de Defesa, traz-se o conceito organizacional de **Emprego** que indica a forma e a coesão que deve existir entre os meios militares e os conceitos de emprego para atingir os objetivos propostos, bem como estabelece uma



divisão de tarefas no âmbito coletivo, detalhando o “quem, o quê, quando, onde e como” (Bowdish, 2013, p. 196).

Por oportuno, apresenta-se o conceito de **Objetivo** que é o fim, resultado ou produto que se pretende obter ou atingir ao término de determinado processo (MD, 2007, p. 173).

Importa, igualmente, apresentar os conceitos de ameaças e de riscos. Assim, a **Ameaça** é qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível), de variada natureza (militar, económica, subversiva, ambiental, etc.) que contraria a consecução de um objetivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais, sendo, no âmbito da estratégia, provenientes de uma vontade consciente (Couto, 1988, p. 329). Determinada situação é geradora de uma ameaça se o seu agente tiver a intenção e a capacidade para concretizá-la (Escorrega, 2009, p. 6).

Por seu turno, o **Risco** é “uma acção não directamente intencional e eventualmente sem carácter intrinsecamente hostil (contrariamente aos termos que caracteriza a ameaça na estratégia), provinda de um actor interno ou externo não necessariamente estratégico” (Fernandes e Duarte, 1999, p. 107). Por fim, percebe-se que a grande distinção entre ameaça e risco reside no facto de que a ameaça pressupõe uma intenção racional, enquanto o risco está vinculado ao acaso (Escorrega, 2009, p. 7).